

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
CAMPUS DE MARÍLIA – FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

SILVIA MARIA DO ESPÍRITO SANTO

O COLECIONADOR PÚBLICO DOCUMENTALISTA
Museu Histórico e de Ordem geral
“Plínio Travassos dos Santos” de Ribeirão Preto

Marília
2009

SILVIA MARIA DO ESPÍRITO SANTO

O COLECIONADOR PÚBLICO DOCUMENTALISTA
Museu Histórico e de Ordem geral
“Plínio Travassos dos Santos” de Ribeirão Preto

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, campus de Marília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutor em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguia
Linha de pesquisa: Organização da Informação

Marília
2009

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Espírito Santo, Sílvia Maria do.

O colecionador público documentalista: Museu Histórico e de Ordem geral “Plínio Travassos dos Santos” de Ribeirão Preto / Sílvia Maria do Espírito Santo. – Marília, 2009.

206 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.

Bibliografia: f. 190-206

Orientador: Eduardo Ismael Murguia

1. Museus. 2. Coleção. 3. Café. 4. Organização da Informação. 5. Historiografia museológica. I. Autor. II. Título.

CDD

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências

SILVIA MARIA DO ESPÍRITO SANTO

O COLECIONADOR PÚBLICO DOCUMENTALISTA Museu Histórico e de Ordem geral “Plínio Travassos dos Santos” de Ribeirão Preto

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, campus de Marília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutor em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguia
Linha de pesquisa: Organização da Informação

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguia – Orientador

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dra. Suely Moraes Ceravolo

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dra. Marília Cury Xavier

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dra. Maria Lúcia Lamounier

Instituição: _____ Assinatura: _____

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Aos professores, alunos, amigos e parentes queridos de sempre, com especial agradecimento aos meus irmãos Iran e Marta, ao meu cunhado Guthemberg Ferro e sobrinhos Gabriel e Flávio.

À Matiza, Solange Ferraz Lima, Vânia Carneiro de Carvalho e Denise Cardoso.

Aos professores: Profa. Dra. Adelaide de Almeida, Prof. Eduardo Murguia, Profa. Dra. Elenice Mouro Varanda, Prof. Dr. Amando Ito, Prof. Dr. Oswaldo Baffa Filho, Prof. Dr. José Augusto Guimarães, Profa. Mara Pedrochi, Profa. Dra. Mariângela Fujita, Profa. Dra. Silvana Vidotti e alunos queridos.

Ao revisor, Carlos Alberto Vieira Coelho.

Aos funcionários da Secretaria do Departamento de Física e Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, e da Secretaria da Pós-graduação da Faculdade de Filosofia da UNESP de Marília.

Perguntas de um operário que lê

*Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nos livros vem o nome dos reis,
Mas foram os reis que transportaram as pedras?
Babilônia, tantas vezes destruída,
Quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas
Da Lima Dourada moravam seus obreiros?
No dia em que ficou pronta a Muralha da China para onde
Foram os seus pedreiros? A grande Roma
Está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu? Sobre quem
Triunfaram os Césares? A tão cantada Bizâncio
Só tinha palácios
Para os seus habitantes? Até a legendária Atlântida
Na noite em que o mar a engoliu
Viu afogados gritar por seus escravos.*

*O jovem Alexandre conquistou as Índias
Sozinho?
César venceu os gauleses.
Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço?
Quando a sua armada se afundou Filipe de Espanha
Chorou. E ninguém mais?
Frederico II ganhou a guerra dos sete anos
Quem mais a ganhou?*

*Em cada página uma vitória.
Quem cozinhava os festins?
Em cada década um grande homem.
Quem pagava as despesas?*

*Tantas histórias
Quantas perguntas*

Bertold Brecht

RESUMO

ESPÍRITO SANTO, S. M. do. O colecionador público documentalista: Museu Histórico e de Ordem geral "Plínio Travassos dos Santos" de Ribeirão Preto. 2009. 206 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

A presente tese estuda os conteúdos do desenvolvimento das coleções e da documentação sobre a representação museológica do Oeste paulista (Oeste Paulista, 1948-1958) no Brasil. O trabalho também inclui a análise da personagem agenciadora no exemplo específico e o caso sobre o processo de criação do museu de história natural e oficial e sobre a economia do café. O contexto econômico e da cultura material, nesse estudo do Museu Histórico e de Ordem geral, talvez guarde os aspectos do corpo material e os processos do colecionismo, da documentação de objetos e dos documentos.

Palavras-chave: Museus. Coleção. Café. Organização da Informação. Historiografia museológica.

ABSTRACT

ESPIRITO SANTO, S. M. do. **The documentalist public collector: O colecionador público documentalista**: History Museum and general Order "Plínio Travassos dos Santos" of Ribeirão Preto. 2009. 206 f. Thesis (Doctoral) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

The present thesis studies the contents of the development of the collections and the documentation on the museológica representation of the São Paulo West (São Paulo West, 1948-1958) in Brazil. The work also includes the analysis of the agent personality in the special example and the case on the creation process of the natural and official history museum and the coffee economy. Perhaps the economic and the material culture context, in this History Museum and general Order study, holds the aspects of the material body and the colecionismo processes, objects documentation and documents.

Keywords: Museums. Collection. Coffee. Information Organization. Museologic Historiography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1 – Fotos da Fazenda Monte Alegre – Economia cafeeira.....	17
ILUSTRAÇÃO 2 – Fazenda Monte Alegre, de Ribeirão Preto	62
ILUSTRAÇÃO 3 – Telha Marseille St. Henry, da sede da Fazenda Monte Alegre	68
ILUSTRAÇÃO 4 – Carimbo Theodor Wille	76
ILUSTRAÇÃO 5 – Interior do Museu Histórico Plínio Travassos dos Santos	108
ILUSTRAÇÃO 6 – Candeeiros confeccionados por escravos	117
ILUSTRAÇÃO 7 – Restauro do Museu Histórico e de Ordem geral	
Plínio Travassos dos Santos	136
ILUSTRAÇÃO 8 – Coador de café	139
ILUSTRAÇÃO 9 – Museu do Café Cel. Francisco Schmidt	155
ILUSTRAÇÃO 10 – Pilão manual	161
ILUSTRAÇÃO 11 – Interior do Museu do Café Cel. Francisco Schmidt.	164
ILUSTRAÇÃO 12 – Interior do Museu do Café Cel. Francisco Schmidt	174

LISTA DE INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

Arquivo da Prefeitura Administrativa do Campus da USP – Ribeirão Preto

Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP)

Biblioteca Altino Arantes – Ribeirão Preto

Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro

Centro de Documentação da Faculdade de Medicina – Ribeirão Preto

Centro de Documentação e Memória da Unicamp – Campinas

Instituto de Estudos Brasileiros – Universidade de São Paulo

Museu da Cidade do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

Museu Histórico e de Ordem geral Plínio Travassos dos Santos – Ribeirão Preto (Arq. MH)

Museu Histórico Nacional – Rio de Janeiro

Museu Paulista – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O COLECIONADOR	24
1.1 O COLECIONISMO E O OBJETO	24
1.1.1 A produção social do objeto	33
1.1.2 A memória e a coleção	36
1.1.3 As tensões entre o público e o privado no colecionismo	40
1.1.4 O objeto museológico e o colecionador	44
1.1.5 Colecionismo, agenciamento e circulação	49
1.2 CONTEXTO CULTURAL E BIOGRÁFICO DE PLÍNIO TRAVASSOS DOS SANTOS	54
1.2.1 O marco histórico do café	56
1.2.2 A conversão da sede de fazenda para museu	89
1.2.3 Traços biográficos da personagem de Santos, um colecionador público	92
1.3 A FORMAÇÃO DA COLEÇÃO DE SANTOS	103
1.3.1 O museu, produto de ações colecionistas	107
1.3.2 A personagem do colecionador e seus colaboradores	122
1.3.3 As diversas formas da coleção histórica e de <i>Ordem geral</i>	131
1.3.4 A classificação, o arranjo e a linguagem representada	138

2 O DOCUMENTALISTA	142
2.1 O DOCUMENTALISMO E O DOCUMENTO	142
2.1.1 A produção social do documento	146
2.1.2 A memória e a documentação	148
2.1.3 Os dispositivos – <i>ordem</i> e <i>classificação</i> – destinados ao controle da documentação do acervo	152
2.2 A ORDEM DOS OBJETOS: A SELEÇÃO PERMEADA PELA INTENCIONALIDADE NA FORMAÇÃO DA COLEÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO	154
2.2.1 As fontes documentais do Museu Histórico Plínio Travassos dos Santos e o acervo	168
2.3 A ORDEM GERAL DOS DOCUMENTOS: INTENCIONALIDADE NA PRODUÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO	171
2.3.1 Análise dos documentos do acervo	173
2.3.2 As diversas formas da documentação do museu	174
2.3.3 O documentalista define o arranjo como <i>Ordem geral</i>	177
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
 REFERÊNCIAS	190

INTRODUÇÃO

No sentido formal da tese, a premissa antecipa o argumento da hipótese que é desenvolvida ao longo da dissertação. De uma forma geral, nas pesquisas realizadas no programa do Curso de Ciência da Informação da UNESP – Campus Marília, nos últimos quatro anos, analisou-se o *coleccionismo* além das questões que envolvem o ato de reunir, classificar e disponibilizar os objetos. Assim, na linha de pesquisa Organização da Informação, à qual o presente trabalho está vinculado, a ordem, a classificação, o arranjo dos documentos ou a documentação produzida no âmbito do museu são direcionados na análise para a sua posterior recuperação.

Nesta tese, o foco de pesquisa e reflexões ficou restrito aos objetos e lugares. Diferentes seriam as abordagens sobre o objeto desde já posicionado no interior de uma vitrine de museu.

O coleccionismo, aqui, foi trabalhado a partir das ações de um agente *coleccionador público*, objetivado na construção de traços de uma personagem – Plínio Travassos dos Santos. Ele foi fundador do Museu Histórico e de Ordem geral e Museu do Café de Ribeirão Preto, exerceu as funções de advogado, funcionário público, cronista, jornalista, historiador, e preocupava-se, especialmente, com a Educação.

Para o desenvolvimento do trabalho, apresenta-se a primeira premissa que estabelece o sujeito-coleccionador no seu contexto histórico. O destaque no texto não está apenas na ação humana, mas frente à *cultura material*¹. Estão também presentes as relações sociais no tempo e no espaço determinado pela pesquisa.

¹ A cultura material é objeto de estudo de várias áreas na contemporaneidade. Entre elas, ressaltam-se a Antropologia e a História da Cultura. Portanto, há fenômenos complexos que circundam tal temática e, para não incorrer na irresponsabilidade reducionista do uso do termo – cultura material –, restringe-se o conceito ao aplicado no âmbito museológico.

Esta, como já mencionado, considerou o processo do colecionismo no aspecto público e como fenômeno da sociedade.

A premissa intermediária pontua o contexto cultural da cidade de Ribeirão Preto, na história da produção do café e nas relações sociais no Brasil. Particularmente, o período em questão localiza-se na segunda fase de produção econômica e desenvolvimento no *Oeste Paulista*, no estado de São Paulo.

A terceira premissa baseou-se na identificação das ações colecionistas e documentalistas do sujeito da ação na atividade *coleccionar*.

A construção do objeto de estudo foi erigida no cruzamento de três campos interdisciplinares conhecidos hoje como Colecionismo, Museologia e Documentação, entrelaçados no cruzamento da História, das Ciências Sociais e da Ciência da Informação. Paralelamente, tratou-se de enriquecer a discussão, na temática do *coleccionismo público*, trazendo aspectos relevantes presentes na sociedade cafeeira brasileira, na sua expressão na cidade de Ribeirão Preto.

O objetivo, por isso, é analisar o colecionismo público, justificar a intimidade do sujeito com o ideário da história oficial, remanescente nos museus brasileiros e, particularmente, no Museu Histórico e de Ordem geral Plínio Travassos dos Santos, situado no Campus da Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto.

Assim, os pensamentos histórico e sociológico, embora tenham as suas premissas imbricadas nos estudos do tema *café*, apresentam-se estáveis nas linhas de pesquisas já pautadas no emprego dos conceitos, manejados pelos autores abaixo citados, e têm por objetivo a análise do contexto histórico e da cultura.

Neste sentido, tais premissas foram pautadas no emprego de diversos conceitos aplicados nas áreas em que atuam os profissionais da informação: objeto,

coleção, arranjo, documento e documentação, todos conhecidos nas disciplinas acadêmicas da Ciência da Informação.

Ao perceber a aproximação das áreas da História, da Arquivologia e da Museologia, no campo da *memória humana*, buscou-se explicar e resolver o problema da seleção dos elementos significantes na base historiográfica da sociedade cafeeicultora, para erguer um argumento pautado pela importância do *contexto da cultura* e pelo estudo do museu como objeto, no campo da Ciência da Informação.

O texto foi estruturado a partir de reflexões sobre as possibilidades e a qualidade do uso da documentação para o enriquecimento da pesquisa da Organização da Informação, no campo de interesse dessa linha. A pesquisa foi centralizada no arquivo histórico do Museu Histórico e de Ordem geral *Plínio Travassos dos Santos*, em Ribeirão Preto, analisando a documentação, por referir-se à sua formação como uma instituição museológica².

No percurso de atores e registros dos acontecimentos dos primórdios do período econômico do café, os elementos para a formação da cidade, a imigração italiana, o café no mundo rural, o fomento do plantio nas fazendas, o colonato integrando o sistema de trabalho, as fazendas produtivas e o terreiro como espaço central da produção cafeeira, são partes das questões, ainda não esgotadas nos estudos da academia.

Partiu-se da temática “*o colecionismo no período de produção do café na cidade de Ribeirão Preto*”, aplicada à análise de conceitos das áreas científicas

² O texto elaborado a partir de anotações e pesquisas nos acervos públicos documentais, ou elementos colhidos de depoimentos orais, também aponta para a finalidade de tornar a localidade – hoje campus universitário – memorável, o que se tornou legítimo nas esferas modernas de categorização do Patrimônio Cultural como um bem tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Arquitetônico, Artístico, Arqueológico e Turístico da Secretaria de Estado da Cultura, com limites do perímetro e dos remanescentes arquitetônicos da Fazenda Monte Alegre, em 1994.

mencionadas. Assim, fez-se uso dos estudos de Celso Furtado, Sérgio Buarque de Holanda, Warren Dean, Paula Beiguelman, Queiroz & Telles e Luiz Saia, autores clássicos da história econômica e da cultura brasileira. Também foram considerados os conteúdos de pesquisa e da crítica elaborados pelos estudiosos contemporâneos como André Argollo, Ângelo Trento, Wladimir Benincasa, Carlos de Almeida Prado Bacellar, Renato Marcondes, Carlos Lemos, Hugo Segawa, Ulpiano Bezerra de Meneses, Vânia Carneiro Carvalho, Solange Ferraz Lima, entre outros do domínio da pesquisa contemporânea da Arquitetura e da História.

Neste texto, consideram-se também escritores da cidade de Ribeirão Preto, memorialistas, historiadores e pesquisadores – Plínio Travassos dos Santos, Prisco da Cruz Prates, Rubens Cione, Prof. Marcos Vinícius e Gaeta Junqueira –, além dos autores dos artigos de jornais da cidade de Ribeirão Preto, do período de 1938 a 1956. Esses autores, além de focarem em genealogias da história local e da regional, dedicaram as suas vidas para narrar a história da sociedade plantada na terra roxa, realizando longas pesquisas substanciais para a história brasileira do café.

Nos caminhos interdisciplinares, buscou-se conhecer as proposições dos autores preocupados com as questões da organização da informação, no campo da pesquisa na Ciência da Informação.

Iniciaremos este texto com uma pequena descrição, com a finalidade de localizar, no endereço físico e da história, a Fazenda Monte Alegre, que será a protagonista do território deste estudo. O local onde estão instalados o Museu Histórico *Plínio Travassos dos Santos* e o Museu do Café *Cel Francisco Schmidt* (Museus Municipais) é integrado pelo Jardim Botânico da antiga Fazenda Monte Alegre, denominada anteriormente de Fazenda Laureano, cujo primeiro proprietário foi o Cel. João Franco de Moraes Octávio “[...] que aqui se instalou na

mesma época em que o café começou a marcar presença [...]” (MORAES, 1992, p. 12). Mineiro, migrou de Atibaia, interior paulista, para a região de Ribeirão Preto, fixou-se em Descalvado, empreendeu o trabalho escravo, criou e comercializou gado, além de ser considerado como um grande produtor de café na fazenda Monte Alegre.

A casa-grande dessa fazenda, atual Museu Histórico, foi construída provavelmente em 1870. Trata-se de um exemplar de arquitetura rural cafeeira, construído no assento de meia encosta (do terreno em declive), com a fachada principal assobradada, voltada para o córrego Laureano. Na sua face posterior, sustenta-se em um pavimento retilíneo, diretamente apoiado sobre a parte mais elevada do terreno.

No ano de 1883, essa casa entrou definitivamente para a história de Ribeirão Preto, como o primeiro local da cidade a utilizar iluminação elétrica, com energia ali produzida. O destaque à fazenda foi dado porque a iluminação pública em Ribeirão Preto apenas foi inaugurada em 26 de julho de 1899.

Em 1890, Francisco Schmidt associou-se a Arthur Aguiar Diederichsen e, entre outros resultados dessa parceria, adquiriram a Fazenda Monte Alegre, cuja transação comercial foi financiada pelo Banco Construtor e Agrícola de São Paulo (escritura lavrada em 8 de novembro de 1890). Após a legalização da compra, Arthur Aguiar Diederichsen vendeu, no dia 22 de novembro de 1890, a sua parte a Francisco Schmidt, que passou a ser o único proprietário da fazenda. Essa compra foi financiada pela firma alemã Theodor Wille & CO, acontecimento condizente com o princípio do assentamento capitalista de produção agrária.

Schmidt passou a residir na Fazenda Monte Alegre e empreendeu uma série de reformas na sede. A ela acrescentou as varandas circundantes, sustentadas por

grossas colunas com modelos gregos no capitel, remodelando os aspectos dos jardins com a construção de uma fonte e um Belvedere. Foi um dos “reis do café” e proprietário da Empresa de Importação e Exportação Francisco Schmidt. Em 1924, faleceu na cidade de São Paulo, onde foi sepultado.



ILUSTRAÇÃO 1 – Fotos da Fazenda Monte Alegre – Economia cafeeira
Fonte: Acervo Centro Memória da Unicamp, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo

Após a morte do Cel. Schmidt, o seu filho Jacob Schmidt herdou a Monte Alegre. Com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em outubro de 1929, uma crise sem precedentes influenciou negativamente a economia cafeeira, mudando o cenário dessa monocultura. Por isso, houve uma diminuição drástica do número de colonos e da área de plantio, além da desativação dos trilhos e vagões da locomotiva usados no transporte do café até o porto de Santos.

Com a marca histórica da crise de 29, a derrota econômica do café atingiu a Monte Alegre, de propriedade de João Marchesi. Na ação estratégica econômica, o

governo provisório de Getúlio Vargas (1931) tomou medidas drásticas para acabar com a superprodução, o que também não desviou a fazenda Monte Alegre dessa crise e da falência de Marchesi.

No final da década de 30, o Governo Federal empreendeu uma política de desenvolvimento de técnicas agrícolas, criando várias escolas práticas de agricultura. Foi nesse contexto que o Governo Estadual desapropriou a Fazenda Monte Alegre, desenvolvendo um plano de ocupação para aquelas terras férteis, e instalou ali, em 1942, a Escola Prática de Agricultura *Getúlio Vargas*.

A ocupação do espaço pelo Governo estava justificada pelo projeto de racionalização e de aproveitamento da terra, qualificando técnicos em práticas da agricultura para concluir a tarefa “modernizadora” do campo brasileiro. Assim, nesse território, terminaram as convulsões econômicas surgidas do café. Contudo, o fenômeno econômico, em Ribeirão Preto, será notado a partir do desenvolvimento de serviços, instalações de estabelecimentos comerciais, bancos e escolas.

Em 1950, o Governo do Estado iniciou o processo de doação de parte da área da Fazenda Monte Alegre à Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto com o objetivo de ali instalar o Museu Municipal, hoje Museu Histórico e de Ordem geral *Plínio Travassos dos Santos*.

Em 24 de dezembro de 1952, foram doados à Universidade de São Paulo – USP cerca de 240.000 alqueires da Fazenda Monte Alegre, para a instalação da Faculdade de Medicina³. Dessa área, aproximadamente 17.000 m² são correspondentes às construções e cercanias. A sede dessa fazenda não foi incluída, devido a sua anterior designação, de anexo da Escola Prática de Agricultura.

Todos esses elementos factuais, representados no espaço ocupado, antes, pela Fazenda Monte Alegre, depois pela Escola Prática de Agricultura *Getúlio*

³ A Escola Prática de Agricultura foi desativada por razões administrativas e políticas.

Vargas e Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, contribuíram para tornar aquele território atraente para cientistas e intelectuais. A partir dos anos cinquenta, o espaço será conhecido genericamente como *Museu do Café*. Por fim, a cidade de Ribeirão Preto sempre figurou como localidade de expansão econômica, do mercado potencializado pela produção da agricultura, de serviços e da urbanização crescente.

Neste contexto, apresentam-se as relações históricas, a partir da retomada de fatos selecionados na bibliografia clássica da história do café no estado de São Paulo, dos elementos importantes retirados na análise dos documentos dos acervos do museu em questão, das imagens iconográficas e objetos. Assim, formulam-se as questões abaixo.

Qual será o dispositivo do contexto cultural, criador de modificações sociais e, entre elas, a formação de um museu histórico? Quais foram as ações do sujeito colecionador que lutou para dar conformidade às unidades significativas do condensamento informacional no interior de um museu? Ao organizar uma coleção, apropriada a partir do legado da história oficial, quais elementos analisam as inquietações emanadas pela significação do mundo material?

Então, para obedecer a um traçado de uma linha de fuga aqui adotada, e apesar das distâncias entre os conceitos – objeto material, documentação, documentos e cultura material –, disponibilizam-se os argumentos da hipótese. No sentido de tentar resolver os problemas acima expostos, pela proximidade desses conceitos, pela via das significações articuladas e através da interiorização do conceito *materialidade da informação*, definiu-se um caminho de investigação.

Aquilo que foi apropriado da história de Ribeirão Preto, pelo sujeito, que pode dar conformidade à *cultura material* no interior de um museu, ainda não se esgotou.

A descrição dos objetos reais, na maneira pela qual o sujeito é apresentado ao mundo e a partir do ciclo fechado na consciência de quem os consome, talvez esteja aí o diferencial entre o ato de *acumular* e o de *coleccionar*. Mesmo assim, não se resolvem todos os problemas que aparecem no momento da pesquisa; na complexidade e nas respostas, o *como* e o *porquê* permanecem questões que envolvem os objetos na coleção e na documentação.

Tratar o colecionismo como método de conhecimento do mundo seria simplificado demais. Explicar tal complexidade, apenas descrevendo os bens materiais no espelho da documentação museológica, seria entendê-la sem acabamento de um processo museal. Afinal, por que determinadas pessoas colecionam objetos, no centro de uma temática, e preocupam-se em disponibilizá-los visualmente ao público?

Ao contrário, havendo dialética entre a relação social e a criação de produtos materiais – produção, distribuição e consumo deles – nos ambientes, a produção material social (humana) é identificada como *cultura material*. Agora, se a cultura material é vista além do que o fenômeno da produção possa *acumular objetos* (*produtos* dos bens da produção racional), nesta tese, poderá ser entendida como *ponte mediadora da relação do homem com o mundo*.

Talvez, o que faz desta relação algo importante para o estudo dos objetos em coleções sejam as possibilidades de lhes atribuir qualidade e quantidade, resultantes dos estímulos da apropriação, de seus dispositivos, estratégias das ações racionais ou passionais. Além disso, onde e o porquê ocorreram, o estado da ação em que foram produzidos, utilizados, guardados e expostos.

Na sociedade de consumo, o excesso da produção de bens materiais e a negligência dos usos por essas sociedades também diz respeito ao desperdício.

Ambos, consumo e desperdício, são decorrentes e recorrentes na produção e na distribuição. Na linha do tempo e espaço, essas sociedades, que podem ser representadas por objetos, favorecem aos “voyeurs”, colecionadores, pesquisadores e curiosos reconhecerem-se diante dos processos irreversíveis de produção de objetos de consumo.

No plano físico, os materiais em tais processos de uso e descarte, sem utilidades e “batizados” na *cultura material social*, possuem inserção absoluta no mundo moderno, quando se processa a substituição incessante de uma tecnologia por outra. Por isso, esse manancial material poderá oferecer ao ator/leitor questionamentos a respeito da natureza social das mediações, dos objetos entre o *ser* e a *materialidade da cultura*, em determinados contextos da história. A produção de objetos, do que se denomina como objetos de *kitsch*⁴ – exemplo do julgamento de determinados objetos de arte ou consumo “popular” – responde a estas questões de produção da cultura material, consumo, descarte e notoriedade objectual.

Assim, se procede à análise do colecionismo, identificando-se as ações colecionistas, que são diversas. Nas demais análises do comportamento dos sujeitos/colecionistas, não se indica somente um caminho para *afrentar* o sistema que produz infinitamente objetos de toda a natureza e universo, mas também para compreender o mundo por uma lente empírica e capaz de ilustrar as proposições do sujeito no coletivo.

Procura-se reunir, neste texto, elementos para comparações do fenômeno do colecionismo, nas ações de outros colecionistas contemporâneos de Santos, de Taunay, de Gustavo Barroso, entre outros, cujos princípios de ordem, organização e

⁴ O *kitsch* é um termo de origem alemã – *verkitschen* –, usado para categorizar objetos de valor estético distorcidos, modificados, exagerados, que são considerados no sentido afetivo de quem os adquire.

classificação documentais (objetos, documentos iconográficos e textuais) estavam respaldados pelo pensamento científico, histórico, classificador do mundo natural, vivo, e do mundo artificial, da sociedade e da cultura (SEDGWIK; EDGAR, 2003, p. 75).

As narrativas históricas e descrições sucintas, envolvendo o acervo museológico, nem sempre são autossuficientes para reconstituir a maneira pela qual os objetos foram abordados, apropriados e classificados. O vazio temático entre a forma e o conteúdo será possível de desfazer-se a partir da *memória operante*, considerando o *como*, o *quando* e o *porquê* foram atribuídas qualidades físicas e sógnicas ao objeto.

Do ponto de vista dos suportes em acervos museais, diferenciados pela sua materialidade e simbologia, a *documentação*⁵, não raramente, restringe-se ao papel descritivo, testemunhal e, talvez pelo *vício do cachimbo* ou por precisão obsessiva dos bancos de dados, é renegada na sua importância – *documentar*. Dentro da própria natureza material que lhe pertence, é *objeto* de suporte das ideias, dos comunicantes, das forças ideológicas, da invisibilidade dos sentidos.

Os papéis, material derivado da celulose, são suportes de grande parte da documentação. Os documentos em papéis são tangíveis e, ao mesmo tempo, são veículos de modificações das relações humanas. São também considerados nos termos da organização da *cultura material*, embora, na maioria das vezes, são esquecidos ou, ainda que sejam lembrados, são negligenciados no mesmo mundo regido pela virtualidade.

A primeira parte da presente tese abordará, em três seções, os seguintes itens apresentados como problema entre colecionismo e contexto cultural: a prática do colecionismo e o agenciamento; os objetos (re)interpretados através da linguagem natural de uma sociedade; a cultura e o processo de contextualizar os

⁵ Refere-se aqui à documentação produzida sobre o objeto.

modos do fazer no espaço e, por último, a interdisciplinaridade entre a Museologia, as Ciências da Informação e a História.

O termo *documento* é também encontrado, na literatura das áreas acima citadas, transversalmente em usos e é empregado para definir a unidade material de informação associada a um tipo documental⁶. Para entender o objeto que sofreu *conversão* – do *mundo das coisas vivas* para o *museal estático*, do *objeto da produção material* para a *informação materializada*, para a *documentação* – tais questões serão demonstradas no segundo capítulo da tese. Na terceira seção do capítulo primeiro, houve a preocupação com a formação da coleção Santos, da *personagem documentalista*, que se apropriou do termo *estático* para explicar a organização e arranjo no museu⁷. No segundo capítulo, após a apresentação dos dispositivos – *ordem* e *classificação* – destinados ao controle da documentação do acervo, na segunda e terceira seções, será apresentada a busca dessa *ordem*, dos objetos e dos documentos, do Museu Histórico, a partir do que ele considerava como *organização*, descrevendo a *ordem* dos documentos produzidos principalmente pela intencionalidade do colecionador/documentalista.

⁶ Tipo de suporte que implica em diversidade, como manuscritos, impressos, audiovisuais, objetos bidimensionais e tridimensionais (BELLOTTO, 2004, p. 43).

⁷ No documento do acervo do Museu Histórico, denominado *Plano para a devida organização dos Museus Municipais*, de autoria de Santos, o termo *estático* é reproduzido para definir um museu “completo”, mesmo que ainda esteja em formação.

1 O COLECIONADOR

1.1 O COLECIONISMO E O OBJETO

O *coleccionismo* pode ser explicado como um tipo especial de relação entre uma pessoa e certos objetos. O vínculo entre o indivíduo e o social implica estudos e pesquisas dos fenômenos que transcendem a aparência imediata e, por isso, o *coleccionismo* poderá ser visto como atividade humana e também ser considerado uma das formas de reconhecimento e de interatividade do sujeito no mundo. A atenção desta parte do texto deverá focar a idéia de *coleccionismo* como fenômeno social. Tal fenômeno age sobremaneira no contexto cultural porque dele se fez espelho (ou extensão) do *querer* de um sujeito que, cuidadosamente, montou estratégias e condicionou objetos.

Comumente, compreende-se o *coleccionismo* como *coletar, reunir e compor acervos* ou *arranjar peças* consideradas memorialistas, fetichistas, históricas e artísticas num determinado espaço. No caso específico da esfera pública, a tendência é considerar o colecionador como um guardião do passado. Isto é, a guarda do passado torna-se um “local” imaginário em que se processam imagens de direito humano de apropriação universal. Mas, é com o colecionador que, justamente, se encontram as questões profundas referentes ao campo do indivíduo e do coletivo. Esta complexidade é devida a questões inerentes ao desejo, à posse, juntamente com a ordem e o arranjo nos lugares da organização dos objetos.

Os elementos ocultos pelo ato de arranjar e aproximar objetos da retórica do

passado, no presente em que se vive, são analisados no âmbito de áreas científicas a partir de proposições e argumentos fundamentados nas pesquisas da História, da Medicina, da Psicologia, da Antropologia, da Sociologia, entre outras que fazem a diferença na construção do conhecimento sobre as coleções.

Conforme a explicação lexicográfica da língua portuguesa, ao substantivo feminino primitivo *coleção*, derivado do latim (FERREIRA, 2007), foi acrescentado o sufixo nominal “*ismo*”, derivando para o termo *coleccionismo*. Na língua italiana, *collezionismo* indica *tendenza a raccogliere e ordinare oggetti*, e *il collezionare* (DIZIONARIO, 1984), o mesmo que recolher, coletar, ordenar objetos e *o coleccionar*. Em contrapartida, na língua inglesa, *coleção* descreve-se da seguinte forma: *Collection, the act or process of collecting, something collected; esp: an accumulation of objects gathered for study, comparison, or exhibition [...]* (WEBSTERS, 1976).

A precisão semântica do termo inglês *collection*, para definir o que seja uma *coleção*, identifica os aspectos situacionais dos significados do termo na frase. O sentido conotativo da palavra originária do *processo* ou do *produto* – *collection* –, a partir da tradução para o português, torna a compreensão prejudicada. Sendo assim, não será possível entender *coleção*, no sentido imediato do português, como *processo*. O verbo *coleccionar*, se conjugado no gerúndio – “coleccionando” –, adquire o sentido de *continuidade do fazer*, e não é possível ser empregado como substantivo; ao invés, se empregado no participípio – *coleccionado* – pode ser entendido como “coisa em si”.

No caso da língua inglesa, efetiva-se a compreensão como *um processo*, *um* aprendizado. A “coisa coletada” (*something collected*), no sentido do *ato consumado*, e o *fazer da coleção* (*collection*) aproximam-se e assemelham-se –

collection/colecionismo – nos sentidos semânticos utilizados para identificar o objeto (real) e o objeto apropriado pelo sujeito (tendência e em movimento).

Sendo assim, *coleccionismo*, se estiver localizado de forma substantiva, no português, poderá expressar o desenho da escala produtiva social para, dessa forma, vir a significar as características da ação de *quem* coleciona. O termo coleção, com os significados das ações *coleccionistas*, é derivado do verbo *coleccionar*, permitindo indicar situações e movimentos, muitas vezes, invisíveis no ato de colecionar.

Visto pelo ângulo do estudo das subjetividades, geradas a partir de desejos, intenções individuais ou coletivas, manifestas no tempo e no espaço, verificam-se os sentidos do *coleccionar* como os significados de uma prática que consiste na reunião de *coisas* além das semelhanças e elementos significantes. Nesses aspectos, ora aparentam atávicos ou adquiridos pelo sujeito da ação, ora aparecem de maneiras divergentes, mesmo num contexto histórico específico.

Desta forma, são possíveis as diversas narrativas a partir do estudo das trajetórias das coleções das Bibliotecas, dos Gabinetes de Curiosidades, dos Museus e até mesmo das casas comerciais (*sebos e antiquários*). Uma vez adquiridos, através de formas estranhas à sua criação originária, os objetos colecionados passam também a uma (re)significação determinada pela posse. Todavia, nas unidades informacionais (compreendidas aqui como condensamento de conteúdos no espaço e passíveis de transmissão), objetos considerados partes de uma coleção pública estão também sujeitos a adquirir significações específicas, muitas vezes particulares, dependendo da função que a instituição reclama deles.

Sobre o “status do objeto no museu e na exposição”, Meneses (1992, p. 109) aponta e discute algumas de suas modalidades principais. Uma dessas modalidades seria o fetiche, que resultaria do deslocamento de “atributos do nível das relações entre os homens” e a apresentação

“como se eles derivassem dos objetos, automaticamente”. Outra modalidade seria o objeto metonímico [6] que causaria a perda do valor documental do objeto. Advertindo para a impossibilidade de “exibir culturas”, Meneses alerta para os riscos de deformação provenientes do “emprego do típico, do estereótipo, para fins de síntese” e ressalta que “as simplificações sempre mascaram a complexidade, o conflito, as mudanças e funcionam como mecanismos de diferenciação e exclusão”. Uma terceira modalidade seria o objeto metafórico. O uso metafórico do objeto que apenas ilustra problemas formulados independentemente deles. A quarta modalidade citada pelo autor – o objeto no contexto – teria sido produzida pela colocação legítima da questão do contexto sem o necessário “esforço de conceituação”. Para rever ou atenuar a desfiguração causada pela descontextualização do objeto, “tem-se tomado como solução imediata, pronta e acabada, a mera reprodução do contexto como aparência”, o que estaria causando “um dos piores vícios alimentados por bons propósitos sem investimento intelectual”. (LOUREIRO; LOUREIRO, 2007).

Partindo das reflexões proporcionadas por essa citação de Loureiro e Loureiro (2007), em que são percebidas as modalidades do objeto em diversos museus, os conceitos *coleção* e *coleccionismo* contribuem com as possíveis digressões a serem realizadas a partir das relações sociais provocadas por ele (objeto) e das apropriações do sujeito em determinado contexto em que é praticado o colecionismo.

As situações colecionadoras aparecem de maneiras singulares e os afetos são significativos no universo das ações, dos atos de um colecionador e das práticas de conhecimento desenvolvidas por ele⁸. Loureiro e Loureiro (2007) resgatam as críticas de Meneses (1992, p. 109) e refere-se à metonímia figura retórica em que “a parte vale pelo todo”. No bojo destas afeições e conhecimentos estão refletidos os significados que cada sociedade imprime, cujas instituições deverão caracterizar-se nas esferas públicas ou privadas.

As categorias dos objetos, observadas pela construção de sentidos e pelo seu uso, podem ser analisadas como *semióforos*, ou como elos de contato com o *invisível*.

⁸ Tais discussões permitem tomar o problema crucial associado ao tema do documento pessoal no espaço público: a coleção. A coleção privada, com efeito, é a forma, senão exclusiva, pelo menos dominante, pela qual objetos pessoais, em nossa sociedade, expõem-se à esfera pública. (MENESES, 1998).

Por outras palavras, surge uma divisão no próprio interior do visível. De um lado estão as coisas, os objetos úteis, tais como podem ser consumidos ou servir para obter bens de subsistência, ou transformar matérias brutas de modo a torná-las consumíveis, ou ainda proteger contra as variações do ambiente. Todos estes objectos são manipulados e todos exercem ou sofrem modificações físicas, visíveis: consomem-se. (POMIAN, 1984, p. 71).

Mesmo que seja ardiloso pensar no conceito de *memória* associado aos conceitos *objeto* e *coleção*, e principalmente quando o sujeito da ação principal, da construção dessa memória na formação de coleções, está ausente aos fatos do presente, muitas vezes (*objeto* e *coleção*) estão localizados de maneira instigante nos âmbitos dos interesses privado e público. Por isso, tais objetos, sujeitos à memória social, expostos aleatoriamente, incomodam ao olhar. Para que isto venha a acontecer será necessário descrever, avaliar, considerar a produção e remontar as rotinas de tais ações.

Um conceito essencial para o entendimento do colecionismo é oferecido pelo entrosamento da coleção dentro de um marco social e material maior: a *cultura material*. Conceito que, para nosso estudo, tem um desdobramento importante, quando consideramos um objeto como documento, isto é, um objeto ao qual as significações, diferentes, são atribuídas, dependendo do tempo ou lugar no qual se encontre.

A abrangência da *cultura material*, identificada como a dimensão material da vida social (MENESES, 2008), permite que se possa pensar em outra direção, além daquela visão simplificadora que considera unicamente a natureza documental – documento/documentação –, pois esta abrangência da cultura material pode agregar, ao objeto, um patamar teórico que permita estabelecer relações entre o objeto e o sujeito, e entre os próprios objetos. Ou seja, a cultura material considera que o objeto seja biografado.

Assim, a partir do conceito de entender *documentos/objetos* como integrantes

da cultura material, podem ser acolhidas as dúvidas e as incertezas e analisada a dispersão dos mesmos. Entretanto, costuma-se prescindir da supervalorização da documentação textual. Rede analisa:

Quer a cultura material seja vista como reflexo condicionado do pensamento ou do comportamento humanos, quer como geradora espontânea de novas realidades físicas, seu entendimento como fenômeno social fica seriamente prejudicado. (REDE, 2003, p. 281).

No caso dos museus, no ensejo de investigar os textos, os objetos, as imagens, as coleções, os pesquisadores deparam-se com a questão das linguagens artificiais (objetivadas em descrições condensadas, tesouros, catálogos etc), obviamente construídas, (re)construídas, disponibilizadas e utilizadas para classificar um universo que possui várias narrativas da natureza, da procedência, da circulação do objeto e suas informações particulares.

Desta forma, a apropriação dos conteúdos que descrevem os objetos prescreve a sua trajetória como objeto de pesquisa; isto é, nas mãos do pesquisador, o objeto obedece às ordens de seu novo curador e realiza uma viagem de roteiro incerto para o mundo privado ou público. No entanto, apesar da objetividade pretendida pelas linguagens artificiais que prescrevem os objetos no museu, elas podem, então, servir também a compensações individuais, aos caprichos mais subjetivos ou marcar identidades do sujeito ou do coletivo.

Desde o momento em que se constata que há uma “realidade” no passado, o colecionismo poderá destacar-se no estudo das sociedades e constituir-se como objeto de investigações. Ao provocar o processamento das feições imaginadas daquela realidade passada, o colecionismo tem servido para remeter ao imaginário as pontes mediadoras. Essas situações de mediações são sustentadas pelas diversas linguagens étnicas, no campo da ética, da moral, da cultura e da história, e

os colecionismos são vistos como fenômenos sociais da teia de significados estéticos, utilitários e sagrados.

Profissionais da informação manejam acervos em processo de musealização⁹. Colecionadores podem ser aportados como pesquisadores, quando seus interesses e os da coletividade propiciam estudos. Com isso, podem eleger a sua própria coleção como fonte¹⁰, por influências e por regências das tradições, das novas tendências baseadas na modernidade e para realizar as suas indagações sobre o passado. Portanto, a cultura material aponta para modalidades do *ato de colecionar* de diferentes indivíduos e épocas, fundamentadas na teoria e práticas tradicionais e em novas pesquisas.

No jogo dos impulsos das paixões humanas, os objetos podem ser apropriados em trajetórias históricas, culturais e econômicas. Ainda podem ser submetidos ao julgamento das qualidades, dos atributos a eles destinados, da suposta autenticidade, passível de ser conferida, das contraposições provocadas pelas comparações e das averiguações testemunhadas até mesmo em seus contrários.

No avesso da paixão, a força motora é a disposição da ira ou do ódio que também podem movimentar e agregar objetos, colecionáveis, figurados como uma síndrome do sentimento passional, do poder, da rejeição ou da vaidade¹¹. Nesse limite do fetiche, o aspecto material do colecionismo poderá ser caracterizado como uma possibilidade de diferir-se das *formas de consumo* em relação aos *processos de consumo* (BOURDIEU, 2003).

⁹ Acredita-se não ser necessária aqui a explicação do que venha a ser processo museal. Este termo é associado à conformação dos objetos no espaço do museu desde a década de setenta do século passado na Europa.

¹⁰ Na perspectiva de Meneses (2008), há um alerta para o “silêncio” das fontes documentais e o fato de ocultarem relações sociais fundamentais. Para não se restringir o sentido das fontes textuais apenas à sua extensão das categorias de fonte (textuais, visuais, sonoras), classificando-as hierarquicamente, talvez seja necessário assumir as articulações entre conceitos de áreas referenciais, a partir do eixo e do caráter das apropriações realizadas na história.

¹¹ Cf., como exemplo, as coleções dos instrumentos de tortura itinerantes em espaços públicos nos continentes.

A matéria física é denotada pelo acúmulo, posse ou reserva de objetos. Belk (2005) descreve as diferenças entre o colecionar e o acumular. Esta última não faz distinção entre todas as nuances apresentadas pelos cuidados (ou caprichos) do colecionismo. Demarca-se esta fronteira entre coleção e acumulação com a ferramenta básica da consciência do indivíduo que, porventura, pratique ou venha a praticar o *coleccionismo*.

Acumular, necessariamente, não corresponde ao ato de colecionar, nem exige métodos sistêmicos de guardar, manter ou até mesmo categorizar objetos, em classes, selecionados ou excluídos no julgamento aferido pela cultura material. E, ainda, *acumular* não faz distinções dos diversos contextos culturais, nem tem o rigor da narrativa e da aplicação das linguagens artificiais. Colecionar prevê dois momentos básicos: a *exposição* dos objetos, cujas questões envolvem a produção, a circulação e o contexto da cultura, e a *invenção* da ordem, ou seja, associar atribuições às vertentes classificatórias destinadas a eles, definidas no tempo e no espaço da sociedade. Contudo, nessas abordagens, ainda constam insuficiências que são vistas como polarizadas, por privilegiar contextos de origens e não os gestos museológicos em suas apropriações e descontextualizações (STEWART, 2005, p. 257).

Em cada caminho percorrido no mesmo “mundo”, encontram-se *coleccionadores* para dar forma ao *coleccionismo*. Há, então, princípios atrás da organização aparente das coleções que podem reproduzir valores, ideologias e modelar narrativas.

Pearce (2005) afirma que tal fenômeno poderá *reforçar* o sentimento de *bem-estar* e do *pertencer* ao lugar e a determinados costumes. Ainda assim, poderá *habilitar*, *preservar* e *mediar* mundos. Nos aspectos da autenticidade, a autora (PEARCE, 1997) demonstra conhecer com profundidade o que é próprio de cada

cultura, dando coesão aos atributos que funcionam como indícios do tempo em que se viveu ou se vive. Baudrillard, já em 1968, sinalizava:

Não se trata pois dos objetos definidos segundo a sua função, ou segundo as classes em que se poderia subdividi-los para comodidade da análise, mas dos processos pelos quais as pessoas entram em relação com eles e da sistemática das condutas e das relações humanas que disso resulta. (BAUDRILLARD, 2002, p. 11).

Baudrillard (2002) concluiu a análise da correspondência entre sistema de objetos e a “intimidade” do sujeito com o objeto pela via do consumo, onde não há passividade do sujeito no processo de apropriação e nem isenção de responsabilidade de quem consome. “O consumo, pelo fato de possuir um sentido, é uma atividade de manipulação sistemática de sígnicos”. Na verdade, as *relações provocadas pelos objetos* são consumidas e não somente os objetos. Assim, as paixões e relações se tornam abstratas e podem adquirir a materialidade dos objetos, constituírem-se em signos e em objetos ao serem remetidas ao mercado, compradas, e consumidas. (MARX apud BAUDRILLARD, 1968, p. 207).

Os objetos, quando privados de sua função e uso, adquirem significados das apropriações objetivas, aqui, na forma da coleção, para representar o que está fora deles. Esta trajetória do objeto, como já mencionada, do lugar privado ou público, irá revelar o que Belk (2005) define como modos de surgimento de uma coleção, definidos pelo acaso, pela posse, pela aquisição de compra ou doação, pela ausência e presença. Os objetos ainda podem surpreender e despertar sensações estimulantes ao colecionador para adquirir outros objetos.

1.1.1 A produção social do objeto

A construção de objetos manufaturados e artesanais é simbólico no universo urbano, rural e pode ser incluído no rol desses objetos tudo o que pertence ou é considerado *estar fora ou dentro da cidade*, isto é, estar presente no âmbito do mundo rural, da produção da agricultura e pecuária, no passado e na atualidade. Ainda, os sujeitos, para conseguirem alcançar (consumir) sofisticados bens e produtos industriais – e para que o *design* desse objeto (produto) seja socialmente absorvido – têm que valorizar os aspectos diferenciados na qualidade do produto a ser beneficiado.

Para efeito de esclarecimento, essa questão pode ser verificada no caso dos produtos alimentares, transformados do estado “bruto” para o “refinado”. Os produtos agrícolas – como cana-de-açúcar, café, milho, arroz, feijão, entre outras espécies da base alimentar – passaram a ser colhidos e beneficiados pela máquina ainda no século XIX e não mais pela força natural (homem, animais e água), até então amplamente utilizada. O açúcar testemunha essa “evolução” alimentar que tem a sua origem no *pão de açúcar* atingindo uma gradação até chegar ao pó refinado e essencialmente branco.

Outros objetos, como no caso das construções artificiais, dos instrumentos de trabalho, dos monumentos, dos marcos históricos culturais imóveis – como residências, fábricas de manufatura ou indústria – foram verificados e valorizados a partir da perspectiva do que pudessem ostentar no lugar social, e até mesmo para inovar o mercado vigente. Sendo assim, esses objetos passaram a exercer uma postura de “renovação” dos sentidos subjetivos ou das suas extensões coletivas.

Tais objetos firmam o compromisso com a significação da beleza, do status, da manifestação de expressões em narrativas históricas ou figurar em dados empíricos em pesquisas científicas¹².

Os objetos industrializados não apenas eram consumidos a partir do preço da mão-de-obra operária – que se tornava compatível ao que fosse proporcionado pela eficiência dos objetos modernos – mas, também, porque eram os meios de expressar socialmente o que o homem deixara para trás, isto é, o mundo rural, caracterizado pelos termos *do campo*, *caipira*, *country*, *campestre*, *rural* ou *nativo*.

Os fabricantes, cidadãos do século XX, apostaram na substituição da força motriz natural pela mecanizada e, sem a ausência da originalidade, mas, sobretudo por significar urbanidade, os objetos industrializados alcançaram o maior número de consumidores nas cidades. Uma vez submetidos aos processos econômicos dinâmicos da “distribuição” de riquezas, nas passagens da revolução pré-industrial para a industrial, a presença dos objetos disponíveis nos mercados, e passíveis de serem consumidos, passou a ter outro significado simbólico na representação do lugar social do sujeito (DEAN, 1971).

Os objetos “fora da cidade”, das fazendas, suportes ou equipamentos das manufaturas ficaram ao relento, à exposição das chuvas, das pragas e da reciclagem material física que denunciavam a mutilação das formas. Assim, modificaram-se, foram substituídas as tecnologias ou foram prejudicados o funcionamento dos moinhos, das rodas d’água, dos monjolos, dos pilões, das cestarias; além do mobiliário, dos meios de transporte, como o carro-de-bois e o trole.

As evidências formais dos objetos denunciam, na aparência, a construção artesanal. A absorção de materiais industrializados (como latas de produto ou de

¹² Será necessário esclarecer que incorporação da estética nos objetos não é próprio da modernidade, mas sim do clássico.

conserva de mantimentos) apropriados nas engenhocas de produção doméstica para a produção industrial em grande escala caracteriza uma (re)criação – o objeto híbrido da tecnologia aplicada ao mundo rural ou ao urbano. Este, na origem manufaturada ou industrializada, denota o imprevisto no manejo ou na desvalorização da mão-de-obra escrava, operária e no aspecto da sobrevivência marcante dos excluídos sociais.

Retomando a fronteira do tempo e do espaço, entre o urbano – pelos processos da modernidade – e o rural, o processo industrial da lavoura abandonou os cambões, arados, cestarias, moinhos, moendas, entre outros artefatos, instrumentos rudimentares, primários da agricultura antiga e medieval, adaptados tecnicamente, para se aplicar na lavoura, trazendo para o interior das casas a mecânica do cotidiano. A mecânica, a eletricidade do final do século XIX e a eletrônica no século XX não são sinônimos de homogeneidade social ou de linearidade nas histórias das sociedades.

Contudo, no texto a seguir, a tentativa é a de abordar as apropriações dos objetos pelo olhar do colecionador, Santos, com o desenvolvimento de atividades com finalidade pública e perene na conservação das tradições e costumes. Na pesquisa contextualizada pelo objeto histórico e para dar destaque às coleções científicas, na busca do objeto desejado e do ato de apropriação do mesmo, detecta-se um suporte racionalizado no planejamento para a construção do conhecimento da história natural. Este *plano* misturou as classificações históricas dos objetos artificiais com as classificações das *coisas* naturais – biológicas, geológicas, zoológicas –, com o mundo dos objetos culturais regionais. Talvez, tal método de seleção de objetos tenha funcionado como um aparador da angústia incessante da pesquisa na vastidão do universo das coisas naturais, as quais poderiam *retornar* e *permanecer* na história.

1.1.2 A memória e a coleção

Os argumentos vigentes na literatura crítica da memória social (PEARCE, 2005) são voltados para a investigação do papel da memória, no campo do indivíduo e do social. Memória também é compreendida como um processo de reter informação, mas, estando ela baseada nos estudos produzidos nos últimos trinta anos, pode-se compreender a memória como um processo ativo, seletivo e articulado entre os saberes do presente/passado. Nesse sentido, os estudos voltados para as memórias individual e coletiva, associados aos materiais que dão suporte aos seus significados pretéritos, podem significar para a construção da memória coletiva o mesmo que é o papel da “lembrança” para a memória do sujeito – orientadora e integradora. Ainda, a memória coletiva terá (ou não) os seus suportes informacionais incorporados às redes sociais de significações hierarquizadas (ou não).

O problema da memória, ou daquilo que seria “esquecível”, também está associado à relatividade da linguagem. Entretanto, cada sociedade depende de uma estrutura linguística adotada, que poderá ser operante na construção do conhecimento na medida em que estiver articulada ao sistema de comunicação sígnica: a relação dos fenômenos sociais percebidos a partir das linguagens entre os homens. Não será excessivo lembrar que este sistema criado significa *algo* e *age* no campo das convenções, pressupondo sequências de valores morais e éticos na construção de uma memória social.

Num sentido restrito ao nosso trabalho, a memória social também pode ser associada ao âmbito da circulação e das diversas maneiras de se colecionar objetos. Assim, os objetos servem como referências para a memória social porque

eles não são “donos” de suas qualidades. Ao contrário, são necessários apoios sistêmicos das linguagens das redes estruturadas da comunicação social para lhes garantir a inserção no campo da memória. Posto isto, os objetos possuem propriedades físicas, formais, estéticas, e estes conceitos condizem, em relação à dimensão, com a percepção equiparadamente sensorial.

Se todos esses elementos presentes na memória não estiverem historicamente combinados e contratados, não podem contribuir com a solução do problema da identidade e redonda-lhes imprimir, aos *objetos*, a sua pura condição material, e sem significações.

Pomian encerra o seu texto *Coleções* (1984) com a afirmação sobre a *invisibilidade*, ou sobre os aspectos diretamente referentes à *imaterialidade* proporcionada pelos objetos na coleção:

Opõe-se ao passado, ao escondido e ao longínquo que não pode ser representado por objecto comum. Este invisível que não se deixa atingir senão na e através da linguagem é o futuro. Ao colocar objectos nos museus expõem-se ao olhar não só do presente mas também das gerações futuras, como dantes se expunham outros ao dos deuses. (POMIAN, 1984, p. 84).

Essa citação também faz lembrar as diversas estruturas de percepção encontradas nas sociedades, que são arranjos, recortes, na maioria das vezes, divergentes entre si. Na verdade, são maneiras diversificadas de *demonstrar* uma *temática* importante para o estudo do colecionismo e da memória. Nesse encontro do sujeito com o objeto, se fosse favorecido pelos sentidos construídos em contato com esta materialidade e pronto para ter uma experiência com o “universo” externo ao seu, poderia perceber estes objetos funcionando na construção social do passado, via lembranças dos sujeitos, embora socialmente construídas.

Os critérios, segundo os quais certos atributos da forma são capazes de

reforçar a percepção do passado, alterando-o, são fenômenos que dependem de determinadas estruturas sensíveis e historicamente determinadas. Ou seja, a visibilidade do passado. Tais atributos contêm propriedades passíveis de identificação e são as funções derivadas das propriedades formais do objeto, que podem ser descritas morfológicamente, condicionantes e reforços tonificantes da percepção¹³, e que, no entanto, precisam ainda de atribuições explicitadas na linguagem.

Ainda a respeito do objeto, mas focando em outra direção do conhecimento, e particularmente da memória no museu histórico, este *produto* da vontade de um sujeito dependerá do arranjo materializado no universo simbólico e vice-versa. No campo da História, para entender o papel do objeto museológico, percebe-se o sistema de atribuições a ele determinado no contexto cultural. No museu histórico, a seleção do objeto funciona, no âmbito da memória seletiva, como um *esquecimento programado* em que a memória articulada faz sentido nas relações sociais e pode ser percebida exclusivamente na dinâmica da sociedade. Dessa forma, as *coisas* não são apenas aquilo que são quando apresentadas ao mundo.

A memória, por isso, *opera* para garantir a reprodução tradicional (transmissão) de signos da sociedade em questão e realiza um exercício do registro da cultura, da aculturação, da *inculcação* de valores, normas e padrões. São estes os elementos que integram o corpo social e garantem a coesão dos atributos a eles destinados a partir da linguagem funcional para “controlar” tais objetos significativos. Esse é o momento em que a memória se torna história oficial.

Mesmo assim, as relações assimétricas entre os homens e o culto ao passado (dos homens, das tradições morais e éticas) são acentuadas no sistema de força das autoridades

¹³ Os objetos estéticos, por exemplo, ou de caráter instigador são provocadores dos sentidos e mais facilmente percebidos nos museus de arte, por razões óbvias, embora diversas e pertinentes, tais como espaço em que o “objeto respira” e a obra é contextualizada. As propriedades historicamente atribuídas ao objeto artístico e à circulação social são imperativas para considerações objectuais na pós-modernidade.

institucionais. Vista por este ângulo, a função da tradição fica mais clara, porque está sob a luz da dependência do passado conscientemente criado. Embora a cultura material seja uma ferramenta, o campo das tradições, na maioria das vezes, aparece como tentativa de eliminar possíveis diferenças e homogeneizar mudanças sociais.

Sociedades que se autorrepresentam nem sempre representam de fato a sua imagem espelhada nas contradições das relações sociais. São necessárias as forças da memória representadas na imagem “inventada”, caleidoscópica, construída e aceita socialmente, as quais passaram a ter um papel gerenciador dos vínculos sociais, ou dos elementos da máquina do poder para permitir a sua reprodução (a memória convertida em história oficial).

A simples descrição do objeto está sujeita aos significados mais complexos e às ambiguidades da linguagem adotada. As formas de relação do homem com “as coisas” e da sua própria simbologia construída variam ao longo do tempo. Os sentidos atribuídos aos objetos são atrelados às maneiras da recepção e não se reproduzem naturalmente como valores porque estão condicionados às atribuições da linguagem, da produção, da circulação, das formas da reciclagem, do consumo próprio do seu tempo e espaço social.

Paradoxalmente, as apropriações dos objetos pela memória não passam necessariamente por esses caminhos. A apropriação dos objetos pela memória pode ser direta, evocativa, emocional e sem mediação de linguagem.

A vertente do universo da cultura material, na definição de bens culturais, em que também ocupam lugar as coleções museológicas, irá nortear e compor o patrimônio cultural social ou universal. No âmbito da organização social, esse modo de pensar demonstrará outras e novas perspectivas quando se propuser a investigar os objetos museológicos associados à memória social.

Estes componentes – intenção, articulação, circulação – do *produto museu* não pertencem mais ao passado, mas a um processo colecionista, possuídos de características profundamente particulares aos olhos do julgamento acadêmico e social. Remontam-se as suas histórias e, por força da construção da memória, podem vir a ter um quadro referencial dos aspectos das relações sociais particularizadas nessas coleções.

Coleções possuem, além de “coisas” ou objetos, a memória deles. Os objetos aprofundados no campo dos afetos, dos desejos, das novas sensações, dos fatos consequentes das diretrizes de poder, da produção econômica e da eficiência técnica, da velocidade máxima no tempo, entre outros valores dados às coisas presentes, parecem inesgotáveis.

Os princípios de *Ordem* de objetos de uma coleção forjam uma dependência do processo de organização informacional além da realidade externa (como aqueles dos propósitos memorialistas, românticos, sensacionalistas do terror ou da paz) e são combinados com os limites impostos pelas instituições/museus, tidas como produto da coletividade. No entanto, graças à memória, mesmo que enquadrada e manipulada, novas alternativas de apropriação do passado podem ser articuladas.

1.1.3 As tensões entre o público e o privado no colecionismo

Na literatura brasileira dirigida aos estudos das coleções buscou-se resgatar, investigar e obter resultados de outras experiências prováveis, principalmente nos centros cosmopolitas, para distinguir, comparar umas às

outras, com a análise de uma experiência particular, a do colecionismo público, desenvolvido por Santos. Para o presente trabalho, procurou-se adotar o *coleccionismo* como objeto para dar sustentação ao argumento da importância do estudo da cultura a partir das linhas de fuga implícitas na *história social do colecionar* e da influência do seu contexto cultural.

Da época em que não se vive mais – do passado –, o legado “herança” no presente é a fonte documental revista a partir da observação dos resultados dos atos de quem praticou o *coleccionismo* e, neste caso, a organização de um museu.

Afeições são etéreas e, por isso, através do olhar pretérito, os objetos apropriados do passado podem ser registráveis somente quando há uma intenção e um suporte físico. Ao pesquisador cabe somar, discernir e descrever os significados ou valores a eles atribuídos na sociedade moderna. Mesmo assim, não será possível determinar ou dominar de forma absoluta as relações sociais frente às maneiras pelas quais tais objetos foram aprisionados, identificados, apropriados e submetidos à circulação da informação no “espaço museal”.

De qualquer perspectiva, negando ou não a sua apropriação, a circulação e a quantidade deles inferem questões da proveniência, da autoria, da função, da forma, do conteúdo informacional para propiciar aos objetos um lugar dos sentidos atribuídos, nas qualidades interativas e potenciais dessa ação coletora e colecionadora.

Para efeito comparativo, permite-se representar um “lugar” no imaginário figurativo do passado na função da caracterização dos atos apropriativos do colecionador. Nessa permissão, deve-se atuar com a possibilidade da reconstituição narrativa de valores de grandeza, justiça e igualdade, próprios da estética e da ética; do bom gosto, das crenças, das tradições e da “alma do povo” – e também próprios de cada contexto social.

Embora sejam consideráveis as incertezas econômicas, históricas e sociais, tais como aquelas que são decorrentes do sistema de produção – conflitos de classe, detenção dos bens de produção na hegemonia do poder, substituição acelerada da tecnologia – delas também resulta a sua *autorrepresentação* museológica.

As inúmeras tentativas *do ato de colecionar* poderão ocorrer e caracterizar o *fazer*, os comportamentos, os hábitos, as atitudes repetidas, as manias, as perturbações no sujeito da ação, de caráter privado ou público. Essas ações poderão possuir características de determinadas inferências, como históricas, filosóficas, sociológicas, psicológicas ou estéticas no processo investigativo do pesquisador e nos atos derivados dos verbos *coleccionar* e *documentar*.

Walter Benjamin (1892-1940), filósofo reconhecido como um dos mais notáveis intelectuais alemães, em *Obras das Passagens* (apud SCHOLZ, 1999, p. 12), aplica os conceitos coleção/coleccionismo, abordados e compreendidos como o objeto no museu e na “organicidade” da coleção, onde foram *desprendidos* de suas funções originais. A nova relação com o presente se faz com associações estreitas com o seu semelhante, isto é, o objeto que compõe a mesma coleção insere-se na categoria complementar – *completude não satisfeita* – ao quebrar sua mera existência na cadeia produtiva econômica e ao dotar-se de uma *aura* no espaço museal.

Para exemplificar esse processo, tomamos qualquer objeto que teve a sua origem na escala industrial e, depois de *funcionar* no tempo e no espaço, rompeu definitivamente com o *uso original*. O destino inicial determinado pela fabricação, como o de circular no mercado, depois ser apropriado e consumido, agora foi substituído (FORTY, 2007) pela função de *documentar* e *passar a integrar* uma

coleção, privada ou pública. Neste sentido, o *coleccionismo*, abordado neste texto, deverá ser entendido como resultado das ações de desejos, vigorosos, intermitentes ou pouco contínuos no tempo e no território físico.

O olhar do colecionador seleciona o objeto porque vê que nele “[...] está presente o mundo, o saber ordenado [...]” (BENJAMIN apud SCHOLZ, 1999, p. 12). Por fim, o colecionador age por comparações, identifica a insuficiência e a *necessária* substituição deles. Um objeto, no mundo físico, relaciona-se com outros objetos, comparados a uma “gramática” particular, como uma função de coesão gramatical dos objetos, própria e plena de significados, em cadeia e continuidade insistentes, até alcançar o que a organização informacional considera possuir *coerência* ou *fluidez* na narrativa a que se propôs enunciar.

Em defesa desse objeto do passado, Benjamin conceitua que ele se insere na categoria de sua “completude” e quebra a sua mera existência para integrar uma coleção. “Colecionar é uma forma da memória prática e, entre as manifestações profanas da ‘proximidade’, a mais sucinta” (apud SCHOLZ, 1999, p. 12).

O colecionador assume a luta contra a dispersão, assemelhando-se ao *leitor*, que busca na leitura um todo coerente, e também a conexão conceitual-cognitiva (FÁVERO, 2001), para efeitos de transformar a *informação* bruta em conhecimento.

A *aura* – entendida aqui como sugestão mítica e poética pertencentes aos objetos – poderá ser percebida como um indicador de velhas propriedades funcionais, associadas às simbologias de poderes, honra, riqueza, hierarquia social ou hierarquia doméstica do gênero (CARVALHO, 2008) dos objetos no campo da cultura material.

O colecionismo, estudo explorado como fenômeno da subjetividade ou como ação social, foi desenvolvido por Philipp Blom (2003), que tomou as origens e as vertentes dos sentidos expostos da paixão, das proposições da narração, da

verdade alquímica até serem representadas pelas linguagens das classificações e dos métodos científicos. O autor procurou situar homens-colecionadores nos cenários dos séculos que atravessaram o Renascimento.

O ato de colecionar, como projeto filosófico, como tentativa de dar sentido à multiplicidade e ao caos do mundo, e talvez até descobrir seu significado oculto, também sobreviveu até nossa época, e encontramos ecos da elaborada alquimia de Rodolfo em todas as tentativas de capturar a maravilha e a magnitude de tudo para incluí-las no reino dos bens pessoais. (BLOM, 2003, p. 65)

A funcionalidade dos objetos, a partir do estudo comparativo da produção em diferentes momentos econômicos e sociais, interfere na produção sempre modificada na ordem do uso social e no advento de novas tecnologias que os substituíram em diferentes usos: doméstico, científico, administrativo, memorial, artístico ou religioso.

Estes eixos de análise, dirigidos aqui para o colecionismo, estão voltados para explorar a biografia de quem o fez e para demonstrar as diversas formas e ordens que tomaram tais coleções, particularmente no Museu Histórico e de Ordem geral Plínio Travassos dos Santos.

1.1.4 O objeto museológico e o colecionador

A partir das etapas da pesquisa, que priorizou o conceito de *suporte de informação* ou *fonte de informação*, foram entendidas (informação e fonte) como o resultado de busca de sentido fora do objeto, isto é, dos aspectos históricos e sociais dos próprios objetos e as relações sociais por eles provocadas.

O objeto, isolado de suas funções originais, ao longo de uma trajetória espacial e temporal, foi retirado de circulação da produção e, submetido ao olhar do avaliador, do colecionador; passa para um estágio de (re)significação. O ingresso de um novo objeto, ou vários, numa determinada coleção, e com significados atribuídos pelo colecionador, significa também uma mudança de uma fase ocupada pelo objeto no tempo e no espaço de uso para um lugar de expansão de informações.

Alguns critérios foram adotados pelo colecionador, quanto à avaliação da forma do objeto, à sua capacidade de reter, presenciar ou postergar no tempo, e com precisão, o seu conteúdo informacional, ou ainda, poder ter sido selecionado a partir do critério estritamente afetivo. Os objetos foram classificados em diversas classes e atribuições – como históricos, artísticos, científicos ou *fetichizados* – antes de serem inseridos na instituição coletora que será aqui analisada: o museu histórico no interior do estado de São Paulo.

Nesse momento, para quem analisa coleções, e reconstituindo-se a trajetória dos objetos ou das coleções, da proveniência ou autoria, percebe-se que eles pertencerão a outro senhor. Agora, o *tutor* será invisível e social, com intenções de disponibilizá-lo (ou não) ao olhar alheio. Nesse arranjo, a institucionalização da coleção serve para que, além das significações outorgadas pelo colecionador, outras novas possam ainda ser criadas. De maneira estreita com o seu semelhante, isto é, com “afinidades” sígnicas com um outro objeto de uma mesma coleção, compõe uma narrativa própria de uma maneira de ver o mundo a partir do entusiasmo do desenvolvimento.

Assim, o que é objeto museológico? Sem confundir com os sentidos semânticos do objeto da Museologia, o objeto museológico (que é o artefato) poderá

significar o contexto econômico e social. Rússio¹⁴, já em uma publicação de 1984, “Produzindo o passado”, advertia que

[...] para o museólogo, cultura é, essencialmente, fazer e viver, ou seja, cultura é resultado do trabalho do homem, seja ele um trabalho intelectual, seja ele um trabalho intelectual refletido materialmente na construção concreta. Daí, vem a relação-objeto, homem-objeto-realidade. A paisagem, o meio natural percebido pelo homem é um objeto percebido pelo homem enquanto é alguma coisa fora dele. A palavra objeto já traz essa carga: “ob-jeto”, ou seja, que existe além de, fora de, apreendido pela consciência do homem. A paisagem percebida pelo homem é para o museólogo também um dado cultural. (RÚSSIO apud ARANTES, 1984, p. 61).

“Em outras palavras, faz-se necessário considerar o artefato nos diversos aspectos dos ciclos de produção, distribuição e consumo” (MENESES, 1985, p. 9).

Entende-se que o artefato, composto de dimensões bidimensionais ou tridimensionais, é produto da teoria e da prática¹⁵. Com o conceito *cultura material*, além de poder evidenciar simbologias ou ideologias trazidas pela capacidade interpretativa de qualquer um dos seus componentes (manufaturado ou industrializado), é algo perturbador, eminente e proveniente das relações sociais, como vetores indicativos das percepções menos aguçadas ou das propriedades menos evidentes de um objeto.

Para Baudrillard (2002), através da *Enciclopédia* de Diderot, foi possível inventariar e classificar exaustivamente o mundo ao redor do homem; contudo, o desenvolvimento tecnológico criou objetos e estabeleceu uma enormidade de graus para as classificações equivalentes à diversidade dos objetos, neste mundo em que se misturou o natural e o artificial.

Na sociedade, todo objeto transforma alguma coisa em outra, embora se

¹⁴ Waldisia Rússio, crítica da formação da profissão de museólogo no país, foi coordenadora do curso de Museologia (Pós-Graduação) da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e implantou o projeto “Museu da Indústria”, da Secretaria da Indústria e do Comércio, entre outros projetos pioneiros, na concepção dos anos 80.

¹⁵ A produção científica brasileira sobre cultura material agrega autores-pesquisadores desde os anos 70.

pergunte: em qual sistema cultural é fundada a continuidade de significações e funções desses objetos?

O estudo desse sistema “falado” dos objetos, vale dizer, do sistema de significações mais ou menos coerente que instauram, supõe sempre um plano distinto desse mesmo sistema “falado”, mais rigorosamente estruturado do que ele, um plano estrutural, além mesmo da descrição funcional: o plano tecnológico. (BAUDRILLARD, 2002, p. 11).

A partir da constatação da perda das atribuições físicas e funcionais do objeto, a compreensão do valor do *tempo* em que ocorrem os objetos produzidos, consumidos, possuídos, personalizados ou descartados, define o objeto museológico. Para evitar o risco do *esquecimento funcional do esquecimento programado*, é necessário conhecer o objeto inserido num plano de racionalidade, num ambiente museológico.

Uma das perspectivas de investigação do processo museológico é desenvolvê-la com base no uso ampliado do acervo museal. Em primeira instância, conhecer os percursos dos objetos, reconhecendo as suas biografias.¹⁶ Como esclarece Meneses (1998), dar lugar às possibilidades criativas das diversas significações, sem com isso anular a importância das classes e termos adotados, numa segunda instância, para o arranjo dos acervos e, finalmente, para a exposição.

De maneira geral, a museologia contemporânea experimenta, ou experimentou, inúmeras tentativas de “dar vida ao objeto”, como animações, reconstituições de fatos históricos em cenários, auxílios de aparelhos multimídia, legendas em áudio etc. A tecnologia, aplicada na museografia, sempre esteve presente ou deu suporte à expografia, a partir do período moderno, no interior

¹⁶ O Museu da Inconfidência de Ouro Preto, dirigido pelo Governo Federal, foi remodelado com linguagem contemporânea de museografia. Recorre-se a este exemplo para demonstrar a realização de esforços no sentido de qualificar a informação no seu ambiente.

dos museus. No trabalho apresentado, a ideia não é inédita na vivência profissional. Muitos profissionais da informação complementam objetos com textos narrativos, explicativos, montam audiovisuais ou recursos olfativos no trabalho de curadoria.

O que se busca aqui é associar, em princípio, o papel da *mediação* da informação registrada com o estudo de uma coleção de objetos no interior do museu histórico, demarcada pela sua função testemunhal do tempo operante e pela construção da memória social, caracterizando o período moderno: objetos com legendas explicativas, ordenação linear e monitoria (guia), com a função de “explicar corretamente” sobre determinado assunto. São tarefas exaustivas e tornam-se complexas demais quando não há entusiasmo, crítica e planejamento para discernir os conteúdos informacionais de interesse.

A grande mudança ocorre no “próprio saber como modo de ser prévio e indiviso entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento” (FOUCAULT, 1966, p. 329-330). Essa “descontinuidade” ocorre quando a teoria da representação deixa de ser o fundamento geral “de todas as ordens possíveis” e, dessa forma, marca o início da modernidade. Durante toda a idade clássica existiu uma coerência “entre a teoria da representação e as da linguagem, das ordens naturais, da riqueza e do valor. É esta configuração que, a partir do século XIX, muda inteiramente [...] a linguagem como quadro espontâneo e 'quadriculado', primeiro das coisas, como intermediário indispensável entre a representação e os seres, desvanece-se por seu turno” (1966:12). Assim é que a ordenação, a classificação e a documentação dos objetos passam a ocupar um espaço cada vez mais importante nos museus, pois a ordem ocupa o lugar da interpretação e conhecer é, agora, discernir. (LARA FILHO, 2005)¹⁷.

As premissas, anteriormente apresentadas no texto, surgiram a partir da observação teórica no âmbito do contexto cultural, das ações do agenciador e da formação do acervo para um museu representativo da história oficial e regional. Contudo, a atuação de Santos na administração, no planejamento e na elaboração

¹⁷ Os museus de história que se mantêm com adaptações de linguagens presentes na modernidade e na pós-modernidade, são organizados como a “ordem” da classificação museológica adotada pelas áreas em demonstração. O que de fato foi modificado nos Museus de História Natural além do contexto estático em que foram criados?

de propostas para compor coleções, definiu-se, por isso, no âmbito do modo de colecionar, agenciar e circular objetivando dar acesso à informação, a respeito da representação museológica do período cafeeiro.

1.1.5. Colecionismo, agenciamento e circulação

Nesta seção, o colecionismo, o agenciamento e a circulação são compreendidos como anéis entrelaçados sem perder o foco da complexidade do ato de colecionar. Os objetos colecionados, em si, não possuem significados construídos socialmente nem lhes são atribuídos significados que dependem (ou não) da interação dos indivíduos para fazer sentido. Tanto na coleção como no processo colecionista, expressam-se as ideologias sociais dos grupos e atribuições dos indivíduos daquelas sociedades.

Ainda pode-se contar com três momentos diferenciados do colecionismo, do agenciamento e da circulação. Pearce (2005) oferece um modelo, classificando-o como “três realidades” – material, do grupo e individual – e concebe-o como ferramenta analítica para auxiliar a descrição e a definição, fornecidas pela formação e pelo uso dos significados da coleção dentro de um grupo. A síntese acerca das realidades que envolvem o processo de análise de significações do objeto, segundo a autora, ficaria fracionada em realidades materiais, composta de objetos e percebida na circulação do ambiente determinado pelo tempo e espaço. Desta forma, de modo indireto, a sua interpretação teve, no sentido social, um sistema de signos que gerou significados para manter a sua importância (PEARCE, 1994). Na realidade do grupo, o

consenso é necessário por haver a existência de uma rede provocadora dos discursos, da interação entre os indivíduos e de visões particulares do mundo.

Os significados são, de certa forma, estáveis por um determinado período, “espaço temporal”. A realidade individual, como não poderia deixar de ser, remete ao indivíduo, quanto à interpretação que ele faz do signo. Este poderá ser interpretado de várias formas. Embora a Antropologia, nos estudos das sociedades simples, aborde a interpretação de signos em significados coletivos, o indivíduo, frente ao signo, faz a *sua* interpretação e não *a do grupo* que impõe, em níveis discutíveis, a percepção em consenso.

Frente ao quadro de destaque do problema, surgem quatro níveis para compreender o colecionismo, o agenciamento e a circulação das informações dos objetos que se situam entre a complexidade *temática* e o *uso*, entre a análise documental e o domínio dos processos de investigação.

O primeiro nível é aquele que advém da prática do colecionismo pela força do agenciamento, da apropriação dos objetos que objetivam a formação das coleções no tempo e no espaço. Os objetos semióforos, dotados de significados, quando são expostos ao olhar, não sofrem usura física (POMIAN, 1985); entretanto, a sua condição em criar relações metafóricas entre pessoas e o mundo, necessariamente, não resulta em garantias de continuidade da tradição, da transmissão de valores ou da sua (re)significação. Talvez o maior equívoco do colecionismo seja tomar como ponto de partida, e disparar no mundo presente, os arremedos (muitas vezes lamentáveis tentativas) de reconstituição do passado, a partir da tentativa do enunciado da permanência e da conservação e de *teatralizar* narrativas dos valores do passado. Usurpa-se a linguagem do teatro para maquiagem o que pesquisadores do “passado” considerem como aquilo que é passível de interpretação, mas não de reconstituição.

O indivíduo colecionista, na qualidade de agenciador das tentativas de racionalizar as ações, infere suas concepções, valores e práticas a partir das questões sociais evidentes no processo de colecionar. A interligação entre o indivíduo e tais questões, aqui levantadas no sentido que possa existir além da reunião dos objetos do colecionismo, também se relaciona em estruturas psíquicas, baseadas em padrões éticos ou estéticos, acompanhando as interações anteriores de seus genitores (FORMANEK, 1994, p. 327), ainda que na dinâmica social valores influenciem e sejam influenciados.

Por exemplo, no primeiro nível de contato com a documentação museológica, nos registros, a leitura dos documentos de acervos museológicos permitida por alguma razão, isto é, impressos, manuscritos ou virtuais, empregam termos em campos descritivos dos objetos: aquisição por compra, por doação e por receptação; esta última, comum em antiquários.

Os termos “compra” ou “doação”, condição das aquisições descritas nos formulários e catálogos, são genéricos demais para o aprofundamento das razões do agenciamento do colecionador. Tais termos ocultam as relações sociais estabelecidas a partir de interesses de aquisição ou de descarte de objetos ou mesmo de coleções.

O segundo nível é aquele no qual os objetos são (re)interpretados através da linguagem natural de uma sociedade. Ao submeterem tais órfãos ao novo batizado e destinar-lhes novas denominações espaciais, temporais e classificações, também lhes são impostos novos curadores e pertencerão a novos períodos, nem sempre satisfatórios do ponto de vista da conservação e da acessibilidade.

O terceiro está relacionado à cultura a que pertencem no processo de contextualizar os modos do fazer no espaço (CERTEAU, 1994). O conceito *lugar* é

um elemento-chave para o entendimento das bibliotecas, arquivos, museus e centros de memória, porém pouco discutido nessas áreas. A questão dos contextos e das ambiências dessas instituições poderá ser incorporada e ampliada dentro de uma discussão sobre *o lugar*. Isto é, a institucionalização de práticas profissionais e sociais ligadas à memória e ao conhecimento deveria ser interpretada pelo reconhecimento da construção social desses lugares e das determinações posteriores que eles exercem nas instituições mencionadas.

Na década de 70, Michel de Certeau, pensador francês, organizou círculos de pesquisa que os chamou de *seminários*. O terceiro seminário discutiu etapas de pesquisas, desde a primeira hipótese teórica, na busca de um “terreno”, até chegar às interpretações últimas que formalizaram os resultados obtidos na pesquisa. *A invenção do cotidiano* é uma obra resultante de um desdobramento da pesquisa intitulada *A cultura no plural*. A apresentação de Luce Giard para a obra *A invenção do cotidiano* diz que Certeau *faz algum barulho* nos anos 70 e 80 na França. Foi censurado por relativizar a noção de verdade, por valorizar a escrita em detrimento da apreensão do “real”, quando o historiador quer imprimir a uma descrição o tom da “verdade”. Certeau foi discípulo de Freud e de Foucault, tendo pertencido à Escola Freudiana de Jacques Lacan, desde a sua fundação em 1964 até a sua dissolução em 1980.

Certeau (1994), a partir da obra “*A invenção do cotidiano*”, contribuiu para a adoção de uma linha de fuga que, em perspectiva, define a *maneira de fazer* como relevante aspecto estruturado do âmbito do patrimônio cultural.

Outra linha desenha, a partir dessa obra, a importância das práticas (falar, ler, circular, fazer, comprar, cozinhar etc.) que muitas vezes são *táticas*, associadas às *estratégias*, e são fundadas sobre um “[...] desejo e sobre um conjunto desnivelado de

relações de poder [...]” (JOSGRILBERG, 2005, p. 23), dos movimentos políticos e sociais. O autor ainda observa o *modo de fazer* como algo essencial para a definição de cultura. Define *táticas* como procedimentos que utilizam as referências de um “lugar próprio”, isto é, do território, da localidade particularizada, que se desfazem pelas mãos da própria história.

A partir desses *limites e possibilidades da linguagem* que estão no cotidiano, as práticas afetam o discurso teórico – território, espaço, táticas e operações. Ele compreende o *espaço* como controlado por um conjunto de operações táticas, correlatas aos processos enunciativos (JOSGRILBERG, 2005).

E, por último, em um quarto nível, há a tentativa de se estabelecer a interdisciplinaridade entre a Museologia, as Ciências da Informação e a História, ainda que de maneira limitada, para a atribuição de valores aos objetos, provenientes mais do contexto local do que de uma simbologia universal. O elo deste local com os sentidos do mundo perfaz a trajetória semelhante às conquistas territoriais como aquelas ocorridas na lembrança da frase de Tolstói: “Se quer ser universal, fale da sua aldeia”.

Com essa relação estabelecida, está destacada a importância dos *modos de fazer* na sociedade. Não tendo a pretensão de universalizar a presente pesquisa, mas talvez torná-la circunscrita aos estudos das Ciências da Informação e à área da Organização da Informação, o desenho das linhas de fuga da pesquisa orienta essa discussão para o que foi considerado na análise dos fenômenos do colecionismo, do agenciamento e da circulação da informação. Certamente, essas discussões remetem às várias modalidades ideológicas – do poder, da produção, do produtor e de quem realiza a mediação entre os níveis, relativos à produção do conhecimento necessário para as instituições culturais.

1.2 CONTEXTO CULTURAL E BIOGRÁFICO DE PLÍNIO TRAVASSOS DOS SANTOS

Esta segunda seção do primeiro capítulo procura, analisando a história¹⁸ da região de Ribeirão Preto, na primeira metade do século XX, focar a personagem de um colecionador – Plínio Travassos dos Santos –, buscando identificar aspectos relevantes de suas atividades profissionais para traçar o perfil de alguém responsável por uma organização museológica vinculada ao setor público no interior paulista.

A bricolagem, no processo de pesquisa, foi sustentada pela união de peças de impressões daquela realidade histórica. Inserem-se documentos de caráter primário ou secundário, de vários formatos, espécies e suportes como fontes. A bibliografia utilizada como fonte secundária é recorrente nos estudos do período do café brasileiro, aqui focado no Oeste paulista. A documentação textual manuscrita, a maioria ofícios, relatório e listagens elaboradas por Santos, combina com iconografia e objetos tridimensionais, a maioria, coletados também por Santos.

Na maioria das vezes, a biografia é realizada como narrativa sobre a vida de uma pessoa. No presente caso, as intenções da personagem Plínio são lembradas, no passado, a partir do registro documental da história e da economia na época da produção do café; elas poderão ser reconstruídas mediante um *bricoleur* entre documentação textual, fontes orais e o acervo do Museu Histórico de Ribeirão Preto.

¹⁸ O censo de 1920, nesse ano, indica que, dos 9,1 milhões de pessoas em atividade no Brasil, 6,3 milhões dedicavam-se à agricultura, 1,2 milhão à indústria e 1,5 milhão aos serviços. A densidade da população rural esteve mais presente até a transformação econômica como resultado da industrialização nos anos 50, caracterizada pela intensa migração das regiões Norte e Nordeste para as regiões Sudeste e Centro-Oeste brasileiras.

São leituras das fontes documentais¹⁹ dos acervos, com textos de autoria do colecionador e de fontes orais de pessoas de seu convívio, nas décadas de 40 e 50.

José de Souza Martins, sociólogo e professor na Universidade de São Paulo, refere-se à construção de biografias baseadas na experiência sociológica:

Você pode comparar biografias, ou utilizar intensamente biografias, relatos de vida e coisas acontecidas em que o próprio biografado informa o que a vida fez com ele. Ver como a sociedade aparece na vida pessoal, como as pessoas lidam com normas, valores, com situações sociais, se há criatividade ou não há. (MARTINS, 1998).

Florestan Fernandes, sociólogo brasileiro, utilizou biografias como experimento *a posteriori*, porque também funcionavam como “[...] relato de um acontecimento, cujos fatores e conseqüências podem ser analisadas por meio de um raciocínio experimental [...]” (apud MARTINS, 1998).

Nos objetivos desta tese, não foi possível contar com o depoimento presencial de Plínio Travassos dos Santos, mas, a considerar memórias relatadas, publicadas ou não, a utilização de fontes orais foi favorável a *pensar* a organização da informação preservada no Arquivo Público e no Museu Histórico *Plínio Travassos dos Santos* e Museu do Café *Cel. Francisco Schmidt* (Museus Municipais)²⁰.

Mesmo assim, houve ainda a necessidade de se verificar as razões do argumento de que as bases testemunhais da história se sobrepõem às necessidades das observações, principalmente, dos traços de uma cultura, cuja simbologia nacionalista, encontrada na sociedade ribeirão-pretana, é transparente na seleção e nas apropriações materiais dos objetos realizadas por Santos.

Todas essas fontes são representações selecionadas para dar sentido e

¹⁹ Inserem-se como fontes documentais os documentos de caráter primário ou secundário, de vários formatos, espécies e suportes.

²⁰ “Há situações em que a sociedade pode regredir e ela regride. E isso é possível observar através das alterações biográficas, o próprio sujeito relata situações de avanços e recuos [...]”, analisa o Prof. José de Souza Martins, em entrevista concedida à autora desta tese sobre o método da biografia como documento utilizado pelo prof. Florestan Fernandes. (MARTINS, 1998).

identificar os valores aproximados da sociedade que possuía tais objetos, fotografias e documentos textuais, já apresentados na discussão do aspecto da memória e tradição nesta tese. Com a identificação das intenções de um sujeito atuante no contexto histórico da cidade de Ribeirão Preto, que recolheu e aproximou partes significativas da história do café, a partir da reunião desses objetos, pode-se também identificar as tradições e necessidades da construção da memória social. Tais “pedaços” documentais foram deslocados – em trajetórias muitas vezes anacronicamente reconstituíveis e associados àqueles objetos “representados” por linguagens adaptadas no tempo para esta sociedade – e especificados como os objetos de trabalho no colecionismo.

1.2.1 O marco histórico do café

Para que o uso da expressão “contexto cultural”, que intitula esta seção, não se torne um jargão circunstanciado na generalidade do amplo e diverso entendimento do termo “cultural”, procura-se analisar a informação contextual relativa a uma época de significativas transformações, reconhecida como período ou ciclo do café no estado de São Paulo. Considerado central na história do Brasil do final do século XIX até a primeira metade do século XX, o período econômico de produção e exportação do café dará destaque ao país no Ocidente.

O Café, se bem que fora introduzido no Brasil desde o início do século XVIII e se cultivasse por todas as partes para fins de consumo local, assume importância comercial somente no fim desse século, quando ocorre a alta de preços causada pela desorganização do grande produtor que era a colônia francesa do Haiti. (FURTADO, 2000, p. 118).

Uma breve localização da trajetória do café contribuirá para identificar a sua importância no período moderno frente aos títulos de *planta lendária* e *ouro verde* que recebeu e deu renome aos seus plantadores barões e reis do café.

Segundo a principal lenda – a do pastor de cabras, Kaldi, das tribos da Etiópia e do Negus Cabalet, monarca etíope –, o café foi cultivado na Província de Kaffa, tendo dominado a Arábia. De Meca, espalhou-se pela Ásia, África e Europa. Os mercadores venezianos, no século XVI, o cultivaram na Europa. O café chega ao Brasil pelas mãos de *Melo Palheta*, Capitão Tenente e guarda-costa oficial, numa expedição militar à Guiana Francesa, em Caiena, século XVIII. Com as proibições de difusão do café aos portugueses, a esposa do governador d'Orvilliers transferiu para as mãos do Tenente os grãos da planta que iria proporcionar ao Brasil a sua mais radical mudança, transformação e expansão do mundo rural ao urbano.

Após a viagem, algumas sementes de café foram entregues, em Belém do Pará, no Norte do país, ao Senado da Câmara de Belém e foram definitivas para a transformação da economia dos séculos futuros.

Trazido para o Rio de Janeiro, para a região das minas de Cantagalo, no Norte do estado, o café terá sua primeira produção em escala comercial com o holandês João Hoppmann, em 1760, no arraial de Mata-Porcos.

Do Rio de Janeiro à divisa geográfica do território de Minas Gerais e São Paulo, formou-se a monocultura do café, com estilo de produção industrial e de uma moderna comercialização, contribuindo para uma distribuição demográfica a partir do sentido binário urbano-rural e de habitação apropriada (SAIA, 1978, p. 180).

O território da Província de São Paulo, antes dominado pelas bandeiras, por caçadores de índios no século XVI (TAUNAY, 1943, p. 142 apud BREFE, 2005, p. 297), herdeiros oficiais do poder imperial e de posseiros desmedidos, a partir das

buscas da economia extrativista de minérios até a definitiva ocupação territorial, irá fortalecer-se como centro econômico, mesmo nos princípios do século XVIII. O chamado Caminho de Goiás, a linha que ligava a Capitania de São Paulo à Villa Boa de Goiás, naquele tempo foi percorrido por homens lendários, orientados para o “recém-descoberto centro minerador”. Já em 1820, apesar do transporte lento de homens e animais, a produção subiu para 500.000 arrobas de café.

1808. O Príncipe Regente D. João incentiva o plantio do café e manda trazer de Moçambique sementes, que germinam em estufas. Nobres portugueses, franceses exilados, partidários de Napoleão, e o próprio bispo do Rio de Janeiro começam a cultivar o café. O médico francês François Levesne (1759 Caen – 1823 Rio de Janeiro), experimentado cafeicultor, que tivera plantações em São Domingos e Cuba, adquire terras na Gávea Pequena e ali abre a fazenda São Luis. Sua iniciativa é seguida por outros moradores da cidade. Grandemente devastada, a floresta da Tijuca perde sua cobertura natural para os cafezais, situação que se modifica a partir de 1853, quando as plantações, fazendas, sítios e chácaras são desapropriados e a floresta começa a recompor-se. (MOURA, 2000, p. 19)

Em 1830, o café superou as exportações da cana-de-açúcar, fumo e algodão, com mão-de-obra escrava, responsável pelo trabalho nas lavouras de café, originária da África, especificamente das regiões de Angola, Congo e Moçambique. Nas fazendas, surgiu a especialização da mão-de-obra empregada que exercia suas tarefas na roça, na derrubada das matas, no destocamento, no preparo da terra, no cuidado dos viveiros, no plantio das mudas e nas colheitas. Os escravos, entre outras obrigações domésticas ou na lavoura, eram obrigados a se dedicar às diversas etapas do tratamento do café: a lavagem, o despulpamento, o brunimento, a catação, a secagem nos terreiros, o ensacamento e o armazenamento nas tulhas.

Os “negros”, sob controle dos seus proprietários, eram comercializados nas próprias fazendas, com venda, revenda e a acomodação de interesses econômicos por parte do fazendeiro, sob a insegura vida do trabalho servil. As senzalas, local de

“descanso” dos escravos, concentravam-se próximas à casa-grande, nesse tempo de mão-de-obra cativa. Esses homens serviam também de carregadores de ferramentas e mantimentos, como carne seca, cereais, mandioca e café. Escravos e mulas desciam o Vale do Paraíba Fluminense pelas passagens íngremes permitidas nas encostas da Mata Atlântica, na região onde é hoje o Largo da Carioca. Os quintais dos Conventos do Bairro de Santa Tereza, no Rio de Janeiro, foram os lugares que espalharam o café para as terras do Norte e Sul das Capitanias do Rio de Janeiro, São Vicente e Minas Gerais.

Em paralelo ao trabalho escravo na lavoura, o trabalho doméstico distribuía-se entre as costureiras, rendeiras, lavadeiras e engomadeiras, além das mucamas, e, principalmente, as cozinheiras, despenseiros e copeiros responsáveis pelo preparo do alimento na casa do fazendeiro. Com variada utilização, o pilão tornou-se comum entre os instrumentos domésticos e ferramenta para o *beneficiamento* do café, ou seja, para a simples operação de descascá-lo. Despendendo tempo e força, as mulheres, em dupla ou trio, reuniam-se em torno do pilão de madeira, de preferência de cocho profundo, e subiam e desciam as mãos de madeira para o benefício dos grãos. Havia dois métodos de colheita: o do lençol e o da terra (BRUNO, 2000, p. 33-44).

Inicialmente, o descascamento do café era realizado através de trabalho manual feito em pilões, instrumentos simples, talhados em madeira de qualidade. Outros instrumentos associados a essa técnica de beneficiamento, de acordo com o trabalho braçal, são as peneiras, trançadas com fibras ou talhos de palmáceas, e as varas resistentes para separar as cascas partidas dos grãos de café.

O emprego da força motriz do vento ou da água era significativamente desprezível durante todo o período colonial no país. Ao Império coube a tarefa de

transformar e desenvolver a ciência e as técnicas modernas, mesmo que estas fossem imitações europeias.

O Brasil colonial e imperial, mesmo após a independência política de Portugal, persiste no mesmo modo de viver, de plantar, de comercializar e de relacionar-se com os excluídos sociais e com o exterior. Da França, cientistas e artistas viajaram pelo país com a *Missão Francesa* (1816) para a implementação educacional e cultural.

A Inglaterra foi a difusora do capital inglês na comercialização de exportações. Proibiu o tráfico de escravos em 1850 e, através de companhias financiadoras, investiu na construção da estrada de ferro, veículo que irá mudar a velocidade da fixação dos imigrantes, da produção, escoamento para a exportação do café e implementação de técnicas construtivas e científicas.

Sérgio Buarque de Holanda (1976) afirma que o Brasil colonial, com dominação portuguesa, não se preocupava em construir ou edificar, mas em consumir riquezas. Mesmo que a intenção extrativista estivesse presente a partir da metrópole, e o desprezo português pela colônia definisse o poder (HOLANDA, 1976), as sedimentações governamentais proporcionaram a radical mudança do país colonizado para o país industrializado, ainda no final do século XIX.

Argollo, ao elaborar o seu trabalho sobre a arquitetura do café, trabalho cuja hipótese se baseia na ligação entre a arquitetura das fazendas e a técnica empregada no processo produtivo, analisa processos de adaptação de fazendas, modificações nas estruturas e afirma: “[...] pode-se reconhecer a arquitetura da produção das regiões em que se empregavam processos definidos por um tipo de desenvolvimento técnico semelhante e condições socioeconômicas parecidas [...]” (ARGOLLO, 2004, p. 53). Sua analogia compreende o *complexo produtivo* – o

conjunto sede, terreiro, tulha e casa de máquinas – e abrange, também, a arquitetura do núcleo industrial do café e a arquitetura do cafezal.

As movimentações sociais da República provocam a suspensão da escravidão, apesar das presentes intenções involuntárias dos seus *senhores*. Devido ao capital internacional, estava em jogo a permanência desse sistema (escravista) e abriram-se as diretrizes capitalistas de concentração de renda a partir do produto *café*. Segundo Celso Furtado (2000, p. 118), a abolição exigia uma reorganização da produção; os escravos não puderam comprar terras, não abandonaram as plantações e não houve reforma agrária.

Nas proximidades de Bananal, cidade com maior produção de café, em 1854, no Vale do Paraíba, estado de São Paulo, localizavam-se as fazendas Boa Vista e Resgate, testemunhadas pelas sedes ainda hoje conservadas. Seus proprietários, Comendador Luciano José de Almeida e seu genro, Comendador Manoel de Aguiar Vallim (falecido em 1887), são exemplos de famílias com participação definida na política da Província de São Paulo e com efetiva participação no mercado, como comissários. No Rio de Janeiro, Minas Gerais e, em menor escala, em São Paulo, até 1870, formou-se uma agricultura cafeeira com a força escrava. Além disso, as terras semi-áridas eram destinadas, no país, ao açúcar e as férteis, ao café. Não tardou o seu esgotamento no Vale do Paraíba.

Em 1867, Visconde de Mauá inaugurou a estrada de ferro – a São Paulo Railway – ligando Santos a Jundiaí. Na sequência que acompanhou a expansão da produção cafeeira, instala-se a Companhia Paulista de Estradas Férreas e Fluviais dirigindo-se a Campinas, Rio Claro e Porto Ferreira. Em 1875, era instalada a Cia. Sorocabana e a Cia. Ipanema; no ano seguinte, a estrada de ferro Limeira-Rio Claro; em 1883, Ribeirão Preto.



ILUSTRAÇÃO 2 – Fazenda Monte Alegre, de Ribeirão Preto
Fonte: De autor desconhecido, do início do século XX

A Fazenda Monte Alegre, de propriedade de Francisco Schmidt, possuía um ramal da estrada de ferro, facilitando, assim, a distribuição das sacas de café. Uma das principais características dessa fazenda, além de tornar-se uma das maiores empresas produtoras do café para exportação, era de possuir autossuficiência frente à cidade. Segundo Moraes (1992, p. 15),

Na fazenda Monte Alegre “dinheiro não circulava”, tudo ficava em torno de trabalho e de Francisco Schmidt, com conta corrente, salário e mercadoria. Na visão do filho de Francisco Schmidt “...o colono tinha vida boa...havia fartura...ou seja, produzia seu sustento...” são dizeres que expressa bem o pensamento e mentalidade da classe dominante.

A descrição das condições dos trabalhadores, feitas por Jacob Schmidt, contrapõe-se à situação deles, denunciada por jornais italianos. Assim, conclui Moraes (1992, p. 15):

É relevante registrar que Francisco Schmidt cunhou um “vale moeda” que circulava nos seus domínios; posteriormente foi também aceito no comércio da cidade, exemplo vivo da coexistência do resquício medieval com uma sociedade pré-capitalista.

Esta prática comercial não era comum às fazendas, mas não foi inédita na Monte Alegre. Este sistema também era aplicado com o objetivo de centralizar o modo de vida dos colonos, sob a organização do controle do proprietário.

Esse processo, desde a fundação do município de Ribeirão Preto, em 1875, foi incessante até se constituir em uma “[...] malha fundiária bastante diversa [...]” (BACELLAR, 1989, p. 11), com a cana-de-açúcar, novamente presente no século XX, e com a laranja na indústria sucoalcooleira.

Os aspectos da expansão do café na região do Oeste Paulista, em sua segunda fase de grande produção interna brasileira, estão diretamente associados ao momento de expansão tecnológica²¹. Tais aspectos, compreendidos no contexto cultural para dar interpretação aos vetores das relações sociais, correspondem a um cenário panorâmico dos fatos históricos e da intervenção dos agentes históricos. A partir dos dispositivos históricos, e nessa forma de tratamento contextual, procura-se focar mais nas relações sociais e econômicas, estabelecidas historicamente, que determinaram o crescimento econômico da cidade de Ribeirão Preto.

Nesse contexto agroeconômico brasileiro, no período de 1840 a 1880, percebe-se a importância do café em uma produção agrária diversificada, mantenedora da sobrevivência do escravo e do imigrante colono. O café, já que foi o produto responsável pela inserção significativa do Brasil na economia mundial, teve relevância na acumulação monetária do país, sob o comando do Império, das oligarquias rurais e regionais.

Santos escreveu, no jornal “Diário da Manhã”, uma série de artigos em que

²¹ Nesse cenário, surgem duas importantes instituições: a Comissão Geográfica e Geológica, em 1886, e, no ano seguinte, o Instituto Agrônomo de Campinas. A partir do final do século XIX, a cultura do café se expande com base no complexo de Ciência & Tecnologia, formado em São Paulo. Naquele período, a base da economia brasileira podia ser representada, principalmente, pelo complexo cafeeiro paulista. Portanto, era natural que os centros de pesquisa e experimentação agrícola, bem como as entidades de assistência técnica agropecuária, criados na época, se localizassem em São Paulo e tivessem como objetivo gerar e difundir conhecimento compatível com a realidade do estado. (ARGOLLO, 2004, p. 38).

demonstrou a profundidade de suas pesquisas históricas sobre Ribeirão Preto. Entre eles, o artigo *O Ribeirão Preto histórico e para a história* (SANTOS, 1942), em que se refere, em prosa, à ocupação do território nos caminhos do Oeste Paulista:

Bandeiras...Picadas...Pousos...Ranchos...Roças...Capelas...Povoação... Cidade. Esse o caminho quase invariável da formação da maioria das nossas cidades primitivas. Assim nasceu Ribeirão Preto. Povoado incipiente no meado do século XIX, freguesia em 1870, município (Vila) em 1874, cidade em 1889. (SANTOS, 1942)

Assim, a personagem Santos, confiante na reunião de fontes documentais, e, mais tarde, o desenvolvimento de pesquisas com a valorização do documento colonial (sesmaria) foi citado na publicação oficial “O município e a cidade de Ribeirão Preto”, em comemoração ao 1º Centenário da Independência Nacional, de autoria de João Rodrigues Guião²², ex-prefeito municipal. Santos descreveu na série de artigos que compôs para o jornal *Diário da Manhã* que circulou em 1940:

No Município e a Cidade, publicação oficial comemorativa do primeiro centenário da Independência Nacional, página 6, trabalho do ilustre dr. João Rodrigues Guião, ex-Prefeito Municipal, se lê: “Trás a data de 16 de fevereiro de 1815 a carta de sesmaria que, pelo Conde de Palma, do Conselho da S. Alteza, Governador e Capitão Geral da Capitania de São Paulo, foi concedida ao Padre Manuel Pompeo de Arruda, morador na Freguesia de Franca, termo de Villa de Mogy-Mirim”. (SANTOS, 1942)

Continua a explicação, fazendo referência à Carta de Sesmaria:

Ainda encontramos referência à dita “carta”, à página 1544 do II volume do “Os Municípios Paulistas”, publicação oficial do Estado organizado pelo dr. Eugênio Egas, que são as seguintes:
 “O município de Ribeirão Preto formou-se em terras de sesmaria concedida por carta de 16 de fevereiro de 1815, pelo Conde de Palma, governador e capitão general da Capitania de São Paulo, ao Padre Manuel Pompeo de Arruda. As terras dessa sesmaria que tinham uma área de uma légua de testada por duas de fundo largavam-se até as fronteiras dos termos de Franca e São Simão, foram vendidas em 1820 ao capitão João Pedro Diniz Junqueira, que foi quem promoveu a sua divisão e demarcação”. (SANTOS, 1942)

²² João Guião era fluminense, nascido em Valença, foi promotor público em Cajuru, prefeito em Ribeirão Preto, diretor do jornal “Diário da Manhã” e jornalista.

Consegue provas documentais dos primeiros moradores do lugar em 1845.

Santos assim esclarece:

[...] a nossa fonte informadora era das melhores, pelo menos presumidamente - “o Livro Tombo” da Matriz de Ribeirão Preto, aliás iniciado em 30 de novembro de 1885, no qual, à página 1, se lê o seguinte assentamento: Ribeirão Preto [...] a atual povoação tem pois princípio no ano de 1853 e a Capella que serviu de Matriz teve provisão de benção em 9 de janeiro de 1868 – Capella curada, por provisão de 16 de novembro de 1869 – sendo canonicamente instituída em 15 de julho de 1870 – o território da Parochia é um triângulo formado pelo Rio Pardo, Mogy Guassú, Serra Azul, córrego da Cachoeira, passando pela estação de Cravinhos e fazenda do Lageado, formando um ângulo no Pontal, onde se une o rio Pardo e o Mogy Guassú, tendo por base a Serra Azul, Cachoeira e fazenda do Lageado [...] 23 de abril de 1942. (SANTOS, 1942).

O município de Ribeirão Preto, fundado na segunda metade do século XIX, urbanizou-se a partir dos vetores históricos e sociais, em que o ciclo econômico de produção e exportação do café foi definitivo para o rompimento com um Brasil colonial. Este processo, não encerrado em datas, decretos e leis, que considera as permanentes e conflitantes relações de trabalho e dos bens de produção, provocou, senão o melhoramento de pequenos povoados, a fundação e o crescimento de cidades com perfis metropolitanos.

Até 1850, a produção econômica estava potencializada nas cidades vizinhas ao Rio de Janeiro, que formaram propriedades fundiárias fundadas, estruturais e funcionais, na economia, diferenciadas pelos valores de exportação até então promovidos pela colonização. Nos anos seguintes, as técnicas desenvolvidas pela revolução industrial penetram lentamente no interior do país e, no terceiro quartel do século XIX, modifica-se os termos do problema econômico brasileiro, a partir do sistema produtivo, e o país passa a “[...]reintegrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial [...]” (FURTADO, 2000, p. 121).

O desenvolvimento com base em mercado interno só foi possível, segundo

Celso Furtado (2000), com a organização da economia associada ao grau de complexidade e autonomia tecnológica. A solução econômica, para o país, foi encontrar-se na exportação, definindo, assim, as intenções de mercado e das políticas interna e externa.

As modificações estruturais sociais e econômicas são identificadas no Brasil do período colonial ao republicano – período de trezentos anos – e aqui se apresentam no contexto histórico, para a formulação da hipótese. A evolução e expansão do espaço (rural em urbano) não se restringiram apenas a contingências da sobrevivência ou da diminuição da oferta da mão-de-obra escrava. Esta relação alargou-se em interesses capitalistas da concentração fundiária, da exportação e da formação familiar para a dominação política.

Como analisa Sérgio Buarque de Holanda, a partir de Max Weber, tradicionalmente, as fundações das cidades, a exemplo do Oriente Próximo, ou da China, são também meios para a criação de órgãos de dominação. “Dir-se-ia que, aqui, a colônia é simples lugar de passagem, para o governo como para os súditos” (HOLANDA, 1976, p. 65). Nesta perspectiva, são as diferenças da dominação espanhola e portuguesa que caracterizarão a ocupação do espaço: a castelhana, segundo a recomendação das Leis das Índias, em recuos interiores e retilíneos a partir de um quadrilátero; a portuguesa, litorânea e nuclear em torno da fé, de traçados irregulares.

A realização da ocupação do espaço com agricultura do café, a readaptação da mão-de-obra escrava, as intermitentes levas de chegadas de imigrantes e a alteração dos costumes de moradia, de alimentação, de vestimenta, de diversão e da alfabetização definiam um território novo, agora o Oeste paulista. Conseqüentemente, a cidade deveria aparentar organização urbana suficiente para

assemelhar-se às cidades européias (PAZIANI, 2006). São estes os aspectos determinantes para a organização espacial rural das monumentais fazendas do ciclo do açúcar e do processo urbano industrial, provocados pelo poder monetário da produção do café. Aspectos esses, obviamente, presentes na fundação e desenvolvimento inicial da cidade de Ribeirão Preto.

Naquele tempo, de um Brasil colonial e rural, o deslocamento de grupos e famílias em busca de enriquecimento constituirá espaços citadinos, já ocupados por tribos indígenas e desbravadores, e será definitivo na formação de fazendas, colônias, caminhos e estradas.

No terceiro século do domínio português é que temos um afluxo maior de emigrantes para além da faixa litorânea, com o descobrimento do ouro das Gerais, ouro que, no dizer de um cronista do tempo, “passa em pó e em moeda para os reinos estranhos; e a menor parte he a que fica em Portugal e nas cidades do Brasil, salvo o que se gasta em cordões, arrecadas as mulatas de mau viver, muito mais que as senhoras. (ANTONIL apud HOLANDA, 1976, p. 68).

A Capitania de Minas Gerais, na Comarca do Rio das Mortes, agregava portugueses e africanos que, com o esgotamento da produção extrativista e a diminuição do braço escravo, migraram para o Noroeste paulista (GAETA, 1997). As modificações sociais não são atribuídas apenas à somatória de fatos econômicos, políticos e das restrições impostas pelas exigências dos liberais contra o tráfico de escravos, colocado como crime, por parte principalmente da Inglaterra, na década de 1830, e a execução da lei em 1850 (BEIGUELMAN, 2005, p. 19-59).

Na área cafeeira do Oeste, a medida, uma vez promulgada, determinará, é certo, uma fecunda reorientação de excedentes de capital no sentido do setor não-agrário – o ferroviário, por exemplo – operando-se, pois, já em forma imediata, uma vantajosa dinamização de sua atividade econômica. Entretanto, achando-se a lavoura do Oeste paulista empenhada num processo de progressivo abastecimento de escravos, será justamente dos fazendeiros dessa área que advirá, como vimos, a maior resistência à proposta. (BEIGUELMAN, 2005, p. 48).

Nos presentes aspectos de resistência às modificações estruturais econômicas, associavam-se, também, ao poder a união familiar consanguínea, a permanência dos capitais aplicáveis na aquisição de novas terras.

As primeiras modificações na arquitetura rural, que foram destinadas ao engenho de açúcar, caracterizaram a propriedade da Fazenda Monte Alegre ainda neste contexto:

Conforme demonstram os inventários dos séculos XVI e XVII, estudados por Silva Bruno, na zona rural paulista utilizava-se sobretudo da taipa de mão, exceto nas grandes propriedades, onde se empregava o barro socado ou taipa de pilão, porém existiram edificações que se utilizaram das duas técnicas, como se pode observar nas seguintes descrições: cada de taipa de pilão com três oitões de taipa de mão; casa de taipa de pilão e uma tacaniça de taipa de mão; casa de taipa de pilão com sua tacaniça e corredores de taipa de mão (BENINCASA, 2006, p. 86).



ILUSTRAÇÃO 3 – Telha Marseille St. Henry, da sede da Fazenda Monte Alegre.²³
Fonte: MH. Foto: SMES

²³ As telhas foram lavadas e recolocadas em 2002, durante o projeto de restauro, com supervisão do Condephaat.

Transformações como a taipa de pilão para o uso do tijolo, a importação da telha francesa, do ferro e do concreto armado, índices do alargamento social da classe burguesa dominante paulista, conferem às posses as técnicas para enfeitar as fachadas, e a sua utilização passa a significar ascensão social. Foram emergentes os artífices e os frentistas imigrantes europeus, principalmente os italianos. A casa transformou-se em *demonstração do modo de fazer* o cozimento dos tijolos, com especiais bitolas comerciais para a madeira serrada, movidos a vapor e até a eletricidade. Benincasa (2003, p. 366) faz uma síntese da história da arquitetura do café, na região de Araraquara, e descreve a casa-grande da seguinte forma:

Conhecida como casa-grande ou casarão, a moradia do fazendeiro dos Campos de Araraquara teve uma tipologia extremamente diversificada, indo da casa singela e fortemente inspirada na arquitetura tradicional aos palacetes sofisticados, influenciados pelo Eclétismo. A variação da tipologia observada em exemplares construídos em curto espaço de tempo deve-se ao fato de a região ter sido colonizada de uma maneira muito rápida, por pessoas vindas de várias partes do país e do mundo, o que proporcionou uma extensa gama de costumes, hábitos e padrões arquitetônicos. (BENINCASA, 2003, p. 366)

O problema da procura da mão-de-obra vai se arrastar por quase um século, a partir do fim da escravidão, exigindo uma maior atenção por parte dos capitalistas, comissários credores e exportadores. Sem as condições de instalação (colônias, armazéns, serviços e escolas), a composição – propriedade, produção e mercado – não se sustentaria como organização da produção cafeeira durante o surpreendente processo emigratório europeu e na aquisição da mão-de-obra imigrante, na maioria das vezes, nada amistosa.

A primeira experiência da inserção do europeu em lavouras brasileiras, desastrosa, aconteceu em Ibicaba, Limeira, estado de São Paulo, quando se deu o início do processo de imigração “oficial”. Alemães, portugueses e suíços chegaram

através do “agenciamento” do Senador Vergueiro (1840), com novos rumos de trabalho na escala da grande produção cafeeira.

Denúncias não demoraram, em Berlim, afirmando que os imigrantes eram “[...] submetidos à escravidão disfarçada [...]” (FURTADO, 2000, p. 132). Alguns meios de contratação em regime de trabalho assalariado foram aplicados, testados e fracassados até alcançar um formato mais ideal, que foi o da adoção do salário nas unidades produtivas e o da divisão do trabalho familiar.

Muitas vezes, a forma inicial de absorção da mão-de-obra estrangeira era feita da seguinte maneira: o imigrante chegava com os seus gastos pagos, com a residência garantida e a manutenção assegurada até a primeira colheita. Na segunda forma – o de parceria –, os imigrantes italianos, portugueses, suíços, alemães, entre outros, na condição de colonos, tinham garantida a parte principal de sua renda. O salário anual deveria corresponder aos cuidados, desde a limpeza do terreno até a derriça dos grãos. O colono deveria cuidar de um determinado número de café e por essas tarefas recebia salário monetário anual. O transporte era arcado pelo fazendeiro e, em 1870, o governo imperial passou a assumir este custo. Em 1899, emigraram 577 mil italianos para o Brasil (TRENTO, 1989).

No século XIX, a expansão da agricultura radicalizou-se e adicionaram-se significados que superaram as atividades produtivas até então difundidas, como a cana-de-açúcar, o algodão e o milho. No limiar do século XX, entre as regiões já irrigadas pela linha férrea, Ribeirão Preto, no Oeste paulista, centralizava o *lugar do bom-gosto*, imperativo das famílias oligárquicas; e o da miscigenação racial, imperativo do caráter étnico-social cuja complexidade racista permaneceu cara para o país até o período moderno e pós-moderno. A aristocracia paulista, advinda da atividade rural da cafeicultura, exerceu seus valores oligárquicos no interior do estado.

Para compreender a imigração, não poderemos desvincular a necessidade de complementação da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra imigrante; a abolição da escravidão, da chegada desses imigrantes – italianos, portugueses, franceses, suíços, alemães, japoneses, árabes – para a lavoura, comércio e indústria. A intensa expansão do café estava respaldada pela imigração europeia na passagem do trabalho escravo para o livre, sedimentando inúmeras colônias de estrangeiros em regime de trabalho chamado *parceria*.

Os cafeicultores do Oeste Paulista buscaram, desde o início da introdução da mão-de-obra imigrante, o apoio do governo central para a vinda desses trabalhadores. Em 1871, uma lei estabeleceu a ajuda de custo, através da emissão de apólices para auxiliar o pagamento de passagens, mas especificou a preferência pelo trabalhador do Norte da Europa. No mesmo ano, criou-se a *Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração* que, mais tarde, também passou a receber ajuda para colaborar no financiamento de passagens. A figura-chave deste processo foi Martinho Prado, o qual organizou a Sociedade de Imigração na Itália (Gênova e Nápoles) e fundou colônias no Brasil.

Na chegada, os imigrantes eram enviados para a Hospedaria de Imigrantes, no bairro de Santana, em São Paulo, sede do primeiro núcleo colonial dessa cidade, fundada em 1877. Mais tarde, foi transferida para o bairro do Bom Retiro e, apenas em 1888, ficou definitiva no Bairro do Brás.

A década de 1880 foi decisiva para a grande imigração em massa em direção ao Brasil. Nesse período – marcado pela abolição dos escravos, pela criação de Lei Imperial de propaganda da imigração na Europa (1885) e pela fundação em São Paulo da *Sociedade Promotora da Imigração* (1886) –, o número de italianos atingiu a cifra de 73% dos imigrantes que entraram no país até 1900.

A política de imigração criada em conjunto pelo governo central e o governo provincial tinha na *Sociedade Promotora da Imigração* a sua representação. O principal objetivo era facilitar (contratar e subvencionar) a vinda do imigrante para o Brasil, isentando-o do pagamento da passagem de navio e do transporte ferroviário até as fazendas, além de lhes permitir cultivar outras culturas entre os pés de café.

Tentativas de outras organizações, como a Sociedade Central de Imigração, no Rio de Janeiro, em 1883, estavam entre os interesses dos fazendeiros cariocas. Vejamos os números da imigração europeia: 1870, 13.000 imigrantes; 1880, 184.000; 1896, 609.000; entre 1875 e 1900, 803.000, dos quais 577.000 eram italianos. (FURTADO, 2000, p. 133).

Segundo Alvim, na primeira fase da imigração, até 1886, o sistema de colonato diluiu as diferenças entre meeiros, arrendatários e outros, mas não afetou hábitos culturais na organização da família. A segunda fase da imigração, após aquele ano, consolidou a relação entre colonato e patrão, o que não evitou as inúmeras manifestações, greves e abandono de trabalho em função dos duvidosos tratamentos de alguns fazendeiros.

O governo italiano interveio em função das condições oferecidas. Prinetti, ministro das Relações Exteriores da Itália, tomou uma decisão proibindo a imigração subsidiada ao Brasil (1902), como norma restritiva, devendo emigrar aqueles que pudessem arcar com os custos de passagens e da fixação no Brasil. Após o Decreto Prinetti, em 1903, entraram no país 16.553 e saíram dele 36.419. De 1901 a 1930, a proveniência étnica dos imigrantes equilibrou-se da seguinte forma: italianos, 26%; portugueses, 23%; espanhóis, 22%.

A criação do *Departamento de Terras, Colonização e Imigração*, da *Agência Oficial de Colonização do Trabalho*, em 1906, anexo à *Hospedaria de Imigrantes de*

São Paulo, o Decreto 1.355 de 1907, criando a *Inspetoria de Imigração de Santos*, e, em 1911, a fundação do *Patronato Agrícola e do Departamento Estadual do Trabalho* foram, na verdade, medidas para ajustar interesses comuns: os da exportação e os da atração dos imigrantes. No entanto, essas variantes do controle da economia não evitaram a resistência dos imigrantes. Eram motivos de demissão: doença prolongada, embriaguez ou insubordinação. Não raro, as manchetes dos jornais anunciavam:

Greve de Colonos. No dia 11 do corrente declararam-se em greve os colonos da fazenda do escravista Comendador Paranhos. Os trabalhadores resolveram abandonar o trabalho visto não serem atendidos nas suas reclamações, que consistem em mil réis por cada 100 litros de café colhido. Pelo grande número de greves que explodem em muitas fazendas, vê-se que estas estão cheias de agitadores, que são os próprios colonos, os quais estão agitadíssimos pelas revoltantes condições em que se encontram... (Jornal LA BARRICATA, São Paulo, ano IX, nº 401, 15 de junho de 1913). (BARRIGUELLI, 1981, p. 95)

Greve de Ribeirão Preto. "Grande agitazione operária in São Paulo e dei coloni nell'interno. Buoni sinto mi. Il colono, lo straniero cacciato dela fame della propria patria a caduto fuori dei confini d'ogni civilita, nel campo sterminato della gleba brasiliana comincia a ribellarsi al suo martitio." Greve de Iracema. Cabe à fazenda Iracema de propriedade de Francisco Schmidt, comarca de Ribeirão Preto, a glória de ter sido o berço da primeira greve levada com termo nas fazendas desta zona. Foi no dia 4 de maio de 1912 que se pode efetuar a primeira reunião. Seriam 3 horas da madrugada. Ficando resolvido a empregar todos os expedientes consoantes a razão do livre pensamento, resistindo até morrer no caso da justiça falhar. Pode-se afirmar sem receio que esta greve triunfou, mas devido às medidas empregadas, do que ao medo que ela poderia infundir. O movimento desta greve não é original no mundo mas também não obedeceu regras até hoje seguida no estado de São Paulo. As 70 famílias que serviram de incentivo para 12 fazendas, obedeceram fielmente à alma do movimento que ao fim de 8 dias assombrou toda a zona do oeste de São Paulo. Desta vez não se dotou o sistema de cabeça ou de chefes porque isso seria reduzir à miséria ou à perseguição alguns dos membros mais caros dessa união. Procedeu-se por grupos de 4 a 5 famílias de acordo com a amizade desses grupos, havendo, não um chefe para esse grupo, mas sim apenas uma família encarregada para transmitir os pensamentos do diretório secreto que era quem resolvia todas as pendências. Seria fastidioso relatar as peripécias sucedidas nessa brilhante vitória que algum dia com o vagar serão escritas. Os motivos foram muitos, sendo o principal a miséria que contribuiu para fazer penetrar nos cérebros doentios da multidão ignorante a razão das condições de verdadeiros escravos. Trabalha-se mais de noite do que de dia, ficando demonstrado que o silêncio e união venceram mais que as palavras em público, ou as violências de poucos [...] (Jornal LA BATTAGLIA, São Paulo, ano VIII, nº 354, 18 de maio de 1912). (BARRIGUELLI, 1981, p. 87)

As necessidades de um mercado de massa anunciaram-se no crescimento da população. Ainda que reduzidas em volume e em extensão de distribuição de produtos, seu alcance era feito pela estrada de ferro ou por *mascates*, vendedores ambulantes. Viajantes descreveram a mobília das casas dos colonos de um cômodo só: um estrado de madeira em lençóis de algodãozinho, cadeiras, mesa, potes e panelas, velas, um santo e cromos religiosos ou patrióticos. O imigrante e sua família usavam roupas de brim, chapéus de feltro ou de palha e sapatos de couro ou calçados de lona.

Eles mesmos produziam seu milho e seu feijão e a maior parte da sua carne; compravam farinha de trigo, banha, sal, bacalhau, sabão, pasta, e, às vezes, cerveja, carne enlatada e querosene. Tudo o mais faltava e tudo o mais, segundo se pode presumir, era consumido apenas nas cidades, como parte de um comércio de luxo e, portanto, principalmente fornecido pelas importações: material impresso, material médico e óptico, drogas, tecidos estampados, linóleos e oleados, material de encanamento, material elétrico e muitos objetos, já corriqueiro na Europa e nos Estados Unidos industrializados. (DEAN, 1971, p. 13)

A casa do colono foi o lastro, a sede da vivência humana, a demarcação do território no tempo, dos novos elementos como a adaptação da antiga senzala ou a absorção de técnicas da construção realizadas pelos imigrantes morando em disposição linear, unindo e fortalecendo os laços na colônia (sistema residencial e de produção econômica). A permanência em grupo dava uma sensação de segurança, a partir do uso da língua, dos costumes e das memórias coletivas.

No Brasil, as condições de expansão da lavoura cafeeira e o interesse dos fazendeiros permitiram a recepção desses milhares de italianos e de outras nacionalidades. A Lei de Terras de 1850 marca a diferença da estrutura colonial, com a nova ordem do comércio de terras e da sua exploração. Assim, neste momento, a imigração tornou-se um fluxo contínuo até 1939, com pequenas interrupções.

As chamadas parcerias de plantio nos terrenos de café, na verdade, eram

formas intermediárias de produção entre o emprego da mão-de-obra escrava e o trabalho livre. A ausência de um projeto mais eficaz, no que diz respeito à pesagem, despacho e venda do produto colhido, e mais seguro do ponto de vista do colono, gerou inúmeras revoltas por parte dos colonos, maltratados como escravos.

Focalizando o nosso tema de interesse – a cidade de Ribeirão Preto –, achamos conveniente resgatar a monografia apresentada para a obtenção de título de Doutor em História na USP, da professora Maria Augusta de Sant'Ana Moraes (1992), na qual ela apresenta a ocupação territorial do Oeste Paulista como vertente econômica decorrente do desgaste da terra no Vale do Paraíba e da transformação política conservadora para a liberal, principalmente com a implantação da Lei Eusébio Matoso, que proibia o tráfico de africanos.

Na Sessão da Câmara Municipal de 22 de dezembro de 1878 considerava-se demonstrar “...que este Município é exclusivamente próprio para o plantio de café, e que apesar de já ter milhões de pés de café plantados teria um número muito mais superior, se tivesse para cultivá-los... a indústria não é ousada neste Município... existe (sic) alguns criadores de gado, porém... estes estão passando para o plantio de café” (1²⁴). Vê-se assim, que na antiga Vila de Ribeirão Preto ocorria, àquela época prosperidade proveniente do café, havia ausência da indústria, tendência à monocultura e direcionamento dos pecuaristas para o “ouro verde”, pois lhes daria maior rentabilidade e uma projeção muito maior no mundo dos negócios e da política, não somente da Província como do País. (MORAES, 1992, p. 13).

Sobre a personalidade de João Franco de Moraes Octávio, proprietário da Fazenda Monte Alegre, anterior a Francisco Schmidt, a professora Maria Augusta de Sant'Ana Moraes atesta:

[...] as atas da Câmara atestam a ação do homem público preocupado em criar impostos sobre o café, revertendo-os em benefício da formação da municipalidade, como construção da cadeia, do cemitério, de serviços de água e de eletricidade. Consta que suas terras eram de léguas e mais léguas e que cercavam Ribeirão Preto, tanto é que para

²⁴ Ata da Sessão da Câmara Municipal, 22 de dezembro de 1878. Cf. CIONE, Rubem. História de Ribeirão Preto. 3. ed. [S. l.]: IMAG, 1990. v. 1. p. 172 apud MORAES, M. A. de S. **Monte Alegre: dos tempos do café à Faculdade de Medicina.** [S.l.: s.n.], 1992.

na cidade entrar haveria de se “...pedir licença para o dono de tantas terras”. Suas fazendas espalhavam-se pelas regiões que compreendem Dumont, Serrana, Cravinhos, Pradópolis, Barrinha e Sertãozinho. Entre elas, figurava Monte Alegre, que na sua origem possuía 400 alqueires destinados, prioritariamente, à criação de gado e à plantação de café. [...] A fazenda possuía energia elétrica própria, não somente para atender às necessidades da família, como iluminação da casa, mas para os trabalhos das lidas do café. (MORAES, 1992, p. 13)²⁵

Diante do fracasso nos anos posteriores, João Franco de Moraes Octávio vende a sua propriedade ao imigrante Francisco Schmidt. Nas grandes levas imigratórias, a família Schmidt, procedente da aldeia de Ostoffen, vizinha a Bremen, do mar do Norte da Alemanha, constituía-se de cinco membros: o casal Jacob e Gertrudes e seus três filhos (um deles viria a ser o *Rei do Café*). O agenciador responsável pela introdução da família nesta região foi Luiz Antonio de Souza Barros, proprietário da Fazenda Felicíssima, no município de São Carlos do Pinhal, com as colônias do Paraíso e São Lourenço. Schmidt assumiu tais fazendas com o apoio da financiadora alemã Theodor Wille & Cia.



ILUSTRAÇÃO 4 – Carimbo Theodor Wille
Fonte: MH Foto: Secretaria de Cultura de Ribeirão Preto, 2004

²⁵ A Fazenda Monte Alegre, pecuarista, em 1870, produzia poucos pés de café e algumas outras plantações de sustento. Pertencia a João Franco de Moraes Octávio, resistente proprietário de escravos e aos novos rumos republicanos que se anunciava na nação. Chegou a ocupar cargo de vereador na Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

No dia 8 de novembro de 1890 foi lavrada no Primeiro Tabelionato de Notas desta Comarca a escritura de compra de uma fazenda, com cafezais de diferentes idades, casa de moradia, máquinas a vapor de beneficiar café, engenhos de cana com todos os seus equipamentos, engenho de serra vertical (francesa), casa de colonos e outras mais benfeitorias. A Fazenda chamava-se Monte Alegre e era formada por "...terras das Fazendas Laureano e Ribeirão Preto..." O vendedor era João Franco, os compradores eram Francisco Schmidt e Arthur Diederichsen que financiaram Rs 600:000\$000 junto ao Banco Construtor e Agrícola de São Paulo para adquiri-la. Logo depois, Arthur, que residia em São Paulo, manifestou desinteresse pelo negócio, oferecendo sua parte ao sócio pelo mesmo preço de compra. Francisco Schmidt, experiente na compra e venda de fazendas, setor no qual fizera bastante dinheiro, assumiu sozinho o financiamento conforme escritura lavrada no dia 22 do mesmo mês e do mesmo ano, tornando-se assim, único dono da Fazenda Monte Alegre. (MORAES, 1992, p. 14)

Para realizar, na pesquisa da tese, uma síntese do *contexto cultural*, foi necessário focar as relações na história do café. Este foi um ponto fundamental para a construção do referencial teórico do contexto histórico da cidade de Ribeirão Preto.

Traçando uma linha do tempo, em que a sede da Fazenda Monte Alegre sofreu dezenas de modificações físicas – adotadas desde a sua principiante participação na produção cafeeira e na pecuária de Octávio Franco de Moraes – constata-se que houve mudanças significativas, a partir do complexo produtivo do café.

Por possuir ex-escravos e receber um grande contingente de imigrantes europeus, essa fazenda passou a ter grande significação social, nas mãos do imigrante alemão Francisco Schmidt. Agora, as sementes da planta poderosa não foram mais submetidas à sorte de uma trajetória lendária, mas sim a uma planejada Companhia Agrícola, de Francisco Schmidt, que dominou, definitivamente, a economia regional e nacional, somando-se aos grandes exportadores a colheita de milhares de pés de café.

Imediato à compra integral de Monte Alegre (1890), Francisco Schmidt anexou a ela mais uma fazenda que já tinha 150.000 pés de café em produção. O valor desta compra, conforme escritura, foi de Rs 150.000\$000 e assim continuou "...adquirindo outras propriedades agrícolas não só em Ribeirão Preto, mas também em outros municípios..." (24). Num crescendo cada vez maior, Francisco Schmidt

ousava. Os suportes primeiros à sua ousadia comercial eram vontade, energia e determinação ao trabalho. O complemento essencial a este suporte foi o capital. Theodor Wille & Co., detentora deste complemento, seletiva em suas aplicações, direcionava-o para onde o retorno haveria de ser seguro, rápido e se possível mais que dobrado. Houve momento que era difícil traçar o limite entre os bens propriamente de Francisco Schmidt e aqueles que estavam sob os compromissos da firma alemã. O entendimento, suporte capital - venda de produtos, estabelecido entre Theodor Wille e Francisco Schmidt só foi quebrado no período da Primeira Grande Guerra, no momento em que o comércio brasileiro cessou com a Alemanha, mas, retomado logo após o término desta. (MORAES, 1992, p. 16).

A sede da fazenda, por todas as relações estabelecidas, congruentes na economia da cultura cafeeira, é o lugar da referência, da centralização do poder, das negociações e da expansão administrativa da polaridade patrão-colono e das contradições da fixação das políticas imigratórias. Até o presente momento, não há uma data da construção da sede da Fazenda Monte Alegre, embora a documentação cartorial ateste o ano de 1870 como o ano da compra pelo seu 1º proprietário: Cel. João Franco de Moraes Octavio. Assim, Moraes (1992) analisa:

Estas relações patrimoniais foram próprias de toda a economia cafeeira. As "cazas de vendas" das fazendas do município de Ribeirão Preto foram institucionalizadas. A propósito, veja-se o Projeto da Câmara, do dia 15 de março de 1888, no qual os fazendeiros ficaram com a faculdade de estabelecer em suas terras "...caza de negócio de fazendas, molhados, armarinhos e mais gêneros do país necessários para o abastecimento de sua colônia..." O projeto sintetizava ainda mais o poder político dos fazendeiros de café, uma vez que a mesma proposta assegurava-lhes pagar imposto à Câmara "...dez por cento menos do que pagam os negociantes..." da cidade. Na fazenda Monte Alegre "dinheiro não circulava", tudo ficava em torno do trabalho e de Francisco Schmidt, com conta corrente, salário e mercadoria. Na visão do filho de Francisco Schmidt "...o colono tinha vida boa... havia fartura... ou seja, produzia seu sustento...", são dizeres que expressam bem o pensamento e mentalidade da classe dominante. É relevante registrar que Francisco Schmidt cunhou um "vale moeda" que circulava nos seus domínios; posteriormente foi também aceito no comércio da cidade, exemplo vivo da coexistência do resquício medieval com uma sociedade pré-capitalista. (MORAES, 1992, p. 15).

Os elementos de uso doméstico e auxiliares da produção cafeeira caracterizam-se pelos equipamentos agrícolas destinados ao trabalho, como

bastões de madeira, ferro, lâminas de metal, peneiras. Mas o tempo gasto na torração, com o aperfeiçoamento da técnica, foi possibilitando atingir a qualidade do *café esperado*.

Para expressar as qualidades de um café, a classificação comercial adotou uma nomenclatura variável de país para país, mas que, em regra geral, traduz o grau de delicadeza da bebida. Assim é que a Bolsa de Café N. York classifica por mild toda bebida fina, de extrema suavidade, encontrada nos cafés lavados e despulpados, não sujeitos à fermentação. (CAMARGO; TELLES JÚNIOR, 1953, p. 546).

Muitas vezes manual, a colheita não dispensa os cestos. Antes da torrefação, o sistema de colheita depende das operações de secagem, que valorizam a qualidade e o valor comercial do café. Os cestos, utensílios confeccionados a partir de fibras de palmáceas, de cipós e filetes de alumínio, são usados nas fileiras junto ao movimento das mãos.

A colheita em cestos é uma consequência do sistema de cultura, ou melhor, de possibilidade de conservação da cereja, por longo tempo, no galho. De um modo geral, a colheita em cestos – que, por si mesma, constitui um requinte de cuidado – é empregada para a obtenção de maior porcentagem de cerejas esmagadas, destinados ao despulpamento, em razão das excelsas qualidades com que se apresentam, nos mercados, os produtos trabalhados por este. (CAMARGO; TELLES JÚNIOR, 1953, p. 453).

O terreiro, o espaço especializado, como afirma Saia (1978), antecipa o ciclo produtivo; é feito de ladrilho de barro queimado, pois o tijolo absorve a água. A sua capacidade está ligada à produção e ao número de dias que o café necessita para desidratar-se convenientemente.

A distinção da sede cafeeira se dá pela presença do terreiro, que se apresenta como um elemento aglutinador da produção do café. A ideia de um espaço funcional e organizado, a exemplo da fazenda Pau D'Alho, na região de Bananal, inclui paredes de pedra, pau-a-pique com requadros de madeira na forma

de gaiola. Em Minas Gerais, perto do Rio de Janeiro, as paredes de pau-a-pique foram substituídas por paredes de taipa. O comércio subsidiário, o armazenamento, o *despacho*, o financiamento são etapas concluídas no entreposto sediado na própria fazenda ou na cidade. Os antecessores – cana-de-açúcar, mandioca, feijão e milho – forjaram um determinado arranjo espacial *operativo e construtivo* que é retomado por um novo arranjo: o café.

De fato, como já acontecera no Nordeste, quando a indústria do açúcar fora obrigada a aceitar um partido aberto a fim de atender ao volume de produção em escala internacional, em contraposição ao partido aglutinado, ilhéu e sulista, no qual todas as partes diferenciadas funcionalmente se aninhavam debaixo de um único teto, o partido da sede cafeeiro preferiu uma solução que distingue perfeitamente as diferentes áreas funcionais e as agenciais em relação ao terreiro e a uma série de operações de seqüência bem marcada. Cada uma dessas áreas-residências, tulha, máquinas de beneficiamento, escolha, terreiro, áreas de serviços subsidiários – cada uma delas especialmente formulada e individualmente construída no sentido de espaço especializado. (SAIA, 1978, p. 183)

Sobre a separação do café, Camargo e Telles Júnior (1953, p. 460) analisam:

Daí a necessidade de separação prévia do café, que vem da roça, pelo grau de maturação e ainda, para um serviço mais perfeito, pelo tamanho. Além do mais, deve também ser expurgado das impurezas que o acompanham, ao vir da roça. Para a execução desta operação, existem inúmeros aparelhos, os quais em sua quase totalidade empregam a água como agente separador, enquanto outros, muitos raros, se baseiam na força dos ventos, provenientes de ventiladores e nos furos dos peneiros, a fim de obter a classificação desejada.

Despolpar é retirar a polpa da cereja ainda fresca, com o objetivo de alcançar o melhor produto, e a fim de evitar maiores desperdícios com a secagem. Se a casca (polpa) é produto destinado à adubação, recomenda-se o maior tempo em exposição na secagem.

O bom senso indica, principalmente quando a secagem é feita com calor artificial, que se opera ao despolpamento da cereja, antes de se dar início à desidratação das sementes. (CAMARGO; TELLES JÚNIOR, 1953, p. 463).

No vigésimo primeiro dia, abrem-se os montes de café prontos para serem mexidos até aquecer bem e, em seguida, devem ser recolhidos à tulha para descanso.

Os instrumentos de operação, em sua simplicidade, são: o *encerado*; o *rodo* de dentes manual, que oferece maior corrida (8 dentes, 20 cm de comprimento, 6 cm de largura); a *vaca*, para auxiliar no amontoar e esparramar dos grãos; e os *bezerros*, que são as rodas grandes de chapas de ferro regular, compridas e longas que substituem as antigas vassouras de piaçava ou de guaxuma.

O transporte desde as tulhas até o descascador e o beneficiamento do café era feito mecanicamente, através do denominado *Bico de Jogo*; de ferro ou de madeira, com movimentos longitudinais em vai-e-vem. A operação de descascar o café é denominada de *beneficiamento* ainda seco, quer em coco, quer em pergaminho. Quando o produto se encontra concentrado e armazenado nas tulhas, depois do descanso de cerca de 40 dias, no mínimo, inicia-se o processo de beneficiamento, termo que é empregado genericamente para expressar todo o tratamento destinado ao produto.

A roda d'água substitui os pilões no benefício de grãos, cujo manejo os escravos e indígenas incorporaram como utensílio doméstico. A fabricação de descascadores e abanadores mecânicos, movidos geralmente a roda d'água, aparece nas fazendas de grande produção de cana-de-açúcar e café. Durante a indústria incipiente do país, demonstrada em Exposição Nacional, em 1908, no Rio de Janeiro, aparecem descascadores e despoldadores de indústrias de propriedades de italianos, como os Irmãos Nicola & Rome. Segundo Camargo e Telles Júnior, nem sempre tais invenções seduziam o trabalhador rural. Nesse caso, os pilões hidráulicos funcionavam continuamente com o aproveitamento das quedas d'água dos rios.

Nos pilões esculpidos em madeira, o descascamento era feito por meio de atrito, ao roçar do instrumento auxiliar, a mão de pilão. Nos aparelhos mecânicos, as operações realizadas são as seguintes: descascamento (feito por meio de esfregamento ou pancadas), ventilação ou aspiração de palhas, classificação, catação por densidade, ensaque, pesagem e rebenefício dos expurgos.

O grande afluxo de imigrantes espontâneos para as cidades e daqueles que deixaram as atividades agrícolas contribuiu enormemente para o desenvolvimento da urbanização dos centros urbanos (FAUSTO, 1999). Aos poucos, na paisagem era introduzida a estrada de ferro, que definitivamente modificou o país de rural em urbano. É num cenário de meia encosta que se encontra a Fazenda Monte Alegre, no município de Ribeirão Preto, propriedade de Francisco Schmidt.

Feita essa discussão sobre a determinação do café na vida rural brasileira do período demarcado, passamos a discutir sua complementaridade: a vida urbana em torno à produção cafeeira. A cidade de São Paulo foi a que mais se beneficiou com os lucros do café, seguida pela do Rio de Janeiro, com as taxas de exportação e importação que o governo da Capital do Império cobrava.

No período de 1887 a 1930, os italianos formaram o grupo mais numeroso de imigrantes, com 35,5% do total, seguidos por portugueses (29%) e espanhóis (14,6%). A variação étnica era visível através das placas de lojas, nomes de ruas, devoções religiosas, vestuário, construções e idiomas falados.

Os cortiços, as habitações coletivas, as condições precárias de higiene e a falta de ar e luz eram constantes na vida desses imigrantes na cidade de São Paulo que, sobretudo, tiveram que desenvolver atividades marginais ao sistema econômico vigente (TRENTO, 1989). Apenas no período entre guerras as condições de moradia melhoraram e os italianos passaram a ter mobilidade social e mudaram-se para

bairros como a Vila Mariana, Consolação e Perdizes, enquanto a elite começava a construir seus casarões na Avenida Paulista e na região do bairro dos Jardins.

Engraxates, jornaleiros ambulantes, vendedores de água, consertadores de guarda-chuva, afiadores, carregadores, garçons, costureiras, cocheiros e sapateiros; inúmeras eram as atividades que os imigrantes exerciam e, no caso dos italianos, sobretudo os mascates, estes percorriam toda a cidade para vender seus produtos: tecidos, espelhos, materiais de costura e bijuterias. Para auxiliar as vendas, às vezes, complementavam-nas com encenações de música e canto, o que contribuiu para difundir o estereótipo de italiano que gesticula e toca instrumentos (TRENTO, 1989).

Não só as ruas abrigaram os italianos. As fábricas também tinham um grande contingente dessa nacionalidade. No entanto, Trento (1989) afirma que ambos, italianos e brasileiros, trabalhavam sob as mesmas condições: enormes jornadas de trabalho e baixos salários. Somente após a 1ª Guerra Mundial, a indústria brasileira passou a trabalhar com italianos especializados que já eram operários na Itália.

A depressão econômica mundial, a partir de 1929, partindo da posição centralizadora financeira e industrial dos Estados Unidos, atingiu os locais mais remotos do Ocidente. Com o “crack” de New York, em outubro de 1929, o corte de cafeeiros foi brutal. A queima de milhares de sacas de café ocupou o período de 1929 a 1935. O então Chefe do Governo, Getúlio Vargas, tomou medidas emergenciais, como a compra de 17.500.000 sacas de café, a proibição do plantio em território nacional de novas lavouras cafeeiras e a instituição de uma taxa de exportação, além da criação do Conselho Nacional do Café em 1931, transformado posteriormente no Departamento Nacional do Café, cuja responsabilidade era controlar a situação do café no Brasil.

Após a crise de 29, surge um maior investimento na indústria; os antigos

cafezais desaparecem, mudando a paisagem do campo no estado. Só depois de um lapso de quase um quarto de século começa a surgir uma nova cafeicultura, orientada pela agronomia, que lhe procura imprimir as características de exploração agrícola industrial.

No arquivo de Eduardo Schmidt há um documento onde estão arrolados os bens da Monte Alegre. Não traz data mas possivelmente foi elaborado no final da década de quarenta para efeito de venda. Registra "...220 alqueires, 99.510 cafezais, 70 alqueires de terreno arado, restante em pastos e benfeitorias, casa sede com todas as dependências, piscina, casa de máquinas, triturador, máquina de picar carne, debulhador de milho, máquina de picar mandioca, 35 casas para colonos, 03 cocheiras para vacas e burros, chiqueiro para porcos, grande depósito para café e algodão, 100 cabeças de gado de criar, 22 cabeças de porcos, 30 de burros, 04 de cavalos, 04 carroças, 02 carrocinhas, 01 trolly, 03 vagonetes, 04 arados de disco John Dier, 03 trituradores, 05 grades, 04 semeadeiras, 30 pulverizadores, 10 carpideiras e muitos utensílios diversos". (MORAES, 1992, p. 24)

A territorialidade do café na história no Oeste Paulista demarca um período de transformação social e econômica, como já abordado amplamente pela literatura da História e das Ciências Sociais. No caso, foram escolhidos alguns aspectos para análise no contexto histórico do café. Eles podem ser compreendidos pelo processo da informação no campo do conhecimento da produção cafeeira: a viagem do café até o seu esgotamento, do Vale do Paraíba para Ribeirão Preto, com aspectos da imigração; o complexo cafeeiro; a fazenda e a economia da cultura cafeeira; a figura do colono e do fazendeiro; a morada do colono e a do proprietário de terra; os instrumentos de trabalho rural; a colheita e os cestos; o terreiro e os processos de secagem; os instrumentos de produção utilizados no terreiro: pilão hidráulico e roda d'água; o transporte das tulhas ao descascador e beneficiamento do café.

A inserção desses pólos de discussão (crescimento econômico/qualidade cultural) nos aspectos culturais foi inevitável no mundo moderno. As edificações do

patrimônio arquitetônico²⁶, as linhas férreas e ramais ligando as fazendas cafeeiras ao escoamento para os portos de Santos e Rio de Janeiro, a eletrificação, os projetos de saneamento e de educação testemunham a afirmação analisada na literatura acadêmica a partir dos anos quarenta do século XX.

Sendo assim, a produção do café, nas localidades do chamado complexo cafeeiro, provocou o desenvolvimento de uma nova abordagem do ponto de vista da história, devido à quantitativa e qualitativa documentação gerada sobre a memória cafeeira. Essa mesma documentação, embora represente o contexto de produção cafeeira, por vezes também é abordada por meio das relações sociais e econômicas com atribuições históricas e culturais indiscutíveis.

Algo que não poderia ser delimitado, ou baseado em divisão territorial (MILLIET, 1941, p. 8), seria a documentação referente ao roteiro de produção do café²⁷. Esta massa documental gerada por fazendeiros, comerciantes, comissários, intermediários, agentes financeiros, administradores, legisladores, entre outras funções de agentes da história, estão em acervos públicos institucionais ou disponibilizados com finalidades de pesquisa científica, da cultura e para recreação.

Nas zonas cafeeiras do estado²⁸, determinadas por Sérgio Milliet (1941, p. 8), no clássico *Roteiro do Café*, destaca-se a zona *Norte*, e aí se localizam as cidades de Aparecida, Areias, Bananal; a zona *central*, São Paulo, Bragança, Campinas, e a zona da *Mogiana*: São Simão, Cravinhos e Ribeirão Preto. Na

²⁶ As construções na cidade de Ribeirão Preto: Casa de Câmara e Cadeia, Estação Barracão, Casa da Rua Caramuru e Campus da USP, incluindo o Museu Histórico, datam do final do século XIX aos inícios do século XX.

²⁷ Consideram-se os gêneros documentais diversificados: textual, audiovisual, fonográfico, iconográfico e multimeios (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 41).

²⁸ Na ordem cronológica, a segunda a ser cultivada, pouco antes de iniciar-se o grande avanço pela Mogiana (MILLIET, 1941, p. 10), é a zona englobando os municípios tributários da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, a partir de Campinas: Amparo, Altinópolis, Batatais, Brodowski, Caconde, Cajuru, Casa Branca, Cravinhos, Espírito Santo do Pinhal, Franca, Guará, Igarapava, Itapira, Ituverava, Jardinópolis, Mogi-Mirim, Mogi-guaçu, Mococa, Nuporanga, Orlandia, Patrocínio do Sapucaí, Pedregulho, Pedreira, Ribeirão Preto, Sertãozinho, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Joaquim, São Simão, Santo Antônio da Alegria, Santa Rosa, Serra Azul, Serra Negra, Socorro, Tambaú, Tapiratiba e Vargem Grande. (MILLIET, 1941, p. 10).

realidade da expansão cafeeira, assemelham-se no período de 1850 a 1900, o que auxilia a indicar a linha que traçamos para este estudo.

Nos anos 30, o país encontrava-se atravessando uma crise econômica da superprodução do café. Para solucionar o problema de grandes estoques, como aqueles dos armazéns de Santos, para escoamento, o governo decidiu comprar café através de receita derivada do imposto de exportação e do confisco cambial. Essa atitude permitiu ao governo destruir uma parte do produto, reduzir a oferta e sustentar os preços de venda para exportação.

A destruição do café acabou somente treze anos após o início da crise da bolsa americana, e esta quantidade de produto descartado correspondeu a três anos de consumo mundial: 78,2 milhões de sacas (FAUSTO, 1999). No capitalismo, as forças retroagentes não são sedimentadas para conquistar um equilíbrio social entre classes. Certamente houve mais compaixão para os vencidos na guerra financeira, homens de grupos de disputas do mercado de capitais, do que para aqueles que dependiam da produção da lavoura.

São Paulo, a metrópole que ligava os fazendeiros ao porto de Santos, sempre foi associada ao crescimento, à novidade e, principalmente, por ter sido competente na ruptura com o conservadorismo do século XIX. Nela transitavam²⁹, assim como entre outras capitais brasileiras, europeias e americanas, os agentes da economia, da política e da cultura, estimulados pelo lucro aferido e pelas consequências do desgaste dos campos de produção do café.

Neste país de extremas contradições, a cidade de Ribeirão Preto conseguiu

²⁹ O Trole de quatro rodas puxado a cavalos estava superado no cenário urbano e rural. A Companhia Paulista realiza a extensão ferroviária do eixo Santos-Jundiaí, aberta em direção Norte-Noroeste, de Jundiaí a Campinas; a Limeira e Rio Claro em 1876 e a Descalvado. Em seguida a Cia. Ituana aberta em direção Oeste, de Jundiaí a Itu, em 1873; a Piracicaba, em 1879; e a Cia. Sorocabana aberta em direção Oeste, de São Paulo a Sorocaba, em 1875; a Ipanema nesse mesmo ano, a Tietê, em 1883. A Cia Mogiana aberta em direção Norte, de Campinas a Mogi Mirim e Amparo em 1875; a Casa Branca em 1878, a Ribeirão Preto, em 1883, a Poços de Caldas, em 1886, trazendo assim uma região do Sul de Minas para a esfera econômica de São Paulo.

levantar-se da queda do café (1929) e se configurou como um centro de serviços, já anunciado desde o período da “Belle Époque Caipira”, como uma cidade que era um “balcão de negócios” entre 1900 e 1919 (PAZIANI, 2006). É no período após a Segunda-Guerra que se beneficiará da dominação produtiva e econômica da região, refutando as avaliações baseadas na lógica do esgotamento de uma produção que, no caso, era do café.

Três anos depois da queda do café, em 1929, ocorreu a revolta de São Paulo contra o governo federal, a qual se manteve com a proposta de mudança da Constituição. As modificações políticas no Brasil e na Europa fizeram com que o número de imigrantes, como força de trabalho, deixasse de ser significativo. A quebra da Bolsa de New York acarretou a baixa dos preços do café e a queima de pés da rubiácea, como estratégia e medida econômica para evitar a desvalorização do produto diante da concorrência internacional.

Desse período até os anos 50, Ribeirão Preto ainda era reconhecida como cidade que se fartava do lucro do café, deixando para trás a imagem desoladora de *sertão*, comum aos territórios que adentravam o Oeste brasileiro.

Alinhadas a essa exuberância urbanizada, as cidades figuradas no moderno foram, na maioria das vezes, resultantes *da amplitude simbólica poderosa e*, não por acaso, dosada apenas pela regulagem do exagero linguístico. Ribeirão Preto foi chamada de *Paris brasileira* e, nos anos posteriores, ganhou o título que a sugere estar afeita aos costumes modernos americanizados – o de *Califórnia brasileira*.

A equivalência californiana foi estabelecida em função do café e dos donos das novas plantações agrárias, na importância da construção dos hábitos cotidianos que plantaram o consumo no centro das razões da vida moderna.

Contudo, a cidade acabou possuindo o terreno fértil para pesquisas científicas promissoras. Então, a partir da instalação da Faculdade de Medicina (1952) no espaço rural, antes ocupado pela Fazenda Monte Alegre, e nas edificações da falida Escola Prática de Agricultura Getúlio Vargas, as motivações estavam previamente estabelecidas para alimentar o imaginário de alguém com a personalidade investigativa, a fim de realizar um projeto que trouxera como resultado a criação de museus no interior paulista.

Na década de 50, época dos anos dourados para a classe média brasileira, durante a tumultuada política, com o suicídio de Getúlio Vargas, a escalada de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961) ao poder, demonstrava-se uma ideologia oscilante entre sociais-democratas, sindicalistas, populistas e comunistas. O panorama do contexto da cultura do café estará descrito não como cenário do passado, mas deverá ser compreendido como processo social e econômico integrador, que nem sempre é revolucionário.

As relações sociais impingidas pelo desenvolvimento econômico definiram-se como um conjunto de *estratégias* adotadas pela mesma sociedade ao defender seus valores e interesses. Essa sociedade, que realizou os seus objetivos conservadores, muitas vezes não foi consensual. A sensação de pertencimento ao local, no uso da língua, na alimentação, na vestimenta e nas crenças, diluiu-se ou fundiu-se, através do tempo e nos contextos definidos pela economia pós-café.

Na região, intensificaram-se os serviços administrativos da saúde, da educação e do lazer e houve o avanço da economia da cana-de-açúcar, com poder de atração da mão-de-obra volátil e a produção de polaridades sociais.

O planejamento para a organização desses museus permitiu dar prosseguimento aos modelos de museus constituídos, como os do Museu Histórico

Nacional, “[...] no culto das ciências naturais [...]” (CAMPOS, 1977) e do Museu Paulista, “[...] à museologia histórica paulista [...]”, de Taunay.

Uma vez organizado este *contexto cultural*, a descrição da formação do acervo será um eixo para a compreensão, a partir da biografia do colecionador, a intencionalidade ao identificar, selecionar e imprimir um arranjo para as coleções da história oficial e da produção do café.

1.2.2 A conversão da sede de fazenda para museu

O marco de uma fazenda, em espaços amplos e abertos, irá dar conformidade aos contextos culturais e científicos da cidade. A Fazenda Monte Alegre, de propriedade do Cel. Francisco Schmidt (1850-1924), integrava uma de suas fazendas no complexo da Cia. Agrícola Francisco Schmidt. Antes da quebra da Bolsa de New York, em 1929, foi vendida para João Marchesi e, posteriormente, confiscada pelo governo. Desde então, o talento da terra teve continuidade no pequeno exercício da Escola Prática de Agricultura, até à sua desativação na década de 30. Mais de uma década após o fracasso da escola rural, toda a Fazenda Monte Alegre foi transformada em Campus Universitário.

Nos ares urbanos havia uma intensa transformação no ritmo de vida, causada pela produção cafeeira e mantida a partir do controle direto de seus produtores e do governo estatal, na especulação cambial interna e externa do país.

Mesmo que no âmbito da investigação seja necessário adotar o conceito de fontes documentais textuais e visuais, parte-se do problema da formação do acervo,

do mapa dessa produção documental do referencial adotado. Associa-se ao problema a documentação recolhida e a necessidade de síntese, da significação exaustiva da cultura cafeeira e, ao mesmo tempo, da dispersão da sua representação. Na origem ou na sua procedência documental, foram os órgãos governamentais que a produziram e nem sempre foram os mesmos que a recolheram. As iniciativas da descrição, classificação e catalogação da documentação partiam de funcionários, pesquisadores, memorialistas e personalidades relacionados à “cultura”, instituições educativas ou científicas, nestas mesmas cidades, nas capitais ou, até mesmo, em fazendas.

Para uma noção do contraste das ações culturais, embora em rede de atividades semelhantes, no momento em que a “elite culta” se orientava na metrópole de São Paulo para concretizar a 1º Bienal Internacional de Arte em 1952, o município de Ribeirão Preto, naquele mesmo ano, mobilizava-se para criar o seu Museu Histórico e Museu do Café. Esse último sustentou a proposta da sua inauguração para inserir-se nas comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo. Por mérito temático, por reivindicar e justificar a “importância” da região ribeirão-pretana para o desenvolvimento da economia do país, dezenas de recomendações foram feitas por parte de Santos para que a *novidade* compusesse as comemorações estaduais de seus 400 anos, o que não ocorreu³⁰.

Na construção da sua própria imagem, a sociedade conservadora paulista tem seus antecedentes nos dispositivos principais do Integralismo (1932), dentro do qual, o nacionalismo irá orientar as ações públicas da educação, saúde e cultura por todo o país.

Entre os personagens que marcaram a vida pública nesse período,

³⁰ Esse importante fato, baseado no trabalho de Santos, que busca organizar a memória do café em um museu, poderá ser verificado nos inúmeros artigos jornalísticos, entrevistas e ofícios do Arquivo do Museu Histórico.

encontramos Gustavo Dodt Barroso³¹, um dos agentes do processo da busca de uma *identidade cultural brasileira*. Especializou-se na temática do folclore do Nordeste brasileiro e exerceu grande influência no pensamento da preservação histórica nacional. Advogado, professor, político, jornalista, contista, folclorista, cronista, ensaísta e romancista, nasceu em Fortaleza, CE, em 29 de dezembro de 1888, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 3 de dezembro de 1959. Deputado federal de 1915 a 1918; diretor da revista *Fon-Fon* e das ações mais influentes na área cultural. Foi “inspetor escolar do Distrito Federal (1919 a 1922); fundador e diretor do Museu Histórico Nacional, a partir de 1922, por muitas gestões; secretário geral da Junta de Juriconsultos Americanos (1927); representou o Brasil em várias missões diplomáticas, entre as quais a Comissão Internacional de Monumentos Históricos (criada pela Liga das Nações) e a Exposição Comemorativa dos Centenários de Portugal (1940-1941). Participou do movimento integralista. Embora não concordasse com o rumo dos acontecimentos a partir de 1937, manteve-se fiel à doutrina filosófica do integralismo. Foi embaixador no Uruguai em 1947 e escreveu: *Brasil, Colônia de Banqueiros* (1934), denunciando a dependência da economia brasileira à Inglaterra, com o capital de Rothschild, financiadora de Barão de Mauá e da primeira estrada de ferro do Brasil (FAUSTO, 1999), e *Introdução às Técnicas de Museus*, o qual, de forma direta, irá influenciar os agenciamentos da cultura, principalmente, a organização museológica e estabelecer referência quanto à disciplina Museologia no país.

Retomando as características da sociedade em que figuraram tais personagens, além do conservadorismo, como “alma” da sociedade, também foi solicitado pelas forças no poder um domínio material e representante de suas

³¹ Informações sobre os dados biográficos de Gustavo Dodt Barroso. Disponível em: <<http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/gustavobarroso.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2009.

tradições, isto é, capaz de exercer uma função capitalizadora da identidade e resistir à transformação nas bases econômicas e ideológicas da sociedade desigual.

A visibilidade das formas simbólicas dessa natureza de poder e dos registros para garantir a memória aproximada aos elementos tradicionais interpretados a partir dos conteúdos informacionais do nacionalismo cultural, foi descrita em listagens, livros, fichas (impressas ou virtuais). Na verdade, são convenções baseadas no sentido da linguagem adotada em seu tempo na perspectiva descendente de um modelo baseado nos princípios de Comte.

1.2.3 Traços biográficos da personagem de Santos, um colecionador público

Plínio Travassos dos Santos nasceu em Cravinhos, em 7 de março de 1886. Casou-se com Clarice Barreto Santos, filha de Cândido Pereira Barreto, um dos membros da família Pereira Barreto, cafeicultores fluminenses que introduziram o café tipo *bourbon* na região de Ribeirão Preto. Santos foi criado “no meio rural”, porque, conforme dedicatória na página de rosto do livro de sua autoria *O Ribeirão Preto Histórico e para a História*, publicado em 1939, seu pai, Dionísio José dos Santos, foi

[...] um dos grandes propulsores da grandeza agrícola de Ribeirão Preto, obscuro trabalhador, mas, honroso bandeirante da terra roxa, e um dos grandes amigos de Ribeirão Preto, do Dr. Luiz Pereira Barreto, do Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira e do Cel. Francisco Schmidt. (SANTOS, [19--]).

Nessa obra, refere-se ao pai, aproximando-o das figuras patriarcais da sociedade ribeirão-pretana, polarizadas no poder econômico e político por doutores e coronéis. O pai, como muitos outros produtores e trabalhadores rurais, desapareceu da memória e no anonimato. No entanto, foi diferente ao proporcionar ao filho as condições educacionais de base, para que pudesse, um dia, desenvolver as suas qualidades de professor e inspetor de educação. Como poucos de sua época, cursou o nível secundário no Colégio Spencer, de propriedade do Dr. Breno dos Santos, seu irmão, que funcionava em Ribeirão Preto na confluência das ruas São Sebastião e Tibiriçá (PRATES, 1956).

Santos, a partir de 1938, exerceu sucessivamente cargos na Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Construiu uma carreira profissional social: foi inspetor escolar, secretário da Câmara Municipal e o primeiro diretor do Departamento de Cultura, além de atuar como advogado, jornalista e escritor. Morreu em 12 de dezembro de 1966, aos 80 anos.

Segundo Prates (1981, p. 148), já em 1917 articulava, com instituições sociais, a proposta da formação de um museu em Ribeirão Preto. Esse autor cita a Sociedade Legião Brasileira como iniciadora de um processo, “montando”, naquela época, um museu:

Quando por volta de 1938, o saudoso Dr. Fábio de Sá Barreto remodelou o Bosque Municipal, Plínio Travassos dos Santos, que era também inspetor escolar municipal, conseguiu um cantinho modesto no Bosque Municipal para montagem de um incipiente Museu Municipal. E havia tanta amostra do que ele julgava útil que o próprio Dr. Fábio se espantava e temia por ocupar futuramente o Museu grande área do Bosque, com o Museu. (PRATES, 1981, p. 149).

O município de Ribeirão Preto possuía a lei municipal de ensino elaborada pelo então Inspetor Municipal, Plínio Travassos dos Santos, ainda nos anos 30. Naquele momento, o professor Antônio de Sampaio Dória era o diretor-geral da Instrução Pública. A Câmara Municipal regulamentou e definiu as funções daquele

cargo de inspetor e as atividades escolares. Nesse documento do arquivo do Museu Histórico, demonstram-se as intenções de Santos como educador e legislador, ao preocupar-se com tudo quanto dizia respeito à vida das escolas.

A participação de Santos na administração legislativa advém, se é possível afirmar, das propícias prerrogativas da legislação estadual, em âmbito municipal. A Lei nº 266, de 1922, extinguiu a figura do Inspetor Escolar Municipal, transferindo as responsabilidades e funções para o cargo de Secretário da Câmara, além das atividades de Secretário da Prefeitura e Arquivista.

O desenvolvimento da pesquisa da tese apoiou-se no acervo do Museu Histórico e Arquivo Público de Ribeirão Preto. Em um dos tópicos dos documentos analisados, refere-se ao ato legislativo que, com o advento da revolução de 1930, criava os cargos de Secretário e de Arquivista, cujas normas para o ensino municipal se deram em 22 de maio de 1934, pelo ato nº 50, sem regulamentação devida. Tal ato foi inviabilizado, tornando-se inoperante, vindo, finalmente, a caducar em face da legislação do Estado.

5 – Independentemente disso, tal ato não podia prevalecer, pois sequer determinou qual o funcionário competente para dirigir o ensino municipal, pelo menos na sua parte administrativa. (SANTOS, 1948).

Em suas afirmações cáusticas, Santos segue na narrativa, analisando o contexto político:

6 - Quanto ao golpe de 10 de novembro de 1937, instituidor do “Estado Novo”, exercendo eu, então, o cargo de Diretor da Secretaria da Câmara Municipal, fiquei adido à Prefeitura, e, pela Portaria nº 32, de 11 de fevereiro de 1938, fui designado para fazer a inspeção escolar. (SANTOS, 1948)

Neste surpreendente documento, elencam-se os decretos municipais e a crítica ao reclamar da autoria das ações ligadas ao ensino.

7- Pelo Decreto-Lei nº2, de 20 de dezembro de 1940, foi extinto o cargo de Diretor da Secretaria da Câmara Municipal e criado o de Inspetor Escolar Municipal, para o qual fui nomeado. Entretanto, não foi dada por essa lei, nem por qualquer outra, organização à Inspetoria Escolar e nem ao menos foram definidas as funções do Inspetor Escolar, isso apesar de ter eu, em 4 de maio de 1940, elaborado e apresentado à Prefeitura um projeto de lei organizador do ensino municipal (doc. nº 2, pág. 129), baseado no meu trabalho “SUGESTÕES PARA A MAIOR EFICIÊNCIA DAS ESCOLAS PÚBLICAS” (idem, pág. 116), depois de pedir e obter colaboração de vários eminentes técnicos do ensino, tais como Lourenço Filho, Sud Mennucci, Hortência Pereira Barreto, Renato Jardim, Staliba de Oliveira, João César Bierrenbach e outros, e novamente representei ao sr. Prefeito de então (idem, pág. 16). Contudo, o projeto ainda não teve andamento, em virtude de ter o Prof. Lourenço Filho, então Diretor do Instituto de Ensino Pedagógico, do Ministério da Educação, opinado pela conveniência de aguardar pela Prefeitura normas para o ensino primário a serem fixadas pelo Governo Federal (idem, pág. 79), o que jamais foi feito e, isso, apesar de posteriormente ter o mesmo Prof. Lourenço Filho se manifestado favoravelmente. (SANTOS, 1948).

Uma das pessoas entrevistadas³² nesta pesquisa foi a senhora Maria Amélia Vallim de Paiva Baracho (2008), amiga do colecionador, com uma convivência e amizade plantadas de 1952 a 1957, período em que compartilharam as conquistas das aquisições de objetos para a formação do Museu do Café, nas dependências da antiga sede da fazenda, agora Museu Municipal.

No momento em que se transferiu com o marido e os filhos para residir em Ribeirão Preto, segundo Maria Amélia, realizou atividades de cronista e auxiliar, e inclusive de “motorista de Plínio”, porque usava o seu próprio carro como veículo de transporte de peças de fazendas quase inacessíveis. Pelo seu depoimento, relativo à sua colaboração e envolvimento no projeto dos museus, aliada à lembrança de fatos, fica clara a primordial a intenção de Santos de propor um compromisso social. Em relação às ofertas de famílias e de personalidades de época, tais objetos eram inseridos no museu com a intenção de *sistematizar* a guarda da memória daquela

³² Além da leitura dos documentos do acervo do museu, esta pesquisa teve sustentação de fontes secundárias e de entrevistas com pessoas do convívio profissional e social de Santos, como a senhora Maria Amélia, que contribuiu, em depoimento à autora deste trabalho, para entender a personagem dinâmica e pragmática de Santos.

sociedade. Em que pese o ato de ensinar ou de administrar o ensino público, era na atividade de colecionador que Plínio se orientava para sintetizar a história socioeconômica desta região. Ele preenchia as lacunas das coleções com novas viagens, sempre justificadas, para obter um universo da história da *plantation*, do uso de maquinário e relíquias, mesmo que essas fizessem parte de uma história recente ou da natureza, em que a seleção do objeto estava submetida a toda sorte. Inicialmente, em suas ações para conquistar a sua missão obstinada e compor a *jovem* instituição pública, contava com a cumplicidade de agentes, durante o processo de sensibilização de personagens sociais para adquirir doações.

Na peça do *puzzle*, o que se intentava era perpetuar a memória familiar, pois, ao ceder o objeto, a intenção do doador era unir-se aos propósitos da educação, apregoados por Plínio, nos desenhos marcados pelo *paternalismo* e pela *honra familiar* do caráter social das oligarquias.

A aproximação entre Santos e a família Barreto, cujo elo deve-se a partir do seu primeiro casamento com Clarice Barreto, filha de Cândido Barreto, ilustra, na trajetória das famílias migrantes para o Oeste Paulista, seus lugares sociais no exercício do poder. Após o esgotamento do solo das margens do Paraíba Fluminense, em 1876, a família Barreto adquiriu terras em Ribeirão Preto, onde fundou a fazenda Jandaia, localizada no atual município de Cravinhos. Das ramificações da família Barreto, surge Fábio de Sá Barreto (1876-1948), destaque das personagens políticas da cidade. Figurava, naquele momento, como oposição ao Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (Quinzinho), às forças políticas do interior paulista, ao lado do senador Meira Júnior, do governador Altino Arantes e do presidente Washington Luís (1870-1957).

A extensão dessa política dera, aos cafeicultores paulistas e pecuaristas de

Minas Gerais, poderes conhecidos da parceria denominada *café-com-leite*. Fábio nasceu em 4 de janeiro de 1876, na cidade de Resende, Rio de Janeiro. Foi vereador na 10^a Legislatura da Câmara Municipal de Ribeirão Preto: 1905-1908, tendo renunciado em 1906; vereador e Presidente da Câmara na 16^a Legislatura da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, de 1920 a 1923; e Prefeito Municipal nos períodos de 16/09/1936 a 10/11/1937, de 10/11/1937 a 23/03/1939 e de 23/03/1939 a 03/05/1944. No ano de 1907, havia tomado posse como professor no ginásio do Estado (atual Escola Estadual Otoniel Mota), na cadeira de Aritmética e Álgebra.

Em 1924, elegeu-se Deputado Federal, onde permaneceu até 1926. Durante o governo de Júlio Prestes de Albuquerque (1927-1930), ocupou a pasta de Secretário do Interior. Voltou para Ribeirão Preto na década de 30, reassumindo seu cargo de professor no Colégio do Estado. Assumiu a Prefeitura Municipal, em caráter interino, em 1936 e foi efetivado no cargo pelo então Interventor do Estado, Adhemar Pereira de Barros, em 1939, onde permaneceu até 1944. Fábio de Sá Barreto, vinculado ao partido Republicano Paulista, sob o comando do coronel Joaquim Diniz Junqueira, criou o Bosque Municipal e o Zoológico, composto de exemplares botânicos com origens no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e em outras partes do país e do exterior. Barreto urbanizou a cidade, criando praças e avenidas, como a Francisco Junqueira. Faleceu em 5 de dezembro de 1948, em Ribeirão Preto.

Santos, no período de seu segundo casamento, com Ana Correa, foi membro da Academia Estudantina que deu lugar à Academia Ribeirão-pretana de Letras. Ele, que também se inseriu em atividades culturais e educacionais desde os anos 30, no município de Ribeirão Preto, criou referências na literatura regional, além da sua função de funcionário público. Publicou livros da área da jurisprudência, como *Registro das Pessoas Naturais e o Casamento Religioso e Casamento Nuncupativo*,

entre outros; os romances *Expição* e *Horas de Lazer*. Escreveu e publicou a novela *Inferno da vida*; os contos *Páginas do sertão* (1923). E ainda editou poemas, prosa e quadrinhos. A sua pesquisa *História do Brasil* e *História de Ribeirão Preto para estudantes* eram adotadas em suas aulas e, *Ribeirão Preto Histórico* e *para a História* é referência de pesquisas universitárias na atualidade, sobre temas que envolvem essa região. Santos vinculou-se a instituições culturais e educacionais e participou de dezenas de associações, como a do Rotary Club de Ribeirão Preto e a da Academia Ribeirão-pretana de Letras.

As discussões que envolviam a fundação do município de Ribeirão Preto eram marcadas pela dúvida a respeito da data de fundação da cidade. O debate seguiu durante meses, a partir de duas verdades: Ribeirão Preto teria sido fundado em 1953 ou 1956. O duelo foi praticado por Santos e Emboaba. A população mobilizou-se, como relata a imprensa local, para participar de um curioso duelo entre Santos e o médico Osmani Emboaba, o maior contestador da sua tese, que afirmara ter sido Ribeirão Preto fundada em 1853. Emboaba saiu vencedor.

Na leitura do relatório de defesa da data contestada, percebe-se que Santos argumentava, aproximando os elementos da documentação eclesiástica dos registros nominais da ocupação da terra, e a concebeu, a partir do valor do documento paroquial, como o marco inicial da configuração do espaço religioso e do comércio. No propósito de fortalecer a sua hipótese sobre a fundação de Ribeirão Preto, usou da interpretação dos textos paroquiais sem, contudo, descartar os recursos linguísticos, a ironia e a metáfora. Assim, lê-se no documento por ele elaborado:

Ribeirão Preto, 6 de setembro de 1954.

[...] 18 – Seja ou não aceita a data preconizada pelo Dr. Osmani Emboaba e tão apressadamente corroborada pelo parecer questionado e pelos meus companheiros de Comissão, ou outra que não seja a por mim sustentada. Como historiador consciente de meus estudos sobre o assunto, continuarei a afirmar que Ribeirão Preto foi fundado em 1853,

já tendo passado, por isso, a oportunidade de uma comemoração condigna de seu primeiro centenário no ano preciso, certo, o que, entretanto, poderá ser feito em qualquer outro ano. No Brasil tudo é possível. A lei tudo resolve... Até cultura é dada por decreto, como aconteceu quando a terrível “gripe espanhola” em 1918.... Aliás, festividades comemorativas são feitas em qualquer data, quando a certa não pode ser comemorada no tempo devido. É o que acontece, por exemplo, em regra, com a comemoração do aniversário de pessoas nascidas a 2 de novembro – DIA DE FINADOS – que festejam esse acontecimento em dia posterior... [...] Minha opinião quanto ter sido Ribeirão Preto fundado em 1853 está corroborada por ilustres sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, como se vê de minha palestra” do dia 7 de fevereiro de 1953, da qual teve conhecimento a ilustre Comissão de professores da Universidade de São Paulo e que, estranhamente, nenhuma referência a isso fez. Data supra. Plínio T. dos Santos. (SANTOS, 1954)

A divergência entre os dois pesquisadores mobilizou a opinião pública daqueles anos vividos em Ribeirão Preto. Longe do marasmo comum às cidades interioranas, as discussões intelectuais animavam a sociedade do café.

O árbitro dessa discussão foi o Prof. Dr. Zeferino Vaz que remeteu o impasse à decisão de uma comissão de pesquisadores e historiadores da Universidade de São Paulo. Nesse tempo em que aconteceu a instalação da Faculdade de Medicina, apresentavam-se teses sobre a origem das famílias oligárquicas e fundadoras de benfeitorias e entidades culturais em Ribeirão Preto.

O debate sobre as “verdadeiras” ocorrências na fundação da cidade trouxe novas questões para um “modelo a se espelhar” de se fazer história baseado na pesquisa documental. Assim, houve a criação de agremiações, como o Centro de Debates Culturais, que, segundo Santos (1953), constituía uma instituição que muito contribuía para a cultura ribeirão-pretana. Ao mesmo tempo, em 1951, foi criada a Escola de Belas Artes do Bosque Municipal, proposta por Antonio Palocci, escultor de mármore e granito, e subvencionada pelo governo local (CHIARELLI, 1980, p. 26), ocorrendo também a fundação oficial do Museu Municipal.

Em 1948, Santos trabalhou com afinco na pesquisa histórica, paralelamente

às suas preocupações com a educação, através da inspetoria de ensino e da Caixa Escolar. Nas suas investigações, buscava certificar-se das afirmações históricas, a partir da leitura de documentos, como o Livro de Tombo da Matriz e, assim, utilizou os elementos de confronto de fatos, nos relatos descritos e inventariados pela Igreja Católica. Quanto aos objetos para a formação do acervo, recolhia-os em sua residência. Segundo Moreira Chaves, quando os objetos começaram a avolumar-se, distribuiu-os por algumas dependências da Prefeitura Municipal, onde também exercitou funções de inspetor escolar e de primeiro titular na diretoria de Cultura.

Tais objetos são diversos. Aqueles integrados nas práticas colecionistas e voltadas para a reprodução do capital, lastro do excedente de capital acumulado pelas elites, atendem às vertentes do *coleccionismo* inspirado nos *poderes familiar* e do *mercado financeiro*. As ações realizadas na direção da formatação das coleções dos museus ribeirão-pretanos foram capazes de absorver os acervos culturais da classe dominante, destinados à trajetória própria, e muitas vezes recebiam função decorativa nos ambientes privados ou para ostentar o poder econômico daquela classe dominante. Na maioria das vezes, na história da cultura europeia e americana, as atividades de *marchand* e de colecionadores privados mediarão e instalaram nos museus objetos únicos ou parte de coleções datadas, significativos do ponto de vista do artista ou do poder econômico. Contudo, o trajeto de Santos intentava “socializar” informações. Sobre esse período, Moreira Chaves, citado por Rubens Cione, relata:

Mas o que ele queria, realmente, era algo novo, diferente do que se conhecia até então em matéria de museística: um órgão incomum, com acervo que representasse a vida na suas múltiplas facetas – do sagrado ao profano; do cotidiano ao sublime – e o conseguiu. Para isto lutou quase sua vida inteira. Agora – diz Moreira Chaves – sua obra se ostenta, invulgar na estrutura e finalidade, rica na sua manifestação, integrada no “campus da Faculdade de Medicina da USP, em Monte Alegre. (CHAVES apud CIONE, 1992).

A criação do Museu foi oficializada, segundo os documentos textuais originários dos setores administrativos da Prefeitura e Câmara Municipais, através da Lei Municipal nº 97, de 1º de julho de 1949. Até esse momento, o acervo ocupou as dependências de entidades públicas e foi transferido, provisoriamente, para um prédio existente na Praça Santo Antônio (sede do Departamento Municipal da Cultura). O Museu Histórico foi aberto ao público em 28 de novembro de 1950. Dessa forma, na palestra realizada e intitulada *Atualização de palestra no Primeiro Congresso Nacional de Museus, realizado em Ouro Preto, no mês de julho de 1956*, Santos remonta a sua trajetória profissional, na coleta de acervos e recursos profissionais:

Idealista impenitente, confiávamos na boa vontade e generosidade de nossa gente, para a obtenção de materiais por doação. Sem qualquer verba orçamentária, sem lei ou decreto, contando apenas com pequena parte de auxílio de trinta e quatro mil cruzeiros concedido pela Prefeitura à Caixa Escolar Municipal, instituição particular, que fundamos para melhor poder cuidar da cultura popular, em sucessivas viagens a S.Paulo e Rio de Janeiro, a partir de janeiro de 1948, até fins de 1950 obtivemos, de artistas – escultores e pintores – e de instituições federais e estaduais, doações de materiais suficientes para apreciável início do desejado museu de ordem geral, embora não contássemos com um prédio apropriado. (SANTOS, 1956, p. 2, grifo do autor).

A partir do reconhecimento de um contexto cultural – e apoiados em dados biográficos do organizador do Museu Histórico e de Ordem geral de Ribeirão Preto –, tais características não se restringem a identificar incidentes no campo da história do café regional e da sua cultura, compreendidas como justificativas “preservacionistas” ou do excessivo uso da expressão “valorização do passado”, sintoma da consequente banalização do estudo da memória.

Do ponto de vista das atividades científicas “imperiais”, pode-se formular a hipótese de que o fim do século XIX representa uma virada importante, uma mudança de perspectivas. Essas atividades científicas são, às vezes, ainda que em parte, as mesmas do século XVII e XVIII – explorar, coletar, classificar –, com a

instituição física desse período que lhe corresponde: o museu de história natural. A segunda metade do século XIX assiste a uma generalização e sistematização dessas atividades. Mas, isso se faz, sobretudo, com uma mudança de perspectiva, cujas consequências devem ser investigadas na inserção dessas atividades no contexto político, econômico, social e cultural, bem como nas formas de existência da comunidade científica concernente, suas motivações e a representação de seu trabalho (PETITJEAN, 1996, p. 89).

Esse conjunto indicial da ciência³³, no espaço museal, irá compor o saber, a partir das classificações do mundo real: seções para classes do conhecimento. Assim, as classes subdividiam-se em seções dos minerais, dos animais, dos homens tribais, das relíquias, dos mobiliários e das fotografias das famílias oligárquicas. Exibiam-se os objetos pessoais dos governantes, feitores, filósofos, reis do café, governantes, mercadores, escritores e personagens mitificadas pela cultura popular e pela elite. Esse conjunto formou e sustentou o reconhecimento das forças colaboradoras de Santos, já há muito tempo presentes nas instituições: Museu Nacional e Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo.

No percurso da guarda dos objetos no espaço de intimidade da residência de Santos, esses objetos, criteriosamente selecionados, objetivavam representar a história municipal de ocupação das famílias oligárquicas, lançando-os no caminho da incerteza da construção da história regional. Pela Lei nº 5.341, de 20 de setembro de 1988, os prédios do Museu Histórico “Plínio Travassos dos Santos” e Museu do

³³ Neste sentido, seria fundamental para o Brasil estreitar os laços diplomáticos com países europeus e, em especial, com a França, contando com o desenvolvimento de institutos e organismos científicos, como: o Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour les Relations avec L'Amérique Latine, fundado em 1907, pelo físico-químico Henry Le Chatelier e Paul Appell, matemático, cujos princípios expansionistas do conhecimento científico baseavam-se em atividades na América Latina, realizadas após a Segunda Guerra Mundial.

Café “Cel. Francisco Schmidt” foram considerados “[...] como valor histórico e arquitetônico [...]” e a sede está incluída no tombamento do conjunto “[...] representativo da cultura material paulista [...]” (SÃO PAULO, 1994, p. 69) dos remanescentes da Fazenda Monte Alegre.

Santos envolveu-se com o Museu Histórico até o início da década de sessenta. Uma de suas características era a de ser ágil na elaboração de estratégias que, na maioria das vezes, foram bem sucedidas. Entretanto, a personagem possuía, junto ao seu caráter astuto, também a disposição de lutar, obsessivamente, pela “verdade histórica”. Mudou-se para a cidade de Santos, por razões, segundo ele, familiares e para exercer a advocacia, no início da década de sessenta, retornando a Ribeirão Preto, meses depois. Santos continuou polemizando, em publicações, a sociedade, com assuntos pertinentes à política e à cultura naquela época e baseou-se sempre na sua pesquisa do “princípio da história de fundação” de Ribeirão Preto, 1953, das origens das famílias e da sua construção. Faleceu octogenário nessa cidade.

1.3 A FORMAÇÃO DA COLEÇÃO DE SANTOS

O Museu Histórico e o Museu do Café são órgãos vinculados à Secretaria Municipal da Cultura de Ribeirão Preto e destinados a cumprir os papéis sociais singulares de *representar* a História Oficial e o trabalho diretamente ligado à produção do café. Para explicar o desenvolvimento dessas instituições, apropria-se da imagem comparada que propicia a construção de uma metáfora a partir da

linguagem visual. Da série de bonecas que compõem o brinquedo russo *Matrioska*, a primeira boneca, a mais velha, destina-se a abrigar o nascimento e crescimento das demais, sucessivamente. Esta imagem serve, aqui, para explicar o ambiente museificado que abrigou tais coleções e foi considerado, com o passar do tempo, o mais *remoto* da história ribeirão-pretana.

A clara intenção, ao se constituírem, na cidade de Ribeirão Preto, acervos que pudessem testemunhar o passado, era “homenagear e cultuar” a sociedade, a economia voltada à cafeicultura, as personalidades – “reis do café”, barões, capitães, políticos modernos, legisladores, escritores, filósofos –, por seus “feitos”, e, por “justiça”, referenciar, de forma tímida, os trabalhadores braçais imigrantes e os escravos anônimos.

A partir de 1948, o prefeito Dr. José de Magalhães autorizou Santos, funcionário público, a realizar várias viagens ao Rio de Janeiro para dar início à aquisição e à doação do que constituiria o acervo. José Pereira Barreto, escultor do Museu Nacional de Belas Artes, nascido em Cravinhos e morador, durante a sua infância, em Ribeirão Preto, reunia-se com a Sociedade dos Artistas no “porão” do Museu Histórico, onde figuravam escultores, pintores e escritores, propondo o apoio ao nascimento do Museu Municipal de Ribeirão Preto, com doação de cerca de 128 peças. O museu histórico passou a constituir-se com um acervo além das espécies naturais, com obras de artistas, coleções fotográficas e mobiliário das famílias tradicionais.

O Museu Histórico foi caracterizado como uma instituição que, em torno do símbolo da nacionalidade e do produto econômico do café, sustentava-se pelo valor testemunhal, histórico e científico.

Na qualidade de autênticos – réplicas ou originais –, os objetos firmaram o papel do culto à história colonial e republicana brasileira. Em texto datilografado para

palestra em 1956, Santos se explica, mostrando possuir uma clara noção da realidade político-social, ao referir-se aos anos da Ditadura Vargas:

Em janeiro de 1948, novamente acesas as luzes de nossa ainda titubante Democracia, com o restabelecimento da Câmara e da Prefeitura municipais, substituidoras das interventorias mirins, que se sucediam a curtos prazos, atrabiliária e atrapalhadoramente, tendo reassumido, meses antes, nosso cargo de Inspetor Escolar, do qual estivemos afastado desde maio de 1944, por licença, julgamos azado o momento para cuidarmos da concretização da idéia. Espíritos pessimistas (que gente prejudicial!), com a mania bem brasileira de emitir opinião ao simples enunciar de qualquer idéia, principalmente para contrariá-la, sem estudos prévios, convincentes e indispensáveis do assunto, objetavam: “Com que roupa?...As finanças municipais, dado o madrastismo da União e do Estado, não permitem luxos culturais...E, na sua idade (cinquenta...e doze, então...) como organizar um museu capaz? Museu é coisa exigidora de muito dinheiro e de muito tempo...”

Jamais tivemos a veleidade de pensar sequer em realizar sozinho qualquer empreendimento de vulto, e pensamos que em qualquer idade pode e deve o homem sonhar com coisas úteis, mesmo que as não possa realizar. O início, e, às vezes, apenas a idéia, é tudo. Fiquem-se os esteios, e outros que terminem a construção [...]. (SANTOS, 1956, p. 2).

Durante três décadas, o colecionador Santos e seus pares trabalharam no período que antecedeu à realização desse ousado projeto, em que museificar objetos apropriados de outras instituições, fazendas, localidades e personalidades nos anos 50 estava vinculado à capacidade intelectual e ao reconhecimento do homem que

[...] em suas itinerâncias em busca de relíquias históricas para o Museu de sua fundação, ao passar pelo Jardim Botânico da Guanabara, onde iria receber troféus oferecidos, o seu diretor Dr. Campos Porto, amigo do Dr. Plínio, após entregar-lhe as relíquias disse-lhe:

Vou lhe dar também uma muda de baobah: recebemos duas mudas da África, e são as únicas existentes no Brasil. Você leva-a para Ribeirão, plante-a num jardim de sua cidade e fique orgulhoso, porque somente na Guanabara e agora em Ribeirão Preto irá existir esta planta que é oriunda do continente africano. (PRATES, 1980, p. 135).

A partir do trabalho de Santos, no que tange ao agenciamento no contexto cultural, faz-se necessário perguntar: seria possível analisar os catálogos das suas

coleções observando a ordem dos objetos e arranjos em concordância com a documentação do acervo do museu? Então, pela escolha do caminho da investigação das atividades de Santos, tentou-se compreender as intenções inerentes aos atos de coletar, reunir e descrever os materiais recolhidos das áreas *abertas* (fazendas, praças, sítios) e das áreas *fechadas* circunscritas ao poder público ou privado (instituições culturais ou famílias), utilizando os catálogos feitos por Pedro Miranda³⁴. Entre recortes de jornais e ofícios datilografados, algumas questões desdobram-se no campo das ações.

A premissa da hipótese baseada nos dispositivos culturais poderá trazer uma outra significação, isto é, a da relevância e observação das interpretações dos fatos, das articulações e estratégias nos posicionamentos de Santos, o colecionador público, diante do quadro das forças políticas de seu tempo. No ano de 1948, a influência sobre a política do café da região estava no determinismo da política econômica explicada por Furtado (2000, p. 237) e no desenvolvimento, com destaque para a região Centro-Sul.

Após a etapa de grandes desequilíbrios que sucedeu imediatamente à guerra, teve início um período de amortecimento dos efeitos desses desequilíbrios e de retorno a um quadro de relativa estabilidade, dentro de um sistema seletivo das importações e de controle das transferências cambiais. Assim, entre 1947 e 1949 os índices de custo de vida se elevaram a uma taxa anual de menos de 5 por cento, o que representava um relativo grau de estabilidade, pois no período 1943-1947 a taxa de elevação anual se aproximou de 20 por cento. Ora, a partir de 1949 irrompe nova alta de preços, subindo os índices de custo de vida em cerca de 50 por cento entre esse ano e 1952 (183).³⁵ (FURTADO, 2000, p. 237).

Esse quadro econômico, demonstrado por Furtado (2000, p. 237), esclarece

³⁴ Miranda vinculou-se a dezenas de instituições públicas, tais como Instituto Geológico Brasileiro e Associação Ribeirão-pretana de Astronomia, e publicou livros e trabalhos em jornais locais. Mas, foi como pesquisador e preservacionista que auxiliou na continuidade das pesquisas de Santos.

³⁵ Nota 183 de Furtado (2000, p. 256): "Para medir a pressão inflacionária utilizamos de preferência os índices de custo de vida. Vejam-se Anuário Estatístico do Brasil, para o índice de custo de vida da classe operária em São Paulo, e Conjuntura Econômica, para o índice de custo de vida na cidade do Rio".

sobre o momento da realização de dois sonhos de Santos e de grandes implementos sociais, no espaço da antiga Fazenda Monte Alegre, em Ribeirão Preto. Assim, houve forças políticas favoráveis ao projeto museológico de Santos, como as do Prof. Zeferino Vaz, responsável pela instalação da Faculdade de Medicina no espaço antes ocupado pela fazenda e pela Escola de Agricultura.

Além desse fato, as contratações de professores brasileiros e estrangeiros para compor o curso de Medicina em regime integral implicou em morar, pesquisar, educar e, sobretudo, interagir com o terreno de terra roxa e instalações de uma antiga fazenda de café. As propostas avançaram para além da ocupação do território por uma Escola Técnica de Agricultura. A circulação de cientistas provocou um ambiente singular para práticas educativas e culturais, naqueles anos, no Campus da Universidade, recém-criado.

1.3.1 O museu, produto de ações colecionistas

A partir dos meios de comunicação e opiniões do público, as alusões expressas sobre esta instituição e seu acervo – o Museu Histórico e de Ordem geral de Ribeirão Preto – atrelavam-no à desordem ou descuido, preenchido com coleções inócuas e sem “sentido”³⁶.

Ao contrário, nesse museu, ficaram claras as marcas do período da produção cafeeira, das apropriações das coleções e peças únicas que, caso sejam analisadas, poderão contribuir para o estudo dessa temática dos museus do interior do estado e,

³⁶ Naquele momento, o museu sustentava-se pela denominação de Museu Municipal ou Museu Histórico. Mais tarde, recebeu o nome de Plínio Travassos dos Santos, o que é pertinente porque foi além dos seus esforços para formar uma instituição histórica e educativa.

até mesmo, serem reconhecidos como resultados de ações colecionistas sistematizadas, tornando-se objetivos tais estudos. Caso contrário, seriam vistos como objetos que se acumulam no tempo e no espaço, ou que se submetem aos processos cognitivos, semelhantes aos da criança, ainda em desenvolvimento, que ainda não distingue as modalidades do tempo do passado.

Longe e distanciadas das discussões principais do campo da relação da memória e da museologia, tais práticas que implicam pesquisa – estudo das apropriações do simbolismo de uma cultura, agilidade, eficiência e persistência – estão presentes na documentação (relatórios, ofícios, cartas, memoriais) e em depoimentos orais, e podem contribuir com a vida dessa instituição, após submetê-la ao processo de análise de seus conteúdos.

Assim, à primeira vista, este museu possuía uma semelhança com um antiquário, isto é, parecia descaracterizado pelo descompromisso com as significações históricas (dos objetos) e orientado apenas pela satisfação pessoal de consumir os objetos, veículos dos desejos e dos “abusados” fetiches proporcionados por uma peça “antiga”.



ILUSTRAÇÃO 5 – Interior do Museu Histórico Plínio Travassos dos Santos
Fonte: Foto SMES, 2002

Situado na história da ocupação territorial no estado de São Paulo, em especial, Ribeirão Preto, o colecionismo de Santos foi praticado na área pública desde os anos 30 do século XX. No caso em estudo, o Museu Histórico e de Ordem geral de Ribeirão Preto e Museu do Café, assim como muitos museus no interior do estado, caracterizaram-se como *museu estático*. No item 13, do *Plano para a devida “organização” dos Museus Municipais*, documento elaborado por Santos (1958), este pontua:

Museu do Café “Francisco Schmidt”

13 – Se bem que instalado em apropriado Pavilhão, em face dos elementos que já possui, ou, apesar disso, o Museu do Café “Francisco Schmidt” ainda na passa de simples *germe de museu*. Dada sua natureza, poderá ser estático, mas, para isso, *ainda muito reclama*. (SANTOS, 1958, grifo do autor).

Da sociedade conservadora, assim como são concebidas as pinturas de “natureza morta”, o museu estático garante a ordem dos fatos, dos elementos componentes e combinados, segundo a classificação enciclopédica.

De 1938 a 1960, focando a formação das coleções do Museu Histórico de Ribeirão Preto, estas linhas, tomadas dos traços da personagem Santos, tornam-se dependentes da aproximação do agenciamento com o seu tempo histórico; e porque não afirmar, da sua principal intenção de descrever, como colecionador, o vínculo da história oficial com a história natural e compor, em células menores e simultâneas, as categorias por ele definidas como *Ordem geral*, herdadas do espírito da *Ordem universal*, princípio do positivismo aplicado à história natural.

A seguir, transcreve-se o documento textual, em cópia de papel carbono e datilografado, de sua autoria, pertencente ao Museu Histórico:

“Os Museus Municipais de Ribeirão Preto”. Plínio Travassos dos Santos (Atualização de “palestra” feita no Primeiro Congresso Nacional de Museus”, realizado em Ouro Preto no mês de julho de 1956)
Em sua conhecida obra “Introdução à Técnica de Museus”, vol. 1, pág.8,

o eminente Dr. Gustavo Barroso, organizador e Diretor do Museu Histórico Nacional, assim define o que seja organização de museus:

“Organização é o trabalho preliminar, quase inteiramente teórico, com o fim de instalar um museu. Esse trabalho é representado em primeiro lugar pelos atos do Poder Público, decretos ou leis, criando o estabelecimento, provendo sobre seu modo de funcionar e determinado suas finalidades. Cada museu possui caráter particular que depende de sua época, de seus fins, do edifício onde funciona e do próprio público a que se destina.

As diferenças são profundas e dificultam, quando não impedem regras comuns. Até certo ponto, nos trabalhos iniciais de organização, se tem de abstrair essas particularidades e de se fazer o que Schmidt-Degener, diretor do Rijksmuseum de Amsterdão, chama – *a idéia geral de museu.*” [...]

Desconhecemos os preliminares da organização, ou, melhor, da fundação da maioria dos museus federais, estaduais e municipais do Brasil. Quanto aos dos museus ribeirãopretanos, municipais, não foram obedecidas as regras indicadas por GUSTAVO BARROSO, e nem seria isso possível, pois que as rendas municipais são astronomicamente inferiores às que o Estado e a União auferem ao Município... [...]” (SANTOS, 1956, grifo do autor).

As classificações adotadas pelo agenciador na década de 50 são de inspiração enciclopédica. São assim caracterizadas porque buscaram “dominar” pela via da universalidade dos sentidos culturais, científicos e históricos. Na análise das correspondências entre agentes sociais destinados a formar os museus e acervos, percebe-se que o colecionador, ao apropriar-se do(s) objeto(s), ritualiza-o(s) também e opera com a informação registrada. Entretanto, os elementos de seu enunciado da história regional e científica tornaram-se pertinentes à coerência da organização da informação.

E, se estão incorporados na ideologia dominante, são perfeitamente ajustáveis ao conceito de *museu estático*, no sentido e perspectiva de Santos.

Em pouco tempo, aproximadamente em 1952, o discurso de Santos irá responder aos ruídos da comunicação, do confronto político, e podem ser percebidos nos textos redigidos para a constante solicitação de verbas, relatórios de prestação de contas, relatórios de participação em eventos e correspondências entre ele, diretores institucionais e políticos. Ele distribui sentidos na formação das

coleções, na relação objeto-objeto, dentro de uma concepção de *arranjo estático* que, na verdade, objetivava pactuar a permanência da história nacional com a memória social.

Nesse arranjo, “estabelece contrato” entre o mundo das coisas e as intenções de difundir o conhecimento. Esse “contrato” ou “acordo” foi firmado a partir da disponibilidade de outros atores, como a da sua filha, uma vez convencidos da originalidade das pesquisas de Santos. Das suas ações públicas e no papel de receptores de objetos oriundos das fazendas, das famílias, de outros museus, receberam, pelas mãos das pesquisas científicas ou dos representantes tradicionais da sociedade, objetos, os quais correspondiam às suas intenções.

O personalismo de Santos insistiu na construção de uma representação que contribuísse para fazer uma história baseada em figuras da classe dominante, regime servil, e fez “justiça” à memória dos escravos e imigrantes.

Na execução desse planejamento, cumpriu etapas convencionais para o seu completo funcionamento: a determinação de um espaço, a conquista de sedes e a formação de coleções para a constituição do acervo. As coleções, organizadas em classes, seções, “peças únicas” ou “raras”, tornaram-se referentes simbólicos ao período cafeeiro brasileiro.

O Museu Municipal, hoje denominado *Museu Histórico e de Ordem geral Plínio Travassos dos Santos*, ainda preserva a documentação produzida pelo seu fundador e colaboradores no período de 20 (vinte) anos. O jornal “Diário da Manhã”, em 26 de novembro de 1950, anunciava:

Transferido o Museu Municipal. Iniciativa do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal – Falta de Prédio próprio na cidade – os cuidados no transporte dos materiais – Inauguração oficial em 1951 – Palavras do Prof. Plínio Travassos dos Santos ao Diário da Manhã.
Como é de conhecimento público, acha-se em organização, nesta cidade, desde janeiro de 1948, sob orientação do Professor Plínio

Travassos dos Santos, diretor do Departamento de Cultura, da Prefeitura Municipal, o Museu Municipal de Ribeirão Preto, cuja criação foi atualizada pela lei nº 97 de 1º de julho de 1949. Transferido “todos os materiais” para a Escola Prática de Agricultura, falta o prédio próprio. (DIÁRIO DA MANHÃ, 1950)

O processo de trabalho do colecionador público é o resultado de ações de um homem participante da sociedade, em seu tempo e território. Ações bem sucedidas firmaram-se a partir das estratégias de Santos e, por isso, remontam às origens de um museu regional e do seu acervo, desenhando com a linha do poder político e econômico, os fatos regionais e seus produtos no território ocupado desde meados do século XIX. Este mesmo espaço fora ocupado por barões do café, escravos africanos, imigrantes europeus e asiáticos cuja produção – “dessa gente” desbravadora e empreendedora no sertão –, sobreviveu às mudanças climáticas³⁷, a doenças epidêmicas e à mudança de regime político. Contudo, intercederam diretamente na realidade, transformando-a e produzindo instrumentos da cultura material.

Autênticas ou polêmicas – a maioria das esculturas é feita em gesso, servindo de modelo para reprodução – as obras de arte, coleções, mobiliário, maquinário, em seu conjunto, há uma visão particularizada dessa *organização* e da *ordem* desse universo de Santos. Das decisões tomadas frente à identidade dos objetos e por ele conferidas, ampliou o universo composto de objetos pessoais, de instrumentos de trabalho no campo e do seu comando e produção. Por fim, postergou os registros desses objetos para formar coleções temáticas, ao manter

³⁷ “1886: A ocorrência de geadas no Brasil elevou os preços do café no mercado por dois anos. 1870: Uma grande geada atingiu drasticamente as magníficas plantações das férteis regiões do Oeste Paulista, seguindo-se intensiva seca e incêndios que se propagaram de Atibaia ao Paraná. No entanto, o café continuou o seu desenvolvimento, com o avanço das estradas de ferro e abertura de novas áreas. 1918: Grande geada reduziu a produção brasileira, causando elevação de preços.” (Histórico de geadas e deficiência hídrica na cafeicultura. Fontes: Secretaria Nacional de Defesa Civil, Revista Fapemig, Fazenda Águas Claras Cafés Especiais. Disponível em: <<http://www.cicbr.org.br/cafe-geadas.php>>. Acesso em: 19 mar. 2009).

coleções de espécies “coletadas” na natureza por especialistas de instituições científicas.

Buscando, nesses caminhos traçados pelo patrimônio cultural, um mapa norteador das classificações utilizadas por Santos e destinadas ao acervo, notam-se os elementos significativos para o estudo da cultura do café, como: edificação, espaço de produção (como exemplo: do terreiro para secagem dos grãos) e equipamentos domésticos e aplicados à agricultura.

Da perspectiva da atividade museológica de Santos, ao ser investigada entre as múltiplas ações e frutos do trabalho do colecionador, associou-se à análise, nesta tese, a documentação do acervo, como também as considerações dos memorialistas e historiadores locais.

Santos também recebeu apoio para formatar o Museu Municipal, com os sentidos *histórico* e de *Ordem geral*. Estes seriam *dispositivos da classificação no domínio da natureza*. Entre outros diretores de museus, em seu tempo, encontrava-se Taunay, do Museu Paulista. Além dessa figura central da memória paulista, Santos descreve sobre as suas parcerias:

Jamais tivemos a veleidade de pensar sequer em realizar sozinho qualquer empreendimento de vulto, e pensamos que em qualquer idade pode e deve o homem sonhar com coisas úteis, mesmo *que as não possa realizar*. O início, e, às vezes, apenas a idéia, é tudo. Finquem-se os esteios, e outros que terminem a construção...

A respeito recebemos excelente expressiva lição de filosofia numa palestra como ilustre indianista Prof. Plínio Ayrosa, Chefe de Gabinete – verdadeiro museu – de ETNOGRAFIA INDÍGENA, DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIA E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Mostrando-nos ele preciosos artefatos indígenas, nossa atenção foi despertada especialmente por curioso artefato de osso – ornamento para dias de festas – tendo, numa das pontas, ao lado, um orifício de circunferência aproximada à de um lápis comum, para, com um cordel, ser preso ao pescoço...

– Como podem os indígenas fazer esse buraco?...

– Fazem-no com um estilete de madeira, duríssimo, ponteagudo, mergulhado o osso nágua, preso entre duas pedras, e vibrando-o com as mãos...

– E o tempo para fazê-lo?...

– Perguntado, velho selvagem, que se ocupava nesse paciente trabalho,

respondeu, fleugmàticamente, que eram reclamados, mais ou menos, trinta anos...” Mas – atalhou o curioso – você não terá cinqüenta anos, replicou: “É...eu não terei tempo; já estou velho...mas o tempo não acaba...outros terminarão o trabalho... Que bela, que extraordinária lição para resposta aos desanimados e desanimadores – para os descrentes! (SANTOS, 1956, grifo do autor).

Ao perfilar³⁸ um homem culto no interior, quase sempre, à beira do memorialismo, corre-se o risco de formatar a pesquisa científica, com bases apologéticas, às filiações do *gosto de uma classe*, do domínio dos poderes religioso, econômico e político. Todavia, ao conhecer as atividades intencionais do ator, para a construção da história, destaca-se a *memória* como instrumento de alegorias imagináveis, sob a égide da escolha de um colecionador.

Com isso, os objetos são referenciais de uma narração recorrente na literatura da temática do café, mas esta também foi particularizada pelas próprias forças dos elementos da história regional e construída a partir dos documentos museológicos.

O primeiro passo para conhecer as atividades profissionais de Santos – educar, colecionar e documentar a história social – concentra-se no foco do *objeto museu* como referente do processo de enriquecimento cultural, da organização social e política, gerado pela força econômica do *café*.

Neste trabalho, foi visto o *coleccionismo* do ponto de vista de quem colecionou objetos no espaço público; ele dará ênfase universalizante na história de Ordem geral do país.

No recorte do conjunto das ações de Santos – estritamente voltado para a criação do museu, fundado na abordagem *ampla e geral* da história –, entre as múltiplas atividades realizadas e próprias da sua personalidade, a partir da pesquisa

³⁸ Biografar pode significar retratar com linguagens visuais os aspectos da personalidade em questão, explicar as origens, os contextos culturais nos quais viveu, e dominar os fatos e as sutilezas do tempo histórico por ela vividos.

na documentação do acervo, inicialmente foram observados os sinais da visão particular de Santos colecionador sobre o seu objetivo maior, descrita em formato de itens, num plano para a devida “organização” dos Museus Municipais. Transcreve-se abaixo o documento:

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo
Departamento de Educação e Cultura
Caixa Postal, 465
Ribeirão Preto, 11 de fevereiro de 1958
Plano para a devida “organização” dos Museus Municipais

1- Museus são instituições de finalidade *recreativa e cultural*, devendo, sempre que possível, serem também de finalidade científica, para *estudos e pesquisas* complementares de sua *extensão cultural*.

2- Dada a forma pela qual foram fundados os museus municipais de Ribeirão Preto – *Museu Municipal, de ordem geral*, e o *Museu do Café “Francisco Schmidt”, especializado*, mediante a obtenção de materiais *por doação* e sem previa criação em lei, e não ser ainda oportuno, dado o tempo de sua fundação, não tem eles e não poderão ter por muito tempo, *cientistas, técnicos* para todas as suas secções.

3- Contudo, indispensável e sejam devidamente organizados, o que indispensável e possível, por já estarem estruturados em lei (Lei nº 568-57) e contarem com verbas mais suficientes no orçamento municipal vigente, e, como é óbvio, deverão contar nos orçamentos futuros.

4- *Organização* consiste em artísticas exposições de todos os materiais em móveis apropriados – *vitruinas, suportes de obras de escultura, molduras de quadros de arte, etc.* – de especial confecção, de madeira de lei, ou até, os primeiros, preferencialmente, de *metal cromado*, e, especialmente, completa, cuidadosa *classificação* de todos os materiais expostos, seguida de perfeitos, quando possíveis, *fichamento e etiquetagem*.

5- Pelo pessoal com que contam os museus será possível ser feita a *classificação* apenas dos materiais das secções de Arte e de História, do Museu Municipal, e dos materiais do Museu do Café “Francisco Schmidt”, bem como o *fichamento e etiquetagem*.

A *classificação* dos materiais das demais secções – Etnologia Indígena, Numismática, Zoologia e Mineralogia – só poderá ser feita por técnicos de museus e de outras instituições estaduais e federais, mediante possível autorização dos responsáveis governos, ou mesmo *espontaneamente*, como já se ofereceram alguns de museus paulistas, aproveitando suas *férias*, mediante custeio de viagem e hospedagem, sendo os serviços de cada um reclamado apenas durante dez dias, mais ou menos.

6- Feita a *classificação* dos materiais expostos e dos que se encontram em depósito, de então em diante, sempre que possível, os que forem adquiridos deverão ser previamente classificados nos lugares de sua procedência.

A *classificação* deverá ser completa, feita em livro especial, contendo o histórico, a forma de aquisição, procedência, valor e utilidade de cada material.

7- O *fichário* deverá figurar em cada *secção*, ou em *cada sala das diversas secções*, constante de *cartões* em móveis apropriados, com o

resumo da classificação do material correspondente ao número da respectiva etiqueta, para facilitar consulta pelos interessados.

8- Exemplificando: o cartão, ou cartões necessários a cada material, de cada secção, terão os seguintes dizeres - 85 – BAUXITA, minério do alumínio. Jazidas principais...(em tais e tais Estados e Municípios do Brasil). Fábricas de utensílios de cozinha (ou outras), em ..(tais e tais lugares). E, assim quanto aos materiais de todas as secções, com dizeres correspondentes a cada um.

9- A *etiquetagem* deve ser preferencialmente, em placa de metal, podendo ser, *por economia*, em cartões, com dizeres resumidos. Exemplo: N.º 254 – BYRON, escultor Celso de Almeida Campos”, e, assim, resumidamente, em cada material de todas as secções.

10- As boas, *perfeitas quanto possíveis*, CLASSIFICAÇÃO, ETIQUETAGEM e mesmo o bom FICHAMENTO, constituem a verdadeira ORGANIZAÇÃO de museus, o que é indispensável para dispensar o trabalho fatigante e nem sempre possível de explicações a todos os visitantes, que, com elas, encontrarão facilidades para os estudos que desejarem fazer, recorrendo até, se necessário, à BIBLIOTECA especializada dos museus. [...] (SANTOS, 1958, grifo do autor).

A ordem dos itens deste documento (um plano) foi concebida para “disparar” ações, de forma vigorosa e para organizá-las na maneira pela qual eram concebidas por ele as secções de história, folclore, arte, etc. O Museu Municipal (1951) e o outro – fruto da insistência de Santos, o Museu de Café Cel. *Francisco Schmidt* (1955) –, foram fundados entre o espaço de quatro anos; contudo, como dito, foi frustrada a expectativa de inaugurá-lo durante as comemorações do quarto centenário da capital.

Apesar das notórias forças presentes para a constituição do Museu Municipal, o da História de *Ordem geral*, na realidade, será importante notar este segundo museu, o Museu do Café, “especializado”, na explicação de Santos, envolvido principalmente com a exibição de instrumentos relacionados à produção do café e testemunhos das contingências sociais: da escravidão à contratação de colonos europeus. Esse museu ocupa, desde então, um prédio neocolonial, construído para a finalidade de abrigar a coleção do *café*, denominado de “Pavilhão”, por Santos, e conota o sentido expositivo da produção do café.



ILUSTRAÇÃO 6 – Candeeiros confeccionados por escravos
Fonte: Foto MH, Secretaria de Cultura de Ribeirão Preto

O Museu Municipal – o da *História e de Ordem geral* –, cuja expressão denominativa encontra-se nos registros documentais, em duas palavras compostas, procura significar a classificação histórica *ampla*, panorâmica e fundada nos princípios da ciência empírica.

O Museu Histórico foi muitas vezes confundido com o Museu do Café, apesar de estarem fisicamente separados, na área do Jardim Botânico e seu entorno, ocupando uma área edificada de 3.092,20 m², numa área total de 16.313,44 m², de acordo com o levantamento topográfico efetuado em abril de 1994.³⁹ O documento descreve a Lei Municipal nº 532, de 6 de dezembro de 1956:

Autorizo recebimento, por doação, da Fazenda do Estado, de Imóvel destinado aos Museus Municipal e do Café.

³⁹ Relação de áreas, realizada pela Secretaria do Planejamento e Gestão Ambiental em 21 de agosto de 2002. Em 24 de dezembro de 1952, foram doados à Universidade de São Paulo - USP, cerca de 240.000 alqueires da Fazenda Monte Alegre, para a instalação da Faculdade de Medicina (a Escola de Agricultura, nesta época já havia sido desativada). Desta área, aproximadamente 17.000 m² correspondentes às construções e cercanias da casa-sede não foram incluídas, devido a sua anterior designação: em 1950 o Governo do Estado emprestou esta área à Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto com o objetivo de ali instalar o Museu Municipal.

Artigo 1º Fica a Prefeitura Municipal autorizada a receber por doação, da Fazenda do Estado, o imóvel abaixo descrito, nas condições determinadas pela Lei Estadual nº 3414, de 25 de julho de 1956. Constabile Romano, prefeito Municipal. (RIBEIRÃO PRETO, 1956)

Nessa linha horizontal no campo do trabalho, supondo uma igualdade social entre forças políticas e econômicas interessantes e completamente divergentes, Santos homenageava os lugares sociais das personalidades, lugares que elas ocupavam “honradamente” nas tradições das migrações mineiras e nas raízes fluminenses. Essa visão moldou o museu através do seu *escopo intelectual* e das aproximações familiares herdadas socialmente.

A ciência brasileira crescia em companhia da sociedade industrial. Santos buscou “modelos” nos centros, para orientar-se a classificação da reprodução de arranjos científicos tomados em outras instituições, como o Instituto Biológico, o Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, o Instituto Geológico e Geográfico de São Paulo, o Museu Paulista, o Museu Nacional de História Natural do Rio de Janeiro, entre outras, tornando-as implícitas na compreensão do campo da memória social, neste período da cidade, e liderado por ele no que dizia respeito à materialidade da construção da memória.

Onde o Plínio pisava as coisas se modificavam em Museu... Era uma espécie de mágico... onde imaginava, ali brotava um cantinho, uma sucursal do Museu, e quando isto não podia, ali ele “reservava” algum objeto para o Museu. E com o tempo partiu para São Paulo, partiu para o Rio de Janeiro, partiu para Minas Gerais e até Goiás, a procura de material. (PRATES, 1981, p. 149).

Prates, autor de várias publicações sobre Ribeirão Preto, em que figuram personagens desconhecidas, anônimas, populares, atribuiu às novas gerações a função de curadoria do legado cultural deixado por forasteiros que se fixaram na cidade. Em poucas palavras, ou na expressão desse memorialista preocupado em documentar as “tradições do povo”, Prates definiu a personalidade de Santos.

Essas informações foram obtidas das fartas fontes secundárias reunidas, na maioria de memorialistas, como Guião, Cione, Pedro Miranda, Prisco da Cruz Prates, entre outros. Como avaliou José Pedro Miranda, diretor dos Museus Municipais na década de 80, a literatura produzida por um “beletrista”, de alguém ocupado em interpretar fatos ou de relatar “passos da História” (PRATES, 1981, p. 148), estava presente em Santos, dono de uma forte personalidade, dedicada e diferenciada em seu meio. Prates também relatou os desejos de Santos:

Queria para Ribeirão Preto um Museu que falasse de nossas tradições, de nossas glórias, de nosso passado. E, em 1917, conseguiu que a Sociedade Legião Brasileira montasse um Museu. E dado ao tempo e espaço, foi de certa maneira o primeiro degrau da grande vitória de Plínio, anos mais tarde. (PRATES, 1981, p. 149).

Santos atuou em várias modalidades da organização da informação, entre as quais a de se apropriar, sob forma de doação, de objetos encontrados nas áreas abertas dando-lhes um destino no espaço adquirido. Na pesquisa histórica realizada por ele, a condição para transmitir a seriedade da história local frente à nacionalidade, era justificativa permanente das trajetórias e dos “feitos” dos coronéis e das personalidades. Ao receber tudo que apresentasse atributo significativo, “cada vez mais perto do passado” – de uma determinada localidade e das tradições – atribuía aos objetos o significado de componentes de uma história *geral, ordenada* em seções.

O colecionador deu início a seu plano para visualizar a trajetória das coleções; extraiu os objetos referenciais das famílias tradicionais pertencentes a diversas regiões e origens, ora de proprietários, ora de descendentes dos senhores de terra. São relacionados, aqui, três exemplos desses objetos pertencentes ao acervo do Museu Histórico e de Ordem geral Plínio Travassos dos Santos:

a) 5 cravos de ferro

Foram retirados do baldrame do edifício do Museu Imperial de Petrópolis – RJ, antiga residência de verão do imperador D. Pedro II

0,04 cm

Data: 26 – 02 – 1956

Doação: sem identificação

Procedência: Petrópolis-RJ

b) Toilete

Pertenceu ao Conde de Parnaíba

De imbuia, com espelho e duas pedras de mármore

Data:

Doação: sem identificação

Procedência: Ribeirão Preto

c) Lenço bordado com fios de cabelo

Pertenceu à família do Dr. Fábio de Sá Barreto

Data:

Doação: sem identificação

Procedência: Ribeirão Preto

Apesar da imprecisão de dados na descrição dos catálogos, ainda podem ser observadas a origem social de muitas famílias doadoras de objetos, sensibilizadas com o projeto de (sua) *memória familiar* e da chance na *memória histórica*. Na condição de doadores de materiais ou de quantias razoáveis em dinheiro, compactuavam com o colecionador valores históricos, estéticos, ficcionais ou reais, a partir dos objetos adquiridos por ele.

Para destiná-los a um lugar “seguro”, “[...] os materiais pertencentes ao museu estavam sendo transferidos para a Escola Prática de Agricultura [...]” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1950), como informou o jornal em 26 de novembro de 1950. Entre os percursos desses objetos constavam embalagens, transporte em trens, em caminhões ou em ônibus, de forma precária, do Rio de Janeiro, Minas Gerais ou São Paulo até Ribeirão Preto. As obras já *verificáveis* pelo *grande interesse histórico, artístico ou científico* completavam algo ainda a ser preenchido. Ao aspirar o êxito desses três atributos dos objetos, Santos deparava-se com problemas básicos. Como transportá-los para serem sediados num museu ainda em formação?

A sua maior conquista foi a cessão de parcela do território estadual, da

Fazenda Monte Alegre, para constituir a sede do Museu Municipal, patrimônio cultural do município de Ribeirão Preto. A sede tinha sido adaptada antes para funcionar como Escola Prática de Agricultura, seguindo as diretrizes educacionais de Getúlio Vargas. Com a criação do museu, passou então a abrigar e expor tais coleções com os significados atribuídos pelo colecionador.

Estava criado o museu e, após a seleção de peças do quebra-cabeça montado durante 20 (vinte) anos no interior do estado, os objetos eram restaurados para depois serem submetidos a longos itinerários e etapas, preenchendo salas, corredores e cantos, marquises e varandas.

Com a posse de tantos objetos, a organização dos mesmos não foi uma simples tarefa. De forma precária, baseou-se no *valor histórico* das peças; por isso, colecionou e documentou utilizando essas atividades como instrumentos para ilustrar a memória nacionalizada. Nessa medida, entre os elementos que motivaram a ação profissional destacam-se aqueles vinculados à esfera pública, na ampla organização iniciada a partir de 1938.

Em circunstâncias, muitas vezes, adversas do momento histórico, e contrárias à vontade política, o colecionador conquistou espaço, sede e visitação até então para um dos museus municipais.

As intenções de Santos estavam submetidas ao *passado das personagens* heroificadas, configuradas no contexto cultural do privilégio econômico e dos poderes políticos representativos no interior de São Paulo. As atividades da personagem do colecionador público organizavam-se a partir de uma visão compartilhada com pesquisadores de instituições já consagradas, a partir das relações com seus contemporâneos, fruto das trocas na via de comunicação social e do impacto econômico anunciado pelo desenvolvimento da cidade, entre 1938 e 1950.

Os dados convencionais obtidos em uma biografia⁴⁰, como o registro de informações, tais como data e local de nascimento, percurso acadêmico e profissional, e as obras publicadas, decorrem de colaborações recebidas daqueles que testemunharam o seu projeto museológico e dele participaram.

1.3.2 A personagem do colecionador e seus colaboradores

Nos itens anteriores, foram explorados os dados sobre a personagem colecionadora, no entanto, faz-se necessário um passeio para o reconhecimento do terreno social e político local, para situar as ações de Santos. No ano de 1948, Alfredo Condeixa Filho ocupou o cargo de vice-prefeito durante o mandato do Prefeito José de Magalhães (1948 a 1951). Condeixa alcançou a patente de Tenente-Coronel em 14 de novembro de 1950 e foi Prefeito Municipal por dois mandatos, Deputado Estadual entre os anos de 1955 e 1958, e Deputado Federal em 1966. Assumiu a prefeitura de 1952 a 1955. Portanto, uma grande parte das atividades de Santos estiveram sob a aprovação de Condeixa.

Nas práticas de exercício da ação social de colecionar, entre as inúmeras possibilidades de arranjo de uma coleção, destacam-se aquelas cujos valores sociais da história são direcionados aos critérios memoriais, monumentais, afetivos, ou pautadas pelo esforço da aparente isenção ideológica de um museu moderno para dar lugar à cultura popular.

⁴⁰ Foram recolhidas informações sobre Plínio Travassos dos Santos, através do traçado de elementos que delinearam a sua biografia profissional, entrevistas com contemporâneos, consultas na biblioteca do Arquivo Público de Ribeirão Preto, nos jornais disponíveis, em revistas da época, entre outras publicações.

As diretrizes do trabalho de Plínio, registradas por ele, entre 1948 a 1956, na formação de coleções simbólicas, nas apologias das narrativas da história, nas crônicas e ensaios a respeito da história e da cultura gerada na sociedade movida pelo produto agrário café, redigidas por ele, denotam os dispositivos culturais para dar sustentação ao argumento da hipótese.

Por ocasião das Comemorações do IV Centenário de São Paulo, Santos redigiu uma série de ofícios, dirigindo-se às autoridades, onde justificava e reclamava a implantação de um museu especializado, o que acabou provocando inúmeras reações. Dessa forma, Santos esteve presente no centro das atenções nacionais:

Há muito se observa lamentável lacuna, representada na falta de um verdadeiro Museu do Café, como justa, significativa homenagem ao soberbo produto que fez e ainda faz a grandeza econômica de São Paulo e do Brasil. (CONDEIXA, 1953).

Santos sentiu-se na obrigação de narrar a história de sucesso desses homens, na ocupação desse território, política e culturalmente, à sua maneira. Escrever não lhe bastava. Com essa preocupação, estabeleceu uma ordenação do acervo do Museu Municipal, onde ocorria a guarda e a exposição simultâneas dos objetos recolhidos, doados ou comprados. Um espaço com limite bastante estreito entre objeto, suporte e conteúdo é imposto pelos registros do conjunto. Nos ofícios dirigidos aos prefeitos, aos diretores do Museu Paulista, do Instituto Geológico e Geográfico Nacional, ao diretor do Museu Nacional, entre outras instituições amadurecidas e reconhecidas, fica claro o critério desta ordenação.

As seções por ele estabelecidas foram diretamente espelhadas nos Museus de História Natural, os quais funcionaram como vitrines para o modelo de um museu municipal. As de Arte, Numismática, Etnologia Indígena, História, Mineralogia,

Geologia, Botânica, Folclore, Objetos Marítimos são fundamentadas em classificações científicas no limite do pensamento positivista durkheimiano.

Tais registros são encontrados em livros de tombo e nas seções descritas por Pedro Miranda, diretor dos Museus Municipais na década de 70. Esta questão será tratada ainda no decorrer desta tese.

Santos se relacionava, além das personagens políticas locais, com a intelectualidade paulista e carioca, com pesquisadores e cientistas de seu tempo. Estabeleceu caminhos burocráticos, através de relatórios ou ofícios e, sobretudo, por visitas pessoais que são passíveis de constatação nas solicitações de verbas dirigidas ao Prefeito e ao Governador do Estado, por intermédio de vereadores e deputados. Provavelmente, obteve apoio de seu irmão Lauro Travassos, funcionário do Museu de Zoologia, a quem confiava a submissão dos animais e processos de higienização a que eram submetidos junto a seção de zoologia do Museu Histórico. O Bosque Municipal, ainda em formação, com o empenho na busca de espécies vegetais e animais, contribuiu para essa seção em que estava presente a mão taxidermista.

Nessas atividades – então, firmadas coercitivamente e no enunciado do discurso nacionalista – percebe-se a transferência da personalidade de educador de Santos para a formação dos museus como centros educacionais, voltados para a pesquisa científica – nos moldes regimentais do Museu Paulista⁴¹.

Paralelamente aos trabalhos desenvolvidos na educação, e somados às suas ligações com Taunay, diretor do Museu Paulista – mesmo se não foram tão aproximados pela visão e pelo rigor de pesquisa deste –, ficam evidentes as suas

⁴¹ O Museu Paulista, um edifício neoclássico, que teve o seu início em 1894, foi construído por Tommaso Gaudenzio Bezzi. O seu primeiro objetivo era servir de referência oficial da Independência do Brasil, como monumento, reforçando a localidade em que D. Pedro I a proclamou, em 1822.

influências no texto *Plano para a devida organização dos Museus Municipais*, redigido por Santos, para formatar um museu nos moldes do que havia sido o Museu de História e Ciências Naturais, em São Paulo, às margens do rio Ipiranga.

A monumentalidade do edifício do Museu Paulista, hoje pertencente à Universidade de São Paulo, servia de “norte” da nacionalidade, orgulho para paulistas e a serviço da formação referencial dos municípios do Estado. Expressar o “tom nacionalista” das atividades culturais e a demonstração da cumplicidade com as diretrizes do desenvolvimento da nação constituíram os pilares para definir a identidade da região ribeirão-pretana.

As diretrizes de funcionamento desse museu o definiam como centro de estudos, de pesquisa e de exposições no campo das Ciências Naturais (BREFE, 2003, p. 80). O Museu Paulista passou por modificações decisivas para sua organização, tanto que, segundo Brefe (2003, p. 80), a reorganização que Taunay realizou nele, em 1917, “[...] significou de imediato, uma alteração nos seus direcionamentos que levou, ao longo do tempo, a uma mudança completando seu perfil [...]”.

O colecionador Plínio, motivado pelo projeto de organizar um museu, realizou inúmeras viagens, como já dito, ao Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo. Além de transitar muito bem entre os poderes de personalidades, remanescentes dos coronéis, nessa mesma trilha, em que deixaram *adormecidos os testemunhos da história*, tais objetos-documentos foram adquiridos por ele. O desafio frente ao acúmulo de objetos, naquele segundo momento de realizar as suas estratégias, seria o de ganhar o espaço de uma sede de fazenda oitocentista. Assim sendo, a produção rural e o poder do período econômico do café, representada e distribuída com funções originais e representativas daquele plantio, estava presente e garantida.

Santos possuía o dom da *palavra escrita e discursiva*. Esta última, realizada de forma comunicativa, poderá ser encontrada nos textos da imprensa local – o jornal “A Cidade” –, em crônicas ou reportagens jornalísticas, que produziu em nome da sociedade ribeirão-pretana. Além de proferir discursos em institutos de pesquisas paulistas e mineiros, os textos publicados foram decisivos para o convencimento da opinião pública em defesa da divulgação da cultura do passado. O colecionador público, Santos, preparou-se para ser cúmplice de uma “noção” de verdade que *estava residente no passado* e, para valorizá-la, referia-se à escravidão como período negativo da história brasileira, e referenciava a imigração europeia como forças (dispositivo) da transformação social, essas forças que foram, por ele pontuadas pelas origens: portuguesa, italiana, alemã, espanhola e orientais.

O colecionador, para dar resposta de continuidade às conquistas e tradições do homem do Oeste Paulista, deu-se ao trabalho de montar estratégias que são desconhecidas no campo da museologia, principalmente no interior dos estados. Tais estratégias, ainda não documentadas em registros contemporâneos, instigam à pesquisa de reconstrução dos dispositivos culturais, históricos e artísticos sobre os quais se pautou Santos para disparar ações em direção à formação dos acervos do Museu Histórico e Museu do Café.

Nos anos 50, a cidade de Ribeirão Preto, como já visto, era um pólo significativo na geração de renda e na produção do panorama econômico cafeeiro dirigido à exportação, com diversidade de serviços, educação e saúde no país. A tentativa de manter presente o passado já o torna interessante, por oferecer um desafio nas áreas da museologia, levando a encarar o colecionismo de forma sistemática. Nos anos de 1938 a 1950, Santos não faz distinção entre colecionar e documentar o passado. A prioridade era o objeto (real e original) no espaço público.

Reclamava-se respostas do passado em forma de homenagens materializadas em objetos. Destacavam-se, por isso, esses objetos monumentais despossuídos de função, mas em concordância com alguns valores atribuídos ao objeto, que pudessem dar visibilidade ao passado.

A prática de Santos foi localizar objetos, demarcar o espaço agrário, em contatos estabelecidos em viagens, e apropriar-se dos elementos componentes das fazendas de grande produção do café do século XIX, muitas delas já obsoletas ou atravessando a fase de reorganização de plantio.

Santos escolheu a Monte Alegre, provavelmente formada a partir de 1870, para reunir e sediar coleções vinculadas ao tema da história do café e, assim, “concluir” uma tarefa de preservação da memória cafeeira e da sociedade tradicional, originária na *plantacion*.

Para ele, a memória da sociedade do café estava “garantida”, a partir da transferência de objetos significativos para a casa-grande. Esta era uma das unidades, das dezenas delas, que compunham o complexo fazendário.

A casa da fazenda, caracterizada pelas linhas arquitetônicas simplificadas da sua construção supostamente concluída em meados dos oitocentos, foi modificada no final daquele século pelo proprietário alemão, com a adoção de varanda circundante, ampliação das laterais, recebendo, mais tarde, internamente, a abertura de arco unindo duas salas comunicantes da varanda comum. Hoje, é reconhecida pelos visitantes como Museu Histórico e Museu do Café, ambos no Campus da Universidade de São Paulo.

A identidade do Museu Histórico, o primeiro Museu Municipal, foi diluída na temática do produto – café – responsável pela arrojada urbanização de Ribeirão Preto, imposta na edificação pública, na construção de hospitais, escolas, asilos, no

transporte ferroviário e, posteriormente, em rodovias e aeroportos locais e campos de pouso regionais.

Da herança simbólica do café no Brasil, um dos elementos do legado cultural edificado, e dos mais perceptíveis do contexto cultural, é a tentativa de institucionalizar na sociedade a modernidade instrumental e mecanizada pela ciência moderna. Estabelecer modos de produção moderna pressupõe a velocidade de máquinas que superavam os equipamentos rudimentares movidos à força física humana ou da natureza (água e carvão).

O conceito “moderno” está diretamente associado ao café. Além de pretender perpetuar-se na história brasileira, ou compelir a sociedade a dar-lhe continuidade na preservação da sua memória, o café possuía um talento renovador do *fazer* ao romper com os costumes baseados no Brasil rural e no romantismo colonial.

As circunstâncias e aspirações sociais provocadas no ambiente das negociações comerciais e ampliações do mercado financeiro associaram-se aos componentes da cultura. Decorre, por isso, o implemento da industrialização diversificada, do fazer do tecido às telhas, das máquinas mecânicas à produção de combustível, de condições práticas para o desenvolvimento da ciência nessa sociedade – a Cia. Agrícola Francisco Schmidt.

Além de exercer um papel simbólico da permanência das tradições, o café, produto sempre associado ao desenvolvimento do século XX, irá motivar os museus de história a lhe destinar um espaço nobre⁴² para a manutenção dos objetos do mundo rural, da vestimenta dos nobres, das cartolas dos barões e reis

⁴² Atualmente, parte de objetos das coleções do período da escravidão, instrumentos de tortura e da produção do café, pertencentes ao acervo Museu Histórico e de Ordem geral Plínio Travassos dos Santos, estão expostos em forma judicial de comodato, na área expositiva do Museu Histórico do Rio de Janeiro.

do café, dos objetos de uso pessoal e dos seus mobiliários. Esses elementos funcionarão como extensões da austeridade das tradições familiares, assim como motivarão os estudos das áreas das humanas, da cultura material, da Arquitetura, da Sociologia e da sua própria História. Poderão ser indispensáveis à compreensão de diretrizes sociais da época e transformar-se em legado para as futuras gerações.

Na pesquisa para a constituição deste presente trabalho, identificou-se o uso da expressão *Ordem geral*, por Plínio Travassos dos Santos, na denominação que compõe o título da instituição: Museu Histórico e de *Ordem geral*. Aqui, é com atenção nos processos da *ação do colecionar (collectionner)* e do *documentar (documenter)*, que poderemos analisar as ações e uso de vocabulário de um voluntário do estudo da *memória* que, vista como operação, atuou de forma impositiva – pelo capricho de um sujeito –, a partir do emprego da racionalidade no uso do espaço e pela aquisição de peças ao acaso ou selecionadas em função das variantes da história. O documento destina-se a valorar e receptar narrativas elaboradas pelo exercício dos sentidos, os quais são esgotáveis na capacidade humana. Com a documentação, obriga-se a registrar e a descrever esse processo.

Através de um levantamento realizado na documentação existente nos Museus e no Arquivo Histórico, foi traçada uma sequência dos procedimentos descritivos realizados por Pedro Miranda, diretor na década de 70⁴³, quanto ao registro do acervo desde a fundação do Museu Histórico.

Relatar o papel do documentalista infere-se na descrição do múltiplo papel: o de documentar, de colecionar, bem como de estabelecer a relação íntima que possa

⁴³ Santos dedicou-se ao período de formação do acervo. Pedro Miranda buscou “completar” a organização inicial das coleções contando com as diretrizes de um Plano de organização do acervo e do registro em forma de catálogo.

existir entre o objeto e o documento correspondente nas paredes dos museus, vitrines e suportes, transgredindo as fronteiras das legendas e descrições documentais, na maioria das vezes, vazias – tarefas essas, cujas etapas devam considerar o que há disponível em outras fontes documentais. Assim, a matéria dos objetos contém os significados ativados pela operacionalidade da memória, construída e potencializada pela força do tempo e do espaço ao qual já pertenceu e ainda pertence, após a sua apropriação. Um número reduzido de peças, que estava depositado em Ribeirão Preto, à rua Santo Antonio, nº 71, onde funcionou o Departamento de Cultura, foi satisfatoriamente deslocado para a sede da fazenda Monte Alegre.

É o que se pode verificar no texto jornalístico:

[...] em instalação provisória, a Secção de Arte, a qual foi inaugurada no dia 28 de março do corrente ano. As acomodações, entretanto, estavam longe de atender à exigência apresentada pelo Museu, apresentando-se inadequadas e deficientes para a grande obra que desejamos realizar [...] A reportagem teve oportunidade de assistir a grande parte dos trabalhos de transferência dos materiais do Museu, trabalho esse dirigido competentemente pelo jovem escultor ribeirão-pretano Sr. Antonio Pallocci. [...] verifica-se no momento a necessidade de organização e completa catalogação de todos os materiais. (DIÁRIO DA MANHÃ, 1950).

No presente texto pode-se nutrir os argumentos do colecionador, a partir da influência do contexto social na organização da informação. Do ponto de vista de Santos, o documento de registro, isto é, a documentação produzida criou um novo fato para as atividades museológicas. Objeto e *documento* não se confundem pela sua natureza e função museal, embora a condição de *documento poderá ser atribuída* ao objeto a partir da intenção de quem o executa. A documentação deverá refletir todas essas faces do acervo do museu.

1.3.3 As diversas formas da coleção histórica e de *Ordem geral*

É importante lembrar a proximidade entre o objeto, documento e os formatos adquiridos por este conjunto material no espaço museal. E considerar a energia destinada a gerar coleções diversificadas talvez seja esta uma pista para dar sentido ao conhecimento enciclopédico. Convivendo lado a lado, os exemplares dos objetos simbólicos e das relações sociais confirmam e “demonstram” a superação tecnológica neste território conquistado. As classificações das coleções da história natural indicam passagem certificada para a inserção do conhecimento científico.

Como já visto, com o passar do tempo confundiram-se a identidade do Museu Histórico com o desenvolvimento do segundo, o Museu do Café, este que nasceu nas dependências do primeiro, antes denominado Museu Municipal. Assim como as bonecas russas dão origem umas às outras, o Museu Municipal foi gerado na residência de Santos, depois nas dependências da casa da Praça Santo Antônio, depois na Escola Prática de Agricultura, antiga sede da Fazenda Monte Alegre, para ser abrigado definitivamente no “Pavilhão” construído no estilo de arquitetura neocolonial – Museu do Café – “especializado” na produção e representação da simbologia do café.

O conjunto de objetos evoluiu para formar uma *coleção* ao assumir a representação da história no espaço público, como os mobiliários da Estrada de Ferro Mogiana, os da Família Junqueira; a banheira de mármore que pertenceu ao Dr. Henrique Dumont, pai de Santos Dumont, medindo 0,94 X 2,00 X 0,70 m; ou até mesmo uma peça assim descrita:

Escrivanhinha de bordo, que pertenceu a um comandante de navio alemão que trouxe Bernardo Diederichsen para o Brasil em 1848. Foi confeccionada na Alemanha com Pau-Brasil (doado por Bernardo) e carvalho europeu. Posteriormente, a família do comandante ofertou a peça à família Diederichsen e esta doou ao Museu. Procedência: Ribeirão Preto. (MIRANDA, 1972).

Entre outras “curiosidades”, encontram-se esculturas e pinturas referentes aos heróis nacionais da República, pensadores e poetas, como *Byron*, escultura em gesso (modelo) de autoria de Celso de Almeida Campos, medindo 1,25 X 1,92 X 0,78 m, doação do autor, 1948. Premiada com medalha honrosa no Salão de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Lê-se na descrição do catálogo: "O autor se inspirou no soneto ‘Pecador’ de Olavo Bilac, representando Lord Byron deitado de costas, empunhando uma caveira, objeto que segundo a lenda, era usado como taça”. (MIRANDA, 1972).

E nesse ambiente também se encontra, por exemplo, a escultura do poeta brasileiro do estado do Ceará, “Catulo da Paixão, de autoria J. O. Correa Lima, Gesso Bronzeado, 1,66 X 0,75 X 0,75 m, doação do autor, 1950”. (MIRANDA, 1972).

Tais esculturas, baseadas em imagens de personagens literárias, em unidades ímpares, vizinham no mesmo espaço ocupado por móveis do Conde de Parnaíba e por instrumentos de indígenas, provenientes de coleta de trabalhos científicos. Nesse espaço, pode-se ver um turbante de fibra de jangada, com plumas de pato, usado em cerimônias dos Índios Bororos Orientais, que foi doação, de procedência institucional, do acervo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP; ou ainda, as flechas enfeitadas de penas coloridas, de doação do Museu Paulista.

No limite entre o museu cunhado pela nacionalidade e o nascimento dos museus dedicados às ciências naturais, Santos navegou entre uma concepção

naturalista da história e outra, inspirada pelos “museus nacionais” dos anos 20, da heroificação que ficou no passado das capitais e cidades médias, criada na linha da trajetória do café. As representações em esculturas, objetos de tortura ou do uso do cotidiano do escravo e do imigrante foram inseridas ao longo do tempo e na medida em que a história dos anônimos tomava significação. Encontram-se entre eles os objetos científicos ou simbólicos da classe dominante.

Ele maneja os fatos no horizonte da hierarquia social e certifica-se da história a partir dos *documentos* e da exposição dos objetos, buscando evidências testemunhais da história oficial. Todavia, orientou-se por seleção e recolha dos objetos das famílias geradoras da força econômica do café.

O documentalista pesquisador buscou organizar um mundo emoldurado pela ruptura, a partir da grandiosa acumulação de recursos proporcionada pela economia da rubiácea, e permaneceu apontando para o país moderno de industrialização e de consumo.

Ao gerar uma documentação específica – veículo para destinar, segundo ele, a uma memória irrecusável para as novas gerações –, representa a história gerando uma *ordem* própria, o que se torna a principal razão de trabalho desse senhor⁴⁴. Santos intensificou sua vida profissional. Ele fez de sua trajetória no serviço público, neste município, algo instigante para o estranhamento do mundo contemporâneo, ao associar a criação do Museu Municipal à memória do trabalho do cultivo agrário no período do café.

A descrição do objeto desta tese – o colecionismo público empregado na formação do Museu Histórico de Ribeirão Preto –, pautou-se pela singularidade das fases da vida profissional de Santos, como educador e colecionador, e por ele relatadas em documentação específica, artigos de jornais ou crônicas e publicação

⁴⁴ Este problema será tratado no próximo capítulo desta tese.

de estudos a respeito da história da ocupação do território em que irá desenvolver-se o pólo econômico da região.

Ao conceber a representação museológica da história oficial brasileira e regional, imprimiu a esta jovem instituição um sentido único – o de representar a história oficial acrescida de coleções “científicas” tão recorrentes nos Museus de História e de História Natural.

Na metodologia de pesquisa – retomando a justificativa do uso de uma biografia e possibilitando uma discussão sobre a importância do colecionismo no espaço e no acesso público –, além da coleta fiel de dados de uma pessoa, a pesquisa implica na construção da memória com relato “fidedigno” da história particular. Nessa construção, no trajeto das fontes da esfera privada à pública, em sincronia com o tempo em que se viveu, pode-se recuperar a importância dos documentos textuais, como os *relatórios* e os *ofícios* que, em sua análise, funcionou, para Santos, como “um diário de bordo”, isto é, com a funcionalidade de um registro do cotidiano social da atividade *memorialista*, no sentido público da representação e da busca da permanência, sempre a partir do seu ponto de vista.

Do desejo de perpetuar os valores de uma classe dominante, merecida ou não pelos seus contemporâneos, não é imperativo, de quem a organiza, pertencer à própria cultura e manejá-la a seu gosto. A propósito dos ideais dos atores famosos da história, essa será a ferramenta principal para a reprodução do conhecimento e construção da memória da sociedade.

Nas etapas do seu processo de trabalho, nos anos pós-guerra, para conseguir “montar” seu Museu Municipal, o pesquisador gerou uma documentação como meio; não intermediada por secretários, mas produzida diretamente e *tradutora* de suas estratégias de ações em nome da *memória*.

Nos anos posteriores, após a aposentadoria, delega à sua filha Clarisse confiança e continuidade nos trabalhos de “catalogação”, agora também (re)produzida por seus pares – Pedro Miranda e Moreira Chaves –, o que contribuiu para formar uma identidade museológica passiva de recuperação física e simbólica, firmada na regência do olhar de um colecionador interessado nas configurações possíveis da memória. Do *fazer* coleções distinguem-se na apropriação dos objetos autênticos – conjugadas com a administração do espaço expositivo, que era ao mesmo tempo o de guarda – e na aquisição de coleções simbólicas do pensamento positivista da ciência demonstrativa do empirismo científico e associado à história.

Para quem desenvolveu o Museu Municipal no interior paulista, seria decorrente de suas ações possuir um espaço expositivo, de guarda e restauro. Contudo, a luta de Santos ainda não terminou. No momento da transformação densa da cidade, no que se relaciona às benfeitorias urbanas na modernidade, a prefeitura recebeu, ainda na década de 1950, o terreno da Fazenda Monte Alegre como doação do Governo do Estado para a formação dos museus.

7. Aproveitando minha ida a São Paulo, fui incumbido pelo vereador Sr. José de Barros de entendimento com o Deputado Dr. Furlan Júnior, sobre a pretendida doação do prédio em que está instalado o Museu Municipal. Para isso entreguei ao referido deputado um álbum de fotografias do prédio e terreno desejados, vários aspectos anteriores do Museu e “Memorial” constante de cópia inclusa. Para atender o pedido do mesmo deputado, autorizou V.Excia a confecção de plantas do aludido prédio, respectivo parque e terreno fronteiro, o qual já foi remetida.

8. A.D.D. Câmara Municipal solicitou do eminente senhor governador do Estado a doação do prédio de terreno aludido, já tendo sido o respectivo processo informado pelo ilustre diretor da Escola Prática de Agricultura. (SANTOS, 1950).

Qual a finalidade de um museu em Ribeirão Preto? Tal questionamento, comum ao seu tempo, de qualquer forma revelou as etapas da pesquisa de Plínio que avançaram na procura de respostas ao problema da organização da informação

no espaço museal. Em primeira instância, as raízes do interesse do educador migram para as de colecionar. Nasce, assim, o Museu do Café, nas dependências do Museu Histórico e de Ordem geral.

O Museu do Café, criado em meados dos anos 1950, possui um acervo que é representativo da história econômica do café: maquinário de beneficiamento do café, instrumentos de uso doméstico, esculturas de personalidades políticas da região e mobiliário do IBC – Instituto Brasileiro do Café.

Para entender esse museu, o importante é perceber as sutis diferenças dos objetos utilitários da produção do café, as suas linhas de construção, cujas origens estão na tecnologia arcaica ou nas engenhocas criativas e adaptadas por culturas diferenciadas da escravidão e da imigração. São elas: torradores, cestos, canecas, bules, panelas, rodos, etc.



ILUSTRAÇÃO 7 – Restauro do Museu Histórico e de Ordem geral Plínio Travassos dos Santos
Fonte: Foto Simione & Viotti, 2002

O Projeto de Revitalização dos Museus Municipais, documento interno elaborado em 2001 por funcionários da Secretaria da Cultura do Município de Ribeirão Preto, analisou os objetivos do Museu do Café:

Com o objetivo de contar a história do Ciclo do Café em Ribeirão Preto e no Brasil, Plínio Travassos dos Santos começou a recolher e colecionar objetos alusivos a cultura do “ouro verde”. No princípio estas peças foram guardadas no Museu Histórico. Em 20 de janeiro de 1955, já com um número significativo de objetos, foi inaugurado o Museu do Café de Ribeirão Preto, instalado provisoriamente, em 3 salas e 3 corpos das varandas que circundam o edifício do Museu Histórico.

O prédio do Museu do Café “Cel. Francisco Schmidt”, construído próximo ao Museu Histórico, foi inaugurado oficialmente em 26 de janeiro de 1957. A construção do prédio foi uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto e contou com a colaboração financeira do Instituto Brasileiro do Café – IBC e do Comendador Geremia Lunardelli (3.º Rei do Café).

O acervo do Museu do Café é composto por peças alusivas a cultura do café, coletadas na Região e em outros estados, principalmente Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Objetos de uso na zona rural: arados, máquinas de beneficiar café, veículos próprios de fazendas (trole, semi-trole, carroças), arreios, carro de boi (de 1867), um “coupê” (de procedência francesa que pertenceu ao Dr. Plínio de Castro Prado). Coleção de moinhos para o processamento manual dos grãos de café, pilão, máquinas destinadas a descascar e ventilar o café, etc.

Duas grandes esculturas, uma em madeira e outro em gesso, representando os imigrantes italianos e alemães. Uma série de bustos em gesso de personalidades relacionadas com o café: Melo Palheta (Francisco de Mello Palheta), Dr. Henrique Dumont (1.º Rei do Café), Francisco Schmidt (2.º Rei do Café) e Geremia Lunardelli (3.º Rei do Café).

Coleção de xícaras, grãos de qualidades diferentes de café, pragas e pestes que atacam o cafeeiro, etc. (RIBEIRÃO PRETO, 2001).

Esse projeto de restauro do museu foi elaborado por profissionais da Secretaria de Cultura Municipal, Arquivo Público Municipal, com o objetivo de difundir um “histórico” do registro do acervo. Na tentativa de realização de documentação textual com finalidades de pesquisa, a partir dessa ilustração, tais informações foram tratadas e organizadas em sequência coerente para a identificação institucional: (nome do museu), lei de criação, intenção do fundador, local de armazenamento e descrição do acervo. Ainda que precário, esse projeto

cumprir o papel de instrumento de pesquisa, realizando a mediação entre o acervo e o público usuário; entre o acervo, pesquisadores e profissionais da informação.

1.3.4 A classificação, o arranjo e a linguagem representada

A análise da cultura material referente ao café e as experiências museológicas de organização da documentação textual e de objetos representativos da construção dessa memória complementam-se na busca da informação, além dos objetos descritos em catálogos ou livros de registros: pedra de moenda, um pilão, um socador, caneca amassada, torrador de café, cilindro, ferro de passar, chaleira de ferro. Todos esses elementos pertencem a uma construção cognitiva e da memória temática, recorrente aos profissionais da documentação. Há uma composição coerente nas classificações e nas preocupações com as coleções. Contudo, na contemporaneidade, onde ainda há política de acesso à informação, de uma forma geral, promovida por governos democráticos e de cunho expressivo na extensão cultural, muitos projetos ainda desconhecidos podem construir arranjos instigantes:

A preocupação de prover o acesso do público ao museu soma-se ao papel tradicional de colecionar, classificar e conservar objetos ou resquícios de um passado da sociedade. Não há um deslocamento de uma coisa para outra, mas a busca de um equilíbrio entre elas. Ao contrário da visão anterior, a coleção e a classificação passam a ser vistas como a gramática e a sintaxe de uma língua que se pretende falar. Ao museu compete 'falar sua língua', articulada por meio da coleção e sua classificação, ou, sendo mais radical, dar condições para que a "obra fale" com o público. Para Canclini, "uma museografia rigorosa destaca as etapas decisivas na fundação ou na transformação de uma sociedade, propõe explicações e chaves de interpretação para o presente" [...] [Os museus] "colocam não apenas a sociedade em relação com sua origem, mas criam na produção cultural relações de filiação e de réplica com as práticas e as imagens anteriores". (CANCLINI, 2003 apud LARA FILHO, 2005)

O sentido complexo da coleção do Museu Histórico imprime coerência aos objetos e estão associados à coesão por elementos linguísticos ou pelo esforço do objeto estar ao lado do outro, cumprindo um papel de representação das temáticas associadas à história cafeeira, à ciência, ao poder e ideologia do café.



ILUSTRAÇÃO 8 – Coador de café

Fonte: MC. Foto: Secretaria de Cultura de Ribeirão Preto, 2004

Para exemplificar, observa-se o objeto coador de café, inserido na coleção, cujas necessidades não são mais da função doméstica do coar café, mas da necessidade do testemunho histórico de um período econômico cafeeiro. O coador de café não pertence mais ao uso doméstico, mas, sim, está inserido na *função simbólica* da história do café.

A perturbação provocada pelo reconhecimento da coleção, da *leitura do objeto*, um documento tridimensional, em que aparece quebrado por manuseio ou por acaso, não incomoda a visita pública. A racionalidade funcional do objeto comprometida, isto é, quebrado e exposto, é incorporada ao sentido simbólico do “velho” e ao “testemunho” dos modos do “viver no passado” embora a sua

significação remonte ao uso inicial daquele objeto, como um forte elemento indicial das classificações criadas ou induzidas no universo da cultura material. O que dá coesão aos objetos do museu na vida cotidiana são as necessidades que o indivíduo atribui aos objetos, no presente. Sua consistência está na narrativa, descritiva, em um contexto funcional, no espaço museal.

O objetivo da tese foi verificar os aspectos do *coleccionismo* inseridos na, hoje em dia, chamada organização da informação, com enfoque em níveis diferenciados do ordenamento documental.

Ao percorrer, através da leitura, os documentos do acervo, verificou-se a sistematização de Plínio na duplicidade das funções do museu: guardar e exhibir, ao mesmo tempo. Ao longo do tempo, a ausência de uma reserva técnica para o acervo sempre implicará na aplicação de critérios duvidosos da preservação e no rigor da guarda e da exposição museológica. A verdadeira realização do colecionador foi, não apenas, a reunião das coleções, mas a conquista do território da antiga Fazenda Monte Alegre, destacada na história da produção para a exportação do café, ainda no século XIX.

Santos, quando da organização do seu trabalho, foi capaz de agir com astúcia, na aquisição da sede da fazenda Monte Alegre, para abrigar coleções do Museu Histórico e do Museu do Café, em momento político favorável, embora pouco duradouro, para a formação dos Museus Municipais de Ribeirão Preto. Num cenário de grandes modificações sociais e disputas demarcadas pelos campos de força política e econômica, focou suas estratégias para conseguir feitos para a criação de dois museus no interior do Estado. Foi o mediador para a recepção de objetos de produção do trabalho já obsoletos, esculturas de personalidades históricas, mobiliário familiar e público que ostentam o poder com a austeridade associada ao termo estático, concebido por ele para definir o Museu Municipal.

Em 1959, Santos deixou o cargo na Prefeitura Municipal e foi substituído por sua filha Clarisse, na direção dos museus, e toda a classificação e etiquetas foram realizadas por Licínia Russo. A Folha da Noite, de 09 de junho de 1960, anuncia que os Museus Municipais, sob nova direção, modernizaram-se:

Alterações introduzidas visam transformá-los em centros educacionais, além de depositários de relíquias históricas – Já se cuida da ampliação das duas instituições – Patrimônio de objetos curiosos e de alto valor. (FOLHA DA NOITE, 1960).

No artigo do Diário de Notícias, de 6 de julho de 1960, intitulado “Museus devem ser dirigidos por técnicos”, Santos faz a seguinte declaração quanto à reforma praticada por outros agentes e gestores políticos, após saída da direção dos museus e, assim considerou tais reformas como “[...] desastrada incrível modificação das exposições de materiais no Museu [...]”. O museu passou por reformas físicas, abrindo e fechando janelas e portas. Em 4 março de 1966, o Prefeito Welson Gasparini denominou o Museu Histórico como *Plínio Travassos dos Santos*.

2 O DOCUMENTALISTA

2.1 O DOCUMENTALISMO E O DOCUMENTO

Documentalismo é o termo utilizado para dar equivalência ou designação ao ato de registrar o documento visível, em que se evidencia o *processo invisível* de se documentar algo ou idéia. Assim como o substantivo *coleção*⁴⁵, que é relativo ao verbo *coleccionar*, *documentalismo* torna-se *dependente do sufixo ismo* e trata-se de movimento ou atividade de caráter privado ou público. Neste capítulo, o termo *documentalismo* será aplicado no sentido de continuidade do ato de documentar – o fazer da *documentação*.

Embora *documentalismo* não seja uma palavra apropriada para identificar a atividade de quem documenta, por indiciar, generalizar, ocultar ou diluir fases de um mesmo processo em que poderá haver intencionalidade do sujeito no contexto cultural em questão, mesmo assim, *documentalismo* poderá auxiliar a análise dos processos documentalistas. Nessa medida, *coleccionismo* aplicado no sentido similar ao termo *coleccionista*, como visto, abarcará os contextos culturais em que o sujeito atua. Assim, também se entende *documentalismo* na relação que poderá ser estabelecida entre sociedade, sujeitos e documentos, no tempo e no espaço.

A partir dos estudos produzidos na Biblioteconomia por tornar o que se

⁴⁵ Coleção, coleccionar e coleccionismo: tais termos foram anteriormente analisados no primeiro capítulo desta tese.

convencionou como *documentação* (ORTEGA; LARA, 2008, p. 14), isto é, como *instância* ou *objeto ideal* de trabalho, daí se verificam particularidades no tratamento documental. Para quem documenta, e para quem usa o documento, a *documentação* é bastante recorrente na prática profissional e na literatura crítica da Ciência da Informação. Tal termo é, dessa forma, apropriado nas práticas documentalistas para identificar e tornar realidade o que é documental e para quem se dispõe a fazê-lo.

Assim, ao longo do trajeto construído e percorrido por Otlet, pioneiro da Ciência da Informação no século XX, pode-se verificar o avanço da área na análise da matéria física do suporte (documento) ou transferência do conhecimento (documentação):

Otlet's life and work

Born in 1868, Otlet was a Belgian lawyer turned bibliographer and utopian internationalist. His was a long life form he died on the eve of Peace in 1944. In 1895 he co-founded with Henri La Fontaine the International Institute of Bibliography (now known as the International Federation for Information and Documentation) and in 1910, the Union of International Associations (5) During the First World War and afterwards he was in the Peace Movement that led to the creation of the League of Nations and later to its Organisation for Intellectual Cooperation, forerunner of Unesco (6,7)

His most important work was inspired by what he had come to understand to be the latest bibliographical technology, the standard 5"x3" card. For him this was a revolutionary technology because it allowed for continuous intercalatability of entries and ease of correction of errors.

Notas do autor: (5) Otlet, Paul. "The Union of International Associations: A Word Center, in International Organisation and Dissemination of Knowledge: Selected Essays of Paul Otlet, edited by W. Boyd Rayward. Elsevier, 1990. pp. 112-129.

(6) Otlet Paul. Les Problèmes internationaux et la Guerre: tableau des conditions et solutions nouvelles de l'économie, du droit et de la politique. Union of International Associations Publication n° 50; Geneva: Librairie Kundig and Paris: Rousseau et Cie, 1950. 501 pp.

(7) Otlet, Paul. "The Organisation of the Society of Nations", in International Organization and Dissemination of Knowledge: Selected Essays of Paul Otlet. Edited by W. Boyd Rayward. Elsevier, 1990. pp. 148-156. (RAYWARD, 2003, p. 1).

A citação acima ilustra a geração e processo de documentar, na proporção social em que as palavras carregadas de ambiguidades (documento/documentação)

são amplamente apropriadas na história, na ciência e na arte, como também para o emprego das atividades da produção da burocracia. Documento e documentação são utilizadas, no campo da jurisprudência e pela população, para designar identidade, herança e, na área científica, para demonstrar empiricamente o que deverá ser testado e comprovado.

O conceito *documento*, objeto ou produto do pensamento (DIZIONARIO, 1984, p. 222), durante milênios ocupa pensadores e práticos do conhecimento humano voltados para conhecer e manejar os traços/características do objeto investigado. Assim, tornou-se *documento* aquilo que é parte do universo diversificado do registro da expressão humana, e tal conceito, abrangente, foi explicado além do que se considera a verdade sobre o papel, “[...] scritto che dimonstra una veritá [...]” (DIZIONARIO, 1984, p. 301). Ademais, a adequação do termo por profissionais da Ciência da Informação é objeto e, ao mesmo tempo, significado das fases do processo da ação de *documentar*. Prova, testemunho ou ilustração, o documento sofreu uma transfusão de valores, o que o responsabilizou de estudos contextuais do *o quê* se organiza, *quem* organiza, *como* organiza e *para quem* organiza. Tais questões, aparentemente primárias para a área das ciências da informação, definem as fases do processo e metodologia da produção ou recuperação da documentação.

Dessa maneira, a definição para *documento* do Conselho Internacional de Arquivos (1999) apresenta-se da seguinte forma: “[...] é a informação registrada, independentemente de suporte ou característica [...]” (ISAD (G), 1999, p. 4) e explica-se o tipo documental pela *Norma brasileira de descrição arquivística*:

Divisão de espécie documental que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática,

natureza e conteúdo ou técnica do registro, tais como cartas precatórias, cartas-régias, cartas-patentes, decretos sem número, decretos-leis, decretos legislativos, daguerreótipos, litogravuras, serigrafias, xilogravuras (NOBRADE, 2006, p. 16).

As instituições, entidades produtoras de arquivos, geram documentos e são delimitadas pelo papel que ocupam na sociedade, pela produção e por “[...] motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos [...]” (BELLOTTO, 2004, p. 36) na atividade humana documental.

Nesse sentido, a *documentação* é definida por um conjunto de documentos cujos termos equivalentes são, em alguns idiomas: *records* (inglês), *documents* (francês); *documentos* (espanhol) e *documento* (italiano). Exceto o termo inglês *records*, para designar documentos públicos e oficiais, os demais termos derivados do latim tornam-se semelhantes ou ambíguos nas considerações e conversão do texto, da imagem ou do objeto em *documento*. Tal semelhança linguística e sonora tem a raiz no “[...] termo latim *documentum*, derivado de *docere* ‘ensinar’, tomou o significado de ‘prova’, é amplamente usado no vocabulário legislativo [...]” (POMIAN, 1984, p. 95) e evoluiu para dar o mesmo significado a outros suportes.

Os tipos de suportes, ou *documentos*, são resultados da atividade da produção da *documentação humana* em direção da superação dos contornos do conceito *documento* definidos apenas para remeter à noção do passado, o legado da autenticidade e da prova. Contudo, não será demasiado lembrar que os *documentos* são também *objetos* equivalentes à evolução tecnológica – aplicada à caligrafia, pintura, escultura, cartografia, imprensa, fonográfica, fotográfica, cinematografia, audiovisual – da mecânica, da eletricidade, da eletrônica e da informática.

2.1.1 A produção social do documento

No início do século XX, a produção social do *documento* estava atrelada à produção científica, religiosa e do controle do poder político. Na medida da profundidade do problema da significação da produção social do documento verificam-se as forças dos documentos, avaliados como dispositivos que interferem na realidade para realizar a transformação social possível.

A *documentação* é constituída por uma série de operações, distribuídas, hoje, entre pessoas, organismos, provedores, corporações e instituições diferentes. O autor, o copista, o impressor, o editor, o livreiro, o bibliotecário, o documentador, o bibliógrafo, o crítico, o analista, o compilador, o leitor, o pesquisador, o trabalhador intelectual (OTLET, 1937, p.1-11), “[...] cujas teorias, métodos e práticas contribuíram para o surgimento da Ciência da Informação [...]” (ORTEGA; LARA, 2008, p. 14).

Após a Segunda Guerra Mundial, as práticas da atividade profissional do *documentalista*, de uma forma geral, incluíram a descrição dos objetos coletados, associando o *registro* ao *tratamento* do *documento*, para atender às necessidades do usuário que buscava a informação. Ainda, autores da área das Ciências da Informação, em meados do século XX, associaram-se às práticas, às tecnologias elétricas e eletrônicas (analógicas ou digitais), potencializando, assim, a transmissão e disseminação da informação.

Desta forma, a história da *documentação*, ou do arranjo⁴⁶, da catalogação, da classificação, da indexação, do uso e da interatividade passou a considerar não

⁴⁶ O arranjo nada mais é do que a classificação no âmbito dos arquivos permanentes e é comandado pela estrutura e pelo funcionamento da administração, isto é, da instituição produtora. (BELLOTTO, 2004, p. 29).

apenas os objetos tridimensionais, mas também a documentação gerada e convertida em *documentos*, a partir da decisão do pesquisador. O foco de análise também se orientava para o estudo dos processos de *investigação da informação*, baseados na racionalidade técnica, a serviço da Ciência.

Na década dos anos cinquenta, o cenário temporal do contexto cultural da personagem desta tese, Santos, figuram os documentalistas que se organizaram em torno da “emergência” da preservação do passado, do fortalecimento da memória funcional a partir do poder econômico que, mais tarde, iria substituir o café pela monocultura da cana-de-açúcar.

Na velocidade da transformação tecnológica, e, mais precisamente nos últimos 30 anos, o foco da área da Ciência da Informação preocupou-se mais com o paradigma da investigação da *informação* e das vias tecnológicas digitais para a sua expansão territorial – a comunicação – do que, propriamente, com o sentido da relação que se estabelece nas pesquisas recorrentes nas instituições entre *documento-acervo-usuário*.

Diante da chamada “segunda revolução tecnológica”, tais paradigmas foram redimensionados pelos processos técnicos e no alcance dos sentidos sociais. Com o advento do estudo da *informação*, no campo científico, o seu objeto – a informação do homem e para o homem – demarcou a investigação de sua complexidade mediática, entre o profissional da informação, os usuários e a “coisa” a ser pesquisada, delimitando, assim, as fronteiras com outras ciências (exatas e ciência da computação, etc), escopo que levou a sua maturidade como Ciência Social Aplicada.

O objetivo da premissa que considera o interesse do estudo do “arranjar objetos” poderá soar pouco significativa para dar importância destinada na tese. Ao

invés disso, esta preocupação, que está voltada para o mundo dos museus, se propõe analisar o arranjo singular das maneiras de se disporem objetos tomados “como históricos”. Afastadas essas questões, que restringiram a análise do processo documentalista ao registro do objeto museal, focam-se nas implicações do *objeto-museu*, no *objeto-documento* e no *objeto-coleção*, mais afinadas aos argumentos pautados na organização da informação, como abordagem das fases da trajetória adensada da força da memória humana, como operação mental e representada em suportes variados nos acervos.

2.1.2 A memória e a documentação

No âmbito disciplinar acadêmico compreendeu-se o *documento* a partir de antecedentes recentes. Em linhas gerais, tomando a visão evolucionista da ciência moderna, com os objetivos de mapear o conhecimento e universalizá-lo, a *documentação* foi entendida como processo de classificações do conhecimento universal: a Dewey Decimal Classification – CDD –, Dewey em 1876; a Classificação Decimal Universal – CDU –, Otlet e La Fonatine em 1905. Esse último foi trazido ao Brasil pelo Diretor da Biblioteca Nacional Cícero Peregrino da Silva, no início do século XX. (OTLET, 2007, p. 1).

Na modernidade, particularizaram-se os contextos facetados da classificação – Ranganathan em 1933; trabalharam-se com a contenção quantitativa da informação e formulação de sistemas – Bush em 1945; formularam-se as leis bibliométricas – Bradford em 1948; separaram-se o *documento* da *informação*

considerando o seu suporte – Briet em 1951; e processaram-se grandes avanços a partir da prática de uma Ciência Social – Buckland em 1991; Pombo, Horjland e, em especial, Frohmann (ORTEGA; LARA, 2008). Estes autores da área da Ciência da Informação são citados aqui porque eles pensaram sobre as *interatividades possíveis* e referentes aos fatores subjetivos que deveriam ser levados em conta para compreender como os documentos tornam-se informativos.

O presente estudo, portanto, volta-se para o *documento* separado da *informação*, considerando o seu suporte e a contextualização cultural do documentalista Santos na sociedade ribeirão-pretana. Essa cidade que foi resultante da expansão econômica do café, onde a linha de força do poder foi produzida e representada na formação de um museu histórico, em uma prática museológica, a partir do estudo do colecionismo.

A elaboração desta tese voltou-se para o estudo da documentação do museu em questão – Museu Histórico e de Ordem geral Plínio Travassos dos Santos. Dessa forma, os arranjos documentais foram compreendidos mais como *dispositivos complementares da ideologia* vigente na sociedade do que propriamente aceitos a partir de uma *ordem de um sistema de classificação científica*.

Mesmo que pareça óbvia a hipótese da importância dos contextos sociais, culturais e históricos para o estudo do colecionismo e, movimentando o eixo da organização da documentação com a operação da memória, a ela pedem-se verificações que são possíveis a partir do estudo da cultura material “retida” (condensada) no espaço museal.

Faz sentido observar as propriedades dos objetos, materiais informacionais de uma cultura, inferindo-se, do ponto de vista do sujeito “disparador” desses dispositivos de poder materializados (coleções), da hipótese afirmativa da

“verdadeira história”, aplicada à “moderna ciência” em unidades significativas (arranjo) do acervo museológico.

Mas, as dificuldades em provar que esses “[...] lugares da memória [...]” (REDE, 2003), são condensações do que se perde e do que se conquista socialmente, está no limite das transições sociais. Principalmente no âmbito econômico de produção e nas profundezas dessas modificações é quando aparecem os vários motivos para que sejam mantidos os referenciais do passado, e entre eles, a documentação produzida no museu. Nela destacam-se a continuidade das consagrações do poder e está presente a ritualização dos valores instituídos pela *grandiosidade histórica*, *o desejo pela imortalidade* e *a austeridade imposta*, perceptíveis e recorrentes nos espaços museais que objetiva a preservação da memória.

Nos significados do conjunto de objetos adjetivados, sempre no sentido da “enormidade”, é recorrente aos pesquisadores partirem de acepções da quantidade (do “volume”), da comparação do que é grande com o que é pequeno, se em um acervo há *qualidade* ou *quantidade*, se a documentação é *ínfima* ou *apreciável*, se é da guarda *definitiva* ou *não*. Não é difícil encontrar nos museus históricos legendas certificando os objetos de autenticidades, raridades e adjetivados por “o único”, o “maior”, o “melhor” entre outros que conferem, aos tais objetos e aos seus provedores, singularidades.

Esses valores, destinados aos acervos, simples atributos da comparação, são linhas iniciais de um grande trajeto de análise. O que interessa aqui é focar nos padrões do documentalista, os quais oferecem parâmetros para compreender a coleção do Museu Histórico, e utilizar pegadas do caminho realizado por Santos, na medida dos critérios da honra, aos olhos de uma sociedade vigilante de seus costumes e ideologia.

Como fundador do museu, Santos considerou a Fazenda Monte Alegre o local ideal para instalação da imortalidade da “verdadeira história”, de *natureza histórica local*, do funcionamento do museu e continuidade. Entre tais, cita:

O Museu de Atibaia, de iniciativa do seu ex-prefeito Dr. Walter Engrácia de Oliveira, e Museu Histórico de Belo Horizonte, este com o significativo, patriótico aproveitamento de vetusta casa de “fazenda” do extinto “Cureal D’El Rey”, instituição marcante do Prefeito Dr. Juscelino Kubischek de Oliveira, hoje o eminente Presidente da República. (SANTOS, 1956)

As ações de Plínio não apresentam casualidades ou imprevisto, mas, assim como produzia relatórios de viagens, cartas-ofício, solicitações de verbas e agradecimentos, entre outras tipologias documentais, também revelou, no conteúdo informacional, princípios descritos no seu *Plano para organização dos museus*:

MUSEU DO CAFÉ “FRANCISCO SCHMIDT”

6. Museu do Café. Se bem que instalado em apropriado Pavilhão, em face dos elementos que já possui, ou, apesar disso, o Museu do Café Francisco Schmidt ainda não passa de simples germe de Museu. Dada sua natureza, poderá ser estático, mas, para isso, ainda muito reclama [...]. (SANTOS, 1958).

O fundador dos museus municipais, Santos, delineou os primeiros passos no sentido da museologia, organizando um planejamento para a organização do Museu Histórico e do Museu do Café, elaborado em 1958, embora já em funcionamento desde quando funcionava no endereço da Inspeção Escolar, na Praça Santo Antonio. A reprodução de alguns destes itens do *Plano para organização dos museus* ilustra o período de constituição e função social dessas instituições curadoras da representação da história oficial brasileira e da sociedade do café.

2.1.3 Os dispositivos – *ordem e classificação* – destinados ao controle da documentação do acervo

Na documentação do acervo do Museu Histórico e de Ordem geral Plínio Travassos dos Santos, já compreendida como parte da cultura material, é possível encontrar dispositivos descritivos para conter a documentação, um tanto adensada, no campo de força da memória.

No caso desta tese, a memória do café e descrições indiretas dos relatórios das fases na trajetória de Santos, objetivando a constituição do museu de história oficial, denota-se que esse museu foi criado para homenagear a sociedade do café. Ainda, no presente trabalho, foca-se o objeto que pode ser considerado o *mediador* entre o *fazer* (coleccionismo) e o *poder* (documentalismo). Verificam-se os dispositivos da ordem e da classificação, que são, na verdade, os valores visíveis e invisíveis (POMIAN, 1984, p. 62) do objeto entre os materiais explícitos na forma e na descrição manuscrita encontradas na confecção dos catálogos do acervo. Assim, tais dispositivos são indicativos das suas propriedades e reveladores dos significados implícitos no contexto cultural, na ordem invisível nas proposições visíveis de Santos (PEARCE, 2005, p. 160).

As apropriações realizadas por Santos e moldadas pelo ajuste da significação do objeto adquirido, com a certificação das autoridades (políticas ou científicas próximas de seu convívio), organizaram-se a partir da *documentação* para efetuar (e até mesmo justificar) a definitiva “compra” dos objetos ou para receber um determinado objeto por “doação”.

Todavia, não é difícil encontrar nos documentos relatos entre os homens de

negócios, nas relações e nos interesses voltados para o progresso da cidade, entre esses sujeitos públicos e o passado comum à sociedade cafeicultora. Aparentemente, no espaço museal são dissolvidas as diferenças entre os homens e as coisas deles. Eliminando, a partir do “apelo” democratizante – característica do espaço museal –, as diferenças de classes e garantindo-lhes um benefício de imortalizar-se na entidade socializada.

Nesse caso da personagem documentalista Santos, limita-se em compreendê-la com a força da descendência, dos dispositivos preparados pelo poder social destinados a operar diretamente na interpretação significativa dos valores da cultura presente, no desenho ascendente da análise cultural, procurando-se as linhas das relações do artefato para esta cultura, para determinar ou fixar um “valor histórico” na sociedade.

O método comparativo, aqui utilizado para entender as descrições do funcionário público, diretor dos museus, Pedro Miranda, que caligrafou os catálogos nos anos da década de setenta, entre a relação dos *livros-tombo* e o plano para a devida organização dos Museus Municipais elaborado por Santos (SANTOS, 1958), indica a dupla função documentalista; isto é, a de tutelar o patrimônio *autorizado por um poder invisível*, por conhecimento da história local, e a de realizar as tarefas descritivas das coleções conquistadas.

Julga-se por isso, a partir de comparações com outros objetos e descrevendo os artefatos em suas particularidades – história, material, construção, design e função. Pearce (1994), discutindo o modelo de Fleming, aborda a questão do emprego nesse modelo, em que a *cultura material* é objeto de análise, apropriada e distinta entre sociedades, frente às suas propriedades e relações sociais. Mas também pode-se considerar que essas propriedades e relações são originárias da

escolha, seleção e sentido dados pelos sujeitos que manipulam estes objetos.

Em tempo, ao invés de recorrer ao recurso nostálgico da memória – e reduzi-la às “poucas lembranças” circunstanciadas no memorialismo, presente na vasta bibliografia sobre a cidade de Ribeirão Preto –, Santos buscou organizar a documentação pelo viés da classificação usual nas coleções existentes nos acervos-modelos e descobriu o sentido dado à *Ordem* geral na universalidade, além do que entende por “arranjo”.

Frente à análise da organização de um museu seria possível gerar campos mais vigorosos e explorar a temática de seu acervo e, assim, a partir da produção do conhecimento, compreendê-la como extensão dos desejos de um sujeito colecionador e documentalista. Como foi realizada na análise de Scholz (1999), de uma determinada *ordem e classificação* poderá emanar uma pessoa e até mesmo denotar as intenções de um sujeito, quando há apropriação de cada peça, selecionada apenas pela lógica do colecionador.

2.2 A ORDEM DOS OBJETOS: A SELEÇÃO PERMEADA PELA INTENCIONALIDADE NA FORMAÇÃO DA COLEÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO

Nesta seção, retomam-se os dispositivos culturais para fortalecer a idéia de ser a *sede da fazenda – um objeto* – referenciada com atributos do Patrimônio Histórico e Cultural municipal e estadual. Nessa orientação, a sede da antiga Fazenda Monte Alegre, propriedade produtora de café para exportação, poderá ser

identificada como “primeiro objeto” adquirido por Santos para formar o Museu Histórico. Essa localidade que possuía a capacidade de monumentalizar a história do café, da perspectiva da cultura material, a atribuição histórica destinada a esse objeto, a casa sede da antiga fazenda oferece condições físicas para instrumentalizar e para operar o passado. Como foi analisado anteriormente, as condições históricas e econômicas da produção do café são dispositivos e aditivos reveladores da intenção principal de Santos: homenagear a história natural, oficial e a do café.



ILUSTRAÇÃO 9 – Museu do Café Cel. Francisco Schmidt
Fonte: Foto SMS, 2004

A preocupação nesta seção é realizar um exame da documentação produzida principalmente por Santos. Intenta-se esclarecer o papel desse *documentalista* a partir de ações da personagem, cujas atividades e proposições são reconhecidas como realizador da documentação do museu. Para ele, o que foi passível de registro, na tentativa de espelhar a *ordem* dos objetos aos documentos textuais,

também foi arranjado fisicamente em seções, que foram, posteriormente, descritas pelas mãos de Pedro Miranda, seu admirador.

Desta forma, poderá favorecer (ou oferecer) a compreensão e discernimento do sentido dos termos *documento* e *documentação* empregados no museu em questão. Entretanto, serão sempre recomendáveis as explicações da *natureza* das classificações dos acervos, tomando *ordem* por *classificação*. Nesse museu é possível reconhecer as formas descritivas adotadas por Santos, documentalista da “[...] luta contra a dispersão [...]” (SCHOLZ, 1999, p. 12) do mundo real, ou por gestões de seus pares, como se fez concretizar na gestão de Pedro Miranda, diretor dos museus municipais, quem deu prosseguimento aos trabalhos de descrição daquele em seções, de todas as coleções.

Naquela época, Santos limitava-se a supervalorizar a necessidade de fundar em Ribeirão Preto um museu histórico, sem ainda contar com avaliações modernas ou perceber que a *casa-grande* da Fazenda Monte Alegre poderia ser considerada objeto museológico. Com toda a sua dedicação, obstinada, Santos apenas operou com o resultado do processo museal – reunir/expor – sem, contudo, passar pelo rigor da classificação científica e espelhada nos modelos de museus os quais tomou como orientadores: Museu Paulista, Museu Nacional etc. No serviço do Departamento de Cultura, acompanhado do Sr. Guilherme Cologna, Santos prestava contas ao Dr. José de Magalhães, prefeito municipal na época.

Quanto às coleções, estas irão “preencher” um ambiente antes vivido por coronéis, escravos e imigrantes, o que se demonstra nos atributos históricos (veracidade, resistência ao tempo e testemunhal) e na taxinomia aplicada aos museus de “História Natural” nos anos cinquenta.

O percurso do olhar do colecionador, como um documentalista, interagiu socialmente no momento de coleta dos objetos. Por exemplo, quanto à utilização dos documentos textuais presentes no acervo do Museu Histórico, a análise documentária poderá esclarecer elementos além da descrição do acervo; isto é, perfilar o domínio de Santos, o local profissional que ocupava como documentalista, o reconhecimento público como personagem polêmica, as homenagens, os prêmios que recebeu e também por expor-se a reações e talvez apenas explicados pelo seu temperamento investigativo.

Assim, o jornal anunciava:

Iniciado o Museu Municipal num simples salão da Inspeção Escolar, com a exposição de meia dúzia de excelentes “gessos” de esculturas e telas de pinturas, a 28 de março de 1950, principiou a despertar algum interesse, e, só então, o Prefeito consentiu trabalhássemos pela obtenção de um prédio apropriado, ainda que por empréstimo – o único disponível, propriedade do Estado, ao saudoso Cel. Francisco Schmidt, o Rei do Café, em seu tempo, situada dentro de grande parque arborizado, de quase 20.000 metros quadrados, a menos de quatro quilômetros do centro da cidade, Fazenda então sede de uma escola prática de agricultura e hoje da Faculdade de Medicina, de Ribeirão Preto, destacada instituição da Universidade de São Paulo. (DIÁRIO DA MANHÃ, 1950).

Ao mesmo tempo que Santos reclamava aos poderes municipais e estaduais a pouca verba para inaugurar o Museu Municipal – cuja quantia seria destinada para a aquisição de armários, suportes, vitrines, cadeiras, estantes, cortinas somadas à reforma do prédio, estadia das viagens – cerca de Cr\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil cruzeiros) tornam as viagens realizadas a São Paulo e Rio de Janeiro satisfatórias para a aquisição de materiais para o museu.

No momento da criação da Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto, da instalação da Faculdade de Medicina, os laços entre os agentes sociais, entre os quais o Prof. Zeferino Vaz, ampliaram-se nas ações de apropriação dos objetos, iniciadas pela aquisição das bandeiras compradas na capital, possibilitando a

inauguração do espaço com uma vestimenta nacional na sua musealidade. Da história da Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto:

O Governo do Estado, tanto pelo Poder Executivo como pelo Legislativo, vai assumir com a estruturação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto uma grande responsabilidade. Queremos referir-nos ao currículo escolar adotado, que revoluciona, em orientação progressista, o ensino médico no nosso meio. O projeto introduz novas disciplinas, que há muito deveriam estar figurando na seriação das matérias lecionadas, tais como Psicologia Médica e a Medicina do Trabalho. Altera o conceito existente de Física Médica, para subordiná-lo às exigências modernas das conquistas dos últimos tempos nesse aspecto. Introduce a obrigatoriedade de ser o ensino praticado também nos organismos especializados para o socorro da urgência. Tais alterações são fundamentais e de largo alcance. (FERRAZ, 2005, p. 10) [...] Finalmente, no dia 14 de março de 1952, em sua 11ª Sessão Plenária, o Conselho Nacional de Educação aprovava o Parecer nº 32 da Comissão de Ensino Superior, estando na Presidência o senhor Professor Cesário de Andrade, tendo como Secretário o Sr. Francisco Luis Leitão, e presentes os senhores Conselheiros: Samuel Libânio, Paulo de Figueiredo Parreiras Horta, Jurandir Lódi, José Martins Rodrigues, Roberto Bandeira Acióli, Fernando Antonio Raja Gabágli, Hélder Pessoa Câmara, Beni Carvalho, João Carlos Machado e Nelson Romero, este também na qualidade de Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação.

Mais uma batalha ganha, e a Faculdade poderia iniciar suas atividades ainda em 1952, como de fato o fez. (FERRAZ, 2005, p. 81).

A composição do arranjo do acervo do museu exigia, certamente, a construção da lealdade à identidade nacional. Assim, continua aquele jornal:

De conformidade com as recomendações feitas, efetuei os pagamentos de Cr\$ 7.000,00, à Casa Grande Amazonas, da compra de duas bandeiras, uma nacional e outra paulista, com todos os pertences os quais serão remetidas até o dia 10 do corrente, e ao Prof. Francisco. [...] da aquisição da tela – Retrato de um popular ribeirãopretano – de CR\$ 5.000,00, cujos comprovantes entreguei ao Departamento da Fazenda. (DIÁRIO DA MANHÃ, 1950).

O olhar seletivo do colecionador público, ao contrário de outras características das modalidades do colecionismo – de posse mercadológica ou fetiche – selecionou e apropriou-se do objeto porque Santos viu nele mais do que as possibilidades utilitárias; intentou imitar o passado, proporcionar ao raio de domínio de expressão do seu mundo a socialização de sentidos sociais percebidos. A seleção fez-se por

critérios a partir dos elementos simbólicos do nacionalismo e acuidade na avaliação dos artistas. Assim lê-se em relatório de Santos: “[...] tela ‘Índigena Brasileiro’, de 2 metros de altura por 1 metro 30 centímetros de largura, de Oscar Pereira da Silva, oferta do Museu Paulista (em custódia)” (SANTOS, 1950).

Ou ainda:

8 – O atual Diretor do Serviço Nacional de Proteção aos Índios, Dr. José Maria Gama Melcher, ofereceu as preciosas obras “Religião e Mitologia Kadiwéu” de Darcy Ribeiro, e apontamentos para um estudo de língua Krêyé, de Max. H. Boudin, para a Biblioteca especializada do Museu, e autorizou o Inspetor Geral dos Postos de Índios do Norte, sediado no Pará, e que se encontrara no Rio de Janeiro, a preparar e remeter para o Museu Municipal grande número de materiais indígenas, inclusive peças de cerâmica, tudo devidamente classificado. (SANTOS, 1951).

A Biblioteca “Guilherme de Almeida” – biblioteca especializada organizada por Santos nas dependências do museu –, entre 1949 e 1950, recebeu do Dr. Augusto Meyer, diretor do Instituto Nacional do Livro, 625 livros, que, provavelmente somados aos cedidos pelo Instituto Brasileiro do Café, somaram mais de 1.000 títulos. Essa biblioteca também sofreu, nos últimos 30 anos, mudanças para porões, lugares úmidos e caixas improvisadas, o que não evitou o desaparecimento e estrago de muitos de seus volumes.

Contudo, na realidade, na diversidade de suas escolhas há uma comunhão com o objeto. Mas, antes dessa comunhão, no ato de selecionar o que lhe interessa, decide-se e orienta-se a partir do princípio empreendedor da sua personalidade; e ao mesmo tempo, a personagem, despojada de sentidos da posse, não demonstrou ostentar, hierarquizar o social, saciar desejos em segredos ou outras derivações da possessão.

A atitude de Santos, aparentemente, era altruísta e foi justificada pelos seus argumentos nos textos e nas apropriações dos significados dos documentos,

sobretudo os da igreja, e na importância que deu aos objetos inseridos na História do Café de Ribeirão Preto. Houve uma busca de investigação histórica balizada pelos documentos históricos e apropriação de objetos também atribuídos, por ele, como históricos. Esta coleção, repleta de significados, em cadeia e continuidade, no sentido da coerência da informação, disponibiliza os objetos, os quais se relacionam uns aos outros como uma “gramática” para expressar uma narrativa da temática da apologia à história cafeeira no Oeste Paulista.

Ainda assim, quando não satisfeito da sua escolha, agia por comparações, avaliava insuficiências, propunha substituições e buscava imprimir coesão a uma reunião de objetos, a que chamou de *coleção* respectiva à cada seção, ocupando as dependências da casa-sede da Fazenda Monte Alegre. As solicitações para realizar intervenções nas dependências previam modificações no terreiro de café, que foi reduzido em terça parte em 21 de março de 1953, além de modificações no prédio da máquina de beneficiar.

Contudo, a proposta de criação de um museu especializado saiu das esferas municipais e as autoridades políticas mobilizaram-se para auxiliar Santos em viagens às zonas cafeeiras e para solicitar a criação, ao Congresso Nacional, do Museu do Café em Ribeirão Preto. Assim, a partir dos projetos apresentados ao governo federal pelo deputado federal Cunha Bueno, em 1º de junho de 1953, o Congresso Nacional decretou:

Art. 1º. Fica o poder Executivo autorizado a dotar a Prefeitura de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, por intermédio de sua Secretaria de Educação, criar um Museu do Café, que possa não só descrever a história do café e sua cultura no Brasil, como ministrar elementos de pesquisa e de ensino sobre lavoura e seleção. (SANTOS, 1953).

No mesmo documento lê-se uma nota: “substituir ‘Secretaria de Educação’ por ‘Departamento de Cultura’”.

Quanto aos processos de apropriações, facetadas pelo destino tomado pelo *objeto*, pressupõem-se a *musealidade* e a sua *sacralização* no espaço museal. Se observados pela via da cultura material, podem resolver uma questão pouco evidente nas rotinas de pesquisas do acervo documental. No encontro dos elementos, resultantes híbridos da cultura – os elementos formais de um objeto e o que está descrito sobre ele – embora estejam ligados às realidades sociais passadas, à tecnologia ou aos materiais que as compõem, esses objetos podem apresentar singularidades nos seus significados, sendo passíveis de descrições diversas nos estudos da trajetória deles (dos objetos da coleção), apropriados e circulados.



ILUSTRAÇÃO 10 – Pilão manual
Fonte: MC. Foto SMS, 2004

As zonas cafeeiras ofereciam objetos nos galpões e áreas abertas como: carros de bois, monjolo, pilões e máquinas. As solicitações elencavam mostruários de cafés, terras de todas as zonas cafeeiras, materiais para construção de suportes para estátuas e bustos. “É indispensável verba suficiente, de vulto relativo, e tudo poderá ser feito em princípio de 1954, para que o Museu possa ser inaugurado

nesse ano.” (SANTOS, 1954). Denota-se que o apelo às autoridades federais para tomarem providências necessárias estava atrelado ao IV Centenário de São Paulo. O Instituto Agrônômico de Campinas e a Fazenda São José foram envolvidos para a confecção de covas e doação de mudas de café para um plantio no Jardim Botânico dos museus.

Ao senhor João Pacheco Chaves, presidente do Instituto Brasileiro do Café, foram solicitados livros para a formação de uma Biblioteca Especializada (SANTOS, 1953). No ano seguinte, houve doações do chamado “último rei do café”, o cafeicultor Geremia Lunardeli:

[...] um carro de boi, antigo, em perfeito estado, bem aparelhado, esteira, cangas, correamento, ferrão etc.; 1 monjolo, em bom estado de funcionamento; 1 engenhoca de casa, idem; um tear completo, grande de madeira, bem característico, de uso ainda nos sertões, com 5 metros de tecido em cores, ainda por acabar, isto é, faltando o acabamento de cerca de 1 metro e $\frac{1}{2}$, 1 pilão típico, de beneficiar café. (SANTOS, 1953).

Para efeito de análise, iniciou-se o item *documentalismo* com a atenção voltada para o objeto da coleção, relacionando a documentação cruzada com o *objeto real* da coleção encontrada nos catálogos manuscritos da década de setenta, pertencentes ao arquivo do museu. Mas, a aparente visibilidade dos objetos expostos, “literalmente”, no museu histórico e aqui, em análise, condiz com os princípios adotados por Santos, da pesquisa, do tratamento e da organização museológica adotados.

Verifica-se seu discurso no primeiro Congresso Nacional de Museus em Ouro Preto (1956):

Conseguindo esse próprio estadual, por empréstimo, foi o Museu Municipal instalado nele, sendo inaugurado no dia 28 de março de 1951. Dezenove excelentes cômodos – salas, salões e galeria, no pavimento superior, varandas, de dois metros de largura em quatro de suas seis faces; e porões, sendo sete aproveitados, tudo já insuficiente para a

grande, surpreendente quantidade de materiais obtidos, todos, praticamente, por doação, pois aos comprados por verbas orçamentárias não atingem o cento e cinqüenta mil cruzeiros, quando os primeiros são estimados, modestamente, no mínimo, em cem milhões, obrigando à construção de pavilhões no parque. E esse imóvel – prédio – parque – foi doado pelo Estado à Municipalidade de Ribeirão Preto mediante autorização legal de 1956 e escritura pública de 5 de janeiro de 1957. E o Museu Municipal progride dia a dia, com a obtenção de novas doações, já contando bem desenvolvidas seções de Arte, Etnografia Indígena, Numismática, Zoologia, Mineralogia e História. (SANTOS, 1956).

A partir do entendimento do legado documental de Plínio, essas seleções, na maioria das vezes, aparecem moldadas por *estratégias sociais* para conquistar doadores e objetos, ou a elas agregar atividades do Departamento no seu exercício de 1953: *a) ensino; b) parques infantis e recreação; c) difusão cultural (e museus); d) turismo.*

No espaço museal, o *objeto conquistado* passou pelo processo de “identificação” (descrições dos atributos de identidade) que está, consideravelmente, fundido com as razões de guarda da coleção avaliada pelo colecionador – como simbólica da política e da cultura; por isso, respondia à sociedade na maneira de expô-la. Meneses (1992) analisa a exposição como *vetor de sentido*.

Santos, o ator social da cidade paulista reconhecida pela propagação da sociedade econômica, científica e política, conhecido como funcionário público, advogado e escritor obstinado – esteve à frente da formação desse acervo, empenhando-se em selecionar objetos para a constituição de pequenas coleções. Pode-se arriscar dizer que o seu colecionismo procurava um grau de “veracidade” dos documentos, função de eles “testemunharem a história”, valorizando-os como “reliquias” ou “estéticos”, atributos daqueles “objetos antigos”, por ele apropriados. Plínio baseou-se em conceitos da museologia “[...] para fixação de um ideário nacional brasileiro [...]” (BREFE, 2005, p. 55), já desenvolvidos por várias instituições – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1850), Museu Paulista (1918) e Museu Mineiro (1910) – para oficializar os fatos históricos nacionais.

Em peregrinações meticolosas, o colecionador público selecionou e recolheu objetos e documentos textuais que foram depositados em locais improvisados, como Bosque Municipal de Ribeirão Preto (PRATES, 1981, p. 149). As aquisições foram realizadas por meio de doações ou compras de colecionadores do Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória, Araxá, entre outras localidades, ou adquiridas de instituições já consolidadas no início do século XX, como o Instituto Geográfico, Histórico e Geológico, o Museu Paulista e o Museu Histórico Nacional. Desde 1938, passou a ser composto esse conjunto de objetos que hoje pertencem ao acervo do Museu Histórico e de Ordem Geral “Plínio Travassos dos Santos” e do Museu do Café “Cel. Francisco Schmidt”.



ILUSTRAÇÃO 11 – Interior do Museu do Café Cel. Francisco Schmidt
Fonte: MH. Foto: Secretaria de Cultura de Ribeirão Preto

Santos, para evitar o desaparecimento da memória de uma existência produtiva, econômica e política da região de Ribeirão Preto, agiu contando com o apoio de personagens da linha de frente da cultura e educação do estado.

Apresentado pelo eminente Prof. Zeferino Vaz ao digno Diretor do Instituto Butantã, também professor da Universidade de São Paulo, com a maior facilidade obtive os macacos Rhesus, para o Zoológico Municipal, como retribuição pela oferta que a Prefeitura fez ao mesmo Instituto de uma anta nova, além do consentimento para que o Sr. Samuel Donadio, artífice-taxidermista lotado neste Departamento, vá, oportunamente, passar alguns dias naquele Instituto para auxiliar o preparo de grande número de ofídios e outros. Animais para a Seção de Zoologia do Museu Municipal. (SANTOS, 1950).

Neste trecho ainda reclama da condição de higiene da jaula de felinos que abrigaram os macacos Rhesus. Pelo caminhão da Prefeitura, além dos macacos Rhesus obtidos em São Paulo, foram trazidos do Rio de Janeiro os seguintes materiais para o Museu Municipal:

[...] - grande busto de Camões, [...] pedestal, preciosa obra de arte de autor ainda não identificado, presumivelmente italiano ou português, trabalho executado em 1880, oferta da Escola Nacional de Belas Artes; busto, da Estátua “Moema”, de Pereira Barreto, oferta do autor; medalhão “Castro Alves” de Calmon Barreto, oferta do autor; estátua “Perdão”, interessante trabalho de concepção moderna, de J. Clávio, oferta do autor; 2 metros de areia da praia de Ipanema, para o lastro do caminhão e acomodação de escultura, evitando-se, assim, custosa embalagem, a qual é reclamada por vários serviços dos museus.

[...] Em 1950 foi oferecido pelo preço de CR\$ 18.000,00 um magnífico casal de leões, preparado pelo competente taxidermista do Museu Nacional, Prof. Carlos Zako, leões que pertenciam ao Jardim Zoológico do Rio de Janeiro e que lá morreram em 1949. Diretor do Zoológico do Rio de Janeiro Dr. Melo Barreto, Prof. Carlos Zako. (SANTOS, 1950).

A justificativa para receber as tais doações estava sustentada pelo argumento de que, se *tratando de animais exóticos e raros*, seria importante compor o acervo do Museu Municipal. O significado histórico e o exotismo natural dos animais relacionam-se na composição do espaço museal, da dobradiça da articulação da esfera intelectual com as significações do universo científico, restritivo à elite política.

No campo das áreas da investigação da materialidade e da forma, os métodos de aplicação da teoria desenvolvem-se em direção da interdisciplinaridade e com interfaces seletivas.

Os dois museus situados no Campus da USP, criados por Plínio – Museu Histórico e Museu do Café –, devido à diversidade de coleções, ao abandono, à falta de procedimentos técnicos aplicados ou inadequados em que se encontram os mesmos, comumente são criticados ou identificados como “antiquários”. A diversidade de coleções nessas instituições demonstra-se mais como veículo para a crítica, alertando para a conturbação político-social no campo da preservação da memória e da incompreensão do passado.

A origem dos museus históricos e naturais está na formação dos gabinetes das resultantes das expedições científicas ou das negociações comerciais políticas, das vaidades e caprichos pessoais de colecionadores particulares ou da acuidade científica da coleta do mundo natural. Outros museus do mesmo caráter foram reflexos ou frutos do domínio do conhecimento desenvolvido a partir da investigação científica, nas pesquisas em territórios desconhecidos, o mundo do pensamento positivista do século XIX.

Na verdade, mesmo os museus interioranos criados no século seguinte, com o dever maior de manutenção das normas morais da nacionalidade e de armazenamento de resultados das pesquisas científicas, são considerados *unidades informacionais* na contemporaneidade. Contudo, o acervo foi conquistado “passo a passo”, mas não se constituiu por receptor coleções científicas patrocinadas pelo governo na construção da ciência. Como extensões essenciais do pensar, do conhecimento, da expressão de seus colecionadores, curadores, artistas ou cientistas, as distinções entre eles também se faz pela forma adotada na exposição dos objetos e coleções. As coleções, ou

objetos considerados importantes por Plínio, apesar da convivência temporal e espacial no ambiente museal, perderam a *alma* de quem as valorizou, muitas delas divorciando a legenda, descrição de identificação e procedência.

Embora ainda sejam pouco conhecidas as intenções de Plínio e dos demais apoiadores, e os métodos que sedimentaram suas proposições a partir de como criou a instituição, paradoxalmente, representam o *ultrapassado* e o *moderno*, na avaliação positiva dele.

As formas de classificação ainda usuais na ciência e na biblioteconomia adotam o foco de análise que será o início da organização do acervo do Museu do Café, dos conjuntos documentais e dos objetos da cultura material, com suas representações informacionais e como ferramenta interpretativa.

A *representação da informação* implica uma estrutura de significados da linguagem documentária, quer ela se refira ao que é ou não conhecido, ao apropriado ou transformado pelo sujeito ou ao coletivo. O ponto norteador da pesquisa definiu-se pela *representação da informação*, provocada pelos diversos significados dos objetos e da linguagem. Apesar da polissemia do termo *representação*, do seu emprego nas trilhas destinadas ao campo da memória documental, quase sempre ele pôde contar com o conhecimento prévio do respectivo contexto histórico, que passa a ser um vetor com a capacidade de revelar a conjugação das relações sociais na história. As potencialidades interativas do indivíduo para reviver, descobrir e interpretar os objetos do passado estão no âmbito comunicacional. Aguarda-se que tais representações sejam expostas.

Da *informação* nada se espera isolada da capacidade de transformação de sentidos, senão, conjugá-la com as possibilidades de interpretação do usuário que, na verdade, é o proprietário de “modelos cognitivos globais”. Portanto, desse período

específico da produção cafeeira, delimitam-se os elementos históricos, econômicos e sociais que se relacionam como processo de comunicação ativo “[...] como conhecimento prévio armazenado na memória [...]” (FAVERO, 2001) em confronto com o mundo local.

Nas passagens informacionais, a partir das linguagens e das interpretações, são exigidas as convenções dos elementos gramaticais, embora a superação deles seja reformulada por autores como Fávero (2001) e Koch e Travaglia (1990), na perspectiva da construção de outros sentidos, cujo conhecimento linguístico revela o contexto cultural. O papel da representação é evidenciado ao buscarmos a análise comparativa entre o texto e o objeto.

A pesquisa que se dedica aos documentos e objetos museológicos encontraria aí espaço para uma grande semelhança com a textualidade. A partir do sentido de unidade, do objeto museal que teve suporte das fontes em textos, os sentidos e extensões deles seriam concretizados a partir da coerência esperada na narrativa do documentalista, da junção e por criar condições de conter a dispersão dos significados da memória.

2.2.1 As fontes documentais do Museu Histórico *Plínio Travassos dos Santos* e o acervo

O acervo documental desse museu compõe-se por um lado de relatórios de viagem de Plínio Travassos (1956) e, por outro lado, de listagens documentárias com padronização museológica. Sendo assim, o livro do acervo, número de tomo e

registro foram produzidos entre 1972 e 1975. Eles contêm identificação numérica do livro, do catálogo e foram descritos no catálogo manuscritos, em colunas, os seguintes campos: objeto, aquisição, valor e data na página direita do livro-ata. Na página esquerda do livro: seções, registro, procedência, histórico e patrimônio. Muitos campos estão preenchidos de forma incompleta.

No ano de 1972, o então Diretor dos Museus José Pedro Miranda iniciou um novo trabalho de registro, denominando-o Catálogo Geral, usando o cabeçalho pré-existente, acrescentou o n.º de tomo para cada peça (número este único e intransferível). Em 3 livros tipo ata, registrou as peças na seguinte ordem: 1.º volume n. 01 a 1.070, 2.º volume n.º 1.071 a 2.255 e 3.º volume 2.226 a 3.012.

Em 30 de agosto de 1984, o então Coordenador de Patrimônio, Mário Moreira Chaves, auxiliado pela escriturária Nice Ema Pontim Corrêa, efetuou um novo levantamento do acervo, catalogando, inclusive, as peças guardadas nos porões, totalizando 4.288 peças. Desse levantamento resultou um Catálogo, em 2 volumes. No entanto, as referidas peças não receberam um número de tomo. (RIBEIRÃO PRETO, 2001).

A metodologia para se buscar uma provável aproximação dos suportes museológicos com a historiografia vasta e disponível também não é estranha aos pesquisadores da Ciência da Informação, nem da História da Cultura, entre outras áreas. Em exemplo, determinadas metodologias procuram articular o processo de seleção de imagens fotográficas com análise documentária textual. No nosso caso, contudo, a observação dos objetos e a pesquisa nos catálogos não seriam possíveis sem estabelecer previamente um sentido para a linguagem natural em que se apoiam as descrições destes objetos. Surgiu daí uma situação impositiva para identificar o objeto com as representações descritivas, os termos empregados e o vocabulário adotado. Denotam-se as distinções daquelas terminologias criadas por Plínio Travassos (1946-1956), o idealizador do museu, das adotadas por Pedro Miranda (1972) e Moreira Chaves (1984), ambos diretores dos museus municipais.

O passado torna-se estático para tais museus, se forem considerados do ponto de vista de Santos, nos anos quarenta, momento em que reproduziu o conceito e concordou com o espaço dos *museus estáticos*. Assim, essas instituições, de uma forma geral, realizam as suas exposições com tecnologias sofisticadas, com o objetivo de “animar” o passado, o qual não mais existiria para as novas gerações se não fosse pela obrigação de estudo de disciplinas e leituras escolares. Desta maneira, no encontro do objeto museal com o sujeito, o passado perde a chance de ser transformador para as realidades sociais.

As coleções dos instrumentos aplicados à agricultura (pilões, arados, beneficiadores de café, entre outros) e a simbologia da época (esculturas monumentais de imigrantes italianos e alemães, bustos de gesso de personalidades, filósofos, colonizadores, cientistas e artistas), lado a lado, em alinhamento militar, ilustra a definição.

No aspecto da sustentação linguística dos objetos (legendas, por exemplo), sem sentença, o substantivo que dá identidade ao objeto flutua no espaço museal. A significação torna-se comprometida pelo confinamento de cada significado e não por sua correspondência com outros objetos. A adjetivação e a ação são deslocadas do espaço, que, ao negar o elo entre a gramática *do objeto* e a coerência do contexto histórico, submete-os ao estado de inércia temporal, sem pertencimento.

A atual codificação numérica acompanhada de termos descritivos não críticos, tão necessária ao controle e aos registros do patrimônio público, torna o objeto ainda mais obscuro em suas significações contextuais do café. Em geral, os museus quando codificam, também objetivam a interação, o acolhimento; vinculam-se à superação da polaridade emissor-receptor. Nos museus estudados, ainda está para ser rompida essa polaridade, por métodos científicos. A expografia, no seu espaço,

recebe os sentidos que lhe são permitidos; assim, torna-a dependente da qualidade das curadorias, de recursos financeiros, da análise crítica, temática e de estudo público do usuário no espaço museal.

2.3 A ORDEM GERAL DOS DOCUMENTOS: INTENCIONALIDADE NA PRODUÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO

Através de um levantamento realizado na documentação existente nos Museus e no Arquivo Histórico verificou-se que foi traçado, para execução dos procedimentos descritos por Pedro Miranda, diretor dos museus Histórico e do Café na década de 70, numa sequência, o registro do acervo desde a fundação do Museu Histórico:

1. Histórico do Registro do Acervo

Através de um levantamento sumário realizado na documentação existente nos Museus e no Arquivo Histórico, traçamos a seguinte sequência de procedimentos quanto ao registro do acervo desde a fundação dos Museus:

- Os mais antigos registros localizados estão contidos em dois livros tipo ata – Livro de Doações - datado de 20/01/1954 a 20/01/1956: registro de peças em seções de Arte, Etnologia Indígena, Numismática, Mineralogia, Insetos, História, Objetos Caboclos e – Livro de Doações Museu do Café – datado de 18/01/1956. Em cada um deste livros as peças recebem um número de ordem de 01 a N, em cada uma das seções.
- Em oito livros tipo ata, sem data, encontramos registradas as peças divididas nas seguintes seções: 1- Artes, 2- Numismática, 3- Etnologia Indígena, 4- História, 5- Mineralogia, 6- Zoologia, 7- Botânica, 8- Folclore, 9- Objetos Marítimos, 10- Curiosidades e 11- Filatelia. As peças são numeradas de 01 a N em cada seção e o seguinte cabeçalho é utilizado- n. de ordem, objeto, forma de aquisição, procedência, descrição e histórico.
- No ano de 1972, o então Diretor dos Museus José Pedro Miranda iniciou um novo trabalho de registro, denominando-o de Catálogo Geral, usando o cabeçalho pré existente, acrescentou o n. de tombo para cada peça (número este único e intransferível). Em 3 livros tipo ata, registrou as peças na seguinte ordem: 1.º volume n. 01 a 1.070,

2.º volume n.º 1.071 a 2.255 e 3.º volume 2.226 a 3.012. (RIBEIRÃO PRETO, 2001)

Desse levantamento resultou um documento, referente ao acervo do museu, ainda não disponível à pesquisa, mas permitido a utilização por pesquisadores. O material é um Catálogo, em dois volumes, para equivalente a cada museu. Na verdade, as referidas peças não receberam um número de tombo, conforme descrito por Miranda (1975). Para verificação, tomou-se o Projeto de Revitalização do Acervo do Museu (2001), um documento (auxiliar) com intuito de comparar a pesquisa dos documentalistas e conseguir um confronto na interpretação a respeito do documento do acervo do Museu Histórico.

Por intermédio de um levantamento bibliográfico, e principalmente pela busca nas fontes descritivas produzidas em épocas anteriores por Pedro Miranda, as informações contidas nessas descrições padronizadas podem ser conferidas com o quarto item do *Plano para a devida “organização” dos Museus Municipais*:

4 - Organização consiste em artísticas exposições de todos os materiais em móveis apropriados – vitrinas, suportes de obras de escultura, molduras de quadro de arte, etc. – de especial confecção, de madeira de lei, ou, até, os primeiros preferencialmente, de metal cromado, e, especialmente, completa, cuidadosa classificação de todos os materiais expostos, seguida de perfeitos, quanto possíveis, fichamento e etiquetagem. (SANTOS, 1956).

Os critérios estabelecidos para a classificação das peças dentro de cada coleção, dos objetos de outras seções como Etnologia Indígena, Numismática, Zoologia e Mineralogia estavam condicionados ao trabalho de especialistas de outras instituições estaduais e federais. As exigências para a feitura das descrições contavam com funcionários da prefeitura para a seção de Arte e de História. É provável que tal exigência refletisse a falta de especialistas-cientistas para fichamento e etiquetagem. Assim está explicado no documento citado:

[...] mediante possível autorização dos respectivos governos, ou mesmo espontaneamente, como já se ofereceram alguns de museus paulistas, aproveitando suas férias, mediante custeio de viagem e hospedagem, sendo os serviços de cada um reclamado apenas durante dez dias, mais ou menos. (SANTOS, 1956).

2.3.1 Análise dos documentos do acervo

Nesta seção desenvolvida para a descrição da relação de documentos importantes para análise da personagem Santos, documentalista, foram analisadas cópias datilografadas, cujos originais correspondentes podem fazer (ou fazem) parte da coleção Pedro Miranda, do acervo do Arquivo Público de Ribeirão Preto. Os exemplos documentais descritos são aqueles que compõem as etapas desenvolvidas na pesquisa para a presente tese.

1. Cópia Doc. n. 11
n. 3. INSPETORIA ESCOLAR MUNICIPAL
Exmo. Sr. Dr. José de Magalhães,
DD. Prefeito
Relato e descrição das atividades na inspetoria escolar.
2. Memorial Museu do Café – 12 janeiro de 1952

Sobre a descrição espacial do terreiro, dos pés de café, da necessidade do plantio dos cereais (modelo meada do imigrante), encontra-se:

3. Objetos tróles, moinho e outros expostos nas dependências do Museu Municipal, originários da Fazenda Monte Alegre (Doc. Arq. MH.Ofício 12, M.M,... de fevereiro de 1953).
4. (continuação). Valor de 3 mil reis do acervo do Museu Municipal. (Doc. Arq. MH.Ofício 12, M.M,... de fevereiro de 1953).
- 5.. Maria Thereza Silveira de Barros Camargo. Companhia Industrial Machina de São Paulo. Limeira. Reivindicação para instalação de objetos, moinho e outros expostos nas dependências do Museu Municipal, originários da Fazenda Monte Alegre. (Ofício 8, M.M. 4 de abril de 1953).



ILUSTRAÇÃO 12 – Interior do Museu do Café Cel. Francisco Schmidt
Fonte: Foto Tânia Registro, Arquivo Público e Histórico de Ribeirão, 2002

Os ofícios do Museu Municipal demonstram o compromisso e a capacidade de organizar, a partir do ponto de vista do museu em funcionamento, que estão passíveis de identificação e uma (re)montagem das estratégias cunhadas pelas relações sociais e firmemente objetivadas por Plínio para alcançar a formação de uma coleção especializada – Museu do Café – iniciado nas dependências do Museu Histórico e de Ordem geral.

A credibilidade, adquirida a partir do Museu Histórico, sustentou-se porque havia uma confiabilidade na conquista da organização do Museu.

2.3.2 As diversas formas da documentação do museu

A correspondência dos documentos com os objetos, pela vertente da Documentação preocupa-se com a linguagem e com os conceitos de diversas áreas do conhecimento, levando ao desenvolvimento das linguagens aplicadas,

preocupadas com acessibilidade e com o amplo conhecimento, tendo, como missão, “controlar” a passagem do corpus do texto para a informação científica. Este processo atravessa fases como: descrever, classificar, indexar e recuperar a informação.

Ao focar a Organização da Informação infere-se a seu respeito, a partir da importância das argumentações referentes aos problemas relevantes à questão do sujeito interativo, os processos cognitivos, os quais estão localizados no campo da ciência, da epistemologia, da produção de conhecimento interdisciplinar; contemplados na atuação do profissional nas práticas e integração com o conhecimento produzido pelas Ciências da Informação.

No sentido da organização documental, é possível observar a presença, mesmo que descontextualizada, das tradicionais fichas descritivas correspondentes às coleções e peças do acervo, aplicadas aos museus estaduais na década dos anos setenta.

O processo de investigação nos documentos textuais dos museus foi iniciado com a preocupação de um levantamento desses objetos “dispersos”, porém “retidos” pelo registro em catálogo incompleto. Está indicada, a seguir, a forma em que o museólogo, Pedro Miranda, funcionário dos museus municipais de Ribeirão Preto, organizou as informações:

O LIVRO I – ACERVO
REGISTRO DESCRITIVO. VOL. Nº 1
DO Nº 1 AO Nº 1070
MUSEUS MUNICIPAIS

Transcrição dos elementos que descrevem os objetos.

A descrição, quase sempre está falha nos campos: valor, data, registro, procedência, patrimônio.

Página direita do Catálogo Geral do acervo:

Catálogo geral	Objeto	Aquisição	Valor	Data
2377	Mó-pedra de moinho	Doação		

Do catálogo geral em colunas descrevem-se a identidade do objeto, a proveniência, data de aquisição e selecionam-se, a partir dos registros museológicos, os seguintes objetos: *mó-pedra de moinho, corote para água, pilão, gamela, chaleira de ferro tripé, recipiente de latão, uma canequinha*. As procedências “reais”, de doação ao acervo, variam das cidades do Rio de Janeiro, de Ribeirão Preto, de Araxá etc.

Página esquerda do Catálogo Geral do acervo:

Seções	Registro	Procedência	Histórico	Patrimônio
M. Café			Mó-pedra de moinho	

O que se busca aqui é associar, em princípio, o papel da mediação da informação registrada com o estudo de uma coleção de objetos do café, demarcada pela sua função testemunhal do tempo operante e pela construção da memória social, caracterizando o período moderno: objetos com legendas explicativas, ordenação linear e monitoria, com a função de “explanar corretamente” sobre determinado assunto do período cafeeiro. Tais tarefas são exaustivas e tornam-se complexas demais quando não há política cultural, educacional e entusiasmo para discernir os conteúdos informacionais de interesse.

A grande mudança ocorre no “próprio saber como modo de ser prévio e indiviso entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento” (FOUCAULT,1966:329-330). Essa “descontinuidade” ocorre quando a teoria da representação deixa de ser o fundamento geral “de todas as ordens possíveis” e, dessa forma, marca o início da modernidade. Durante toda a idade clássica existiu uma coerência "entre a teoria da representação e as da linguagem, das ordens naturais, da riqueza e do valor. É esta configuração que, a partir do século XIX, muda inteiramente [...] a linguagem como quadro espontâneo e 'quadriculado', primeiro das coisas, como intermediário indispensável entre a representação e os seres, desvanece-se por seu turno" (1966:12). Assim é que a ordenação, a classificação e a documentação dos objetos passam a ocupar um espaço cada vez mais importante nos museus, pois a ordem ocupa o lugar da interpretação e conhecer é, agora, discernir. (LARA FILHO, 2005, p.)

2.3.3 O documentalista define o arranjo como *Ordem geral*

A instalação dos Museus Municipais, cuja formação do acervo decorreu, portanto, da movimentação social em Ribeirão Preto, entre 1938 e 1956, envolvendo políticos, fazendeiros do café, funcionários públicos e memorialistas para sua formação, teve por objetivo preservar as espécimes de vários locais.

A inclusão de um leão no acervo até hoje causa espanto e discussão quanto à “originalidade do acervo”. O público, nem sempre informado quanto à formação dos acervos desses museus, poderá questionar: o que poderá representar um leão empalhado na história oficial da nação?

O possível elo para desfazer o desconhecimento, como prerrogativa do trabalho museológico, se faz sempre pela documentação combinada com a educação.

Já na época de formação do Museu Histórico, o colecionador e documentalista público, Santos, alertava para o que poderia ser desenvolvido, em local adequado e com métodos próprios, a instituição museológica, para se tornar

[...] um grande museu de ordem geral: arte, história, numismática, mineralogia, zoologia, etnografia indígena, etc, em prédio apropriado, que fator magnífico, inestimável para o progresso cultural de Ribeirão Preto, tornada, com ele, uma cidade de grande interesse turístico. (SANTOS, 1950).

Segundo a documentação textual do museu, as dificuldades para transportar as peças adquiridas de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo forjaram também intervenções urbanas e melhoramentos na Via do Café e na estrada que liga a Vila Tibério para a circulação de carros e ônibus com a “excelente” estrada de rodagem, como anunciava o jornal Diário da Manhã, em 1952.

Nesta “mistura” conceitual, entre identidade e exposição das coleções e “peças únicas”, o museu vem sofrendo consequências contínuas dos maus-tratos, da pouca exploração temática e das inadequações da linguagem do museu de Santos, comparativamente à época em que se vive.

Assim como Pearce, aborda a exposição museológica como “convenção visual”, ressaltando que, em virtude de seu valor documental, a “organização de objetos para produção de sentidos pré-determinados [...] não se confunde com outras operações semelhantes”, como a “ostentação de objetos”. (LOUREIRO; LOUREIRO, 2007)

É provável que Santos tenha conquistado a “convenção visual”, ao sabor da proximidade com a significação da importância do Café e *com a ostentação de objetos* para aquela sociedade. Houve uma vertente educativa na intencionalidade de mudar os rumos dos museus, nos anos 40 e 50; e ainda nos dias atuais não é totalmente reconhecida e nem em seu tempo assim a desenvolveu.

Não seria conveniente perguntar se já não seria o momento para que o complexo do café, a antiga sede da fazenda Monte Alegre, fosse considerada o primeiro objeto integrado na *Ordem* do colecionador e ter a função de abrigar o *testemunhal e sacralizado do café?*

Esta questão, apesar da proximidade com o objeto da tese, portanto, objetivada na análise do colecionismo, figura aqui como resposta à inquietação surgida na observação da dicotomia acervo/sede da fazenda, o que tem causado inúmeros desafios no sentido da permanência e uso daquele bem patrimonial do Estado.

De forma genérica, os colecionadores distinguem-se entre eles a partir do tempo e espaço em que atuam. Embora o ato de apropriação de objetos retire deles a sua principal razão de ser, contudo, é no espaço museal que irá corresponder à outra função destinada a eles, sendo expressivamente relevante para o estudo do fenômeno do colecionismo, identificado e caracterizado pelos elementos disponíveis do estudo da cultura material na representação social.

A utilização de legendas, além das magras descrições encontradas nos livros de tombo, apesar da obviedade delas – mesmo assim evita-se reduzir os sentidos possíveis –, por vezes, aparecem como suposições e não conceitos ou atributos legitimados pela pesquisa científica, e que são dirigidos a partir da dedicação de pesquisadores aos objetos museológicos, esses veículos do saber. Embora as tais legendas atuem como o remédio amargo, porém necessário para a interação de quem é alvo da visibilidade dada à contextualização (dele ou da coleção), quase sempre se tornam vulneráveis a perceber a nomenclatura, o uso correto de termos utilizados nas explicações comprometedoras do conhecimento enciclopédico. Ainda pergunta-se: o que fazer para não só enriquecer o vocabulário destinado aos atributos possíveis na invisibilidade (POMIAN, 1984) dos objetos, mas, de fato interceder, no papel de profissional da informação, em projetos mais promissores para a crítica da história do café?

Certamente há uma conquista na análise do objeto, ocupando um lugar na historiografia.

A análise de modelos que circulam entre as camadas da população é tão pertinente às problemáticas históricas quanto os processos de resistência. Afinal, é nesta polaridade que se situam os agentes e se criam as tensões sociais, pré-requisitos para qualquer mudança. (CARVALHO, 2008).

Por um lado, o processo museológico da pertinência do culto à memória, no Brasil, do período colonial ao republicano, irá acontecer de forma racional e simbólica encontradas nos exemplares aqui referidos: Museus de História Natural, de História e Institutos especializados. Entretanto, ainda há estoques produzidos pelos colecionadores particulares, fruto do resultado de pesquisa científica e conhecimento de produção na cultura ou na ciência.

Constituídos os museus, na história da museologia brasileira, os projetos culturais sociais de envolvimento da instituição/comunidade, ao contrário dos museus restritivos à “alta” cultura, está presente a preocupação com os espaços reconstruídos como objetivos no envolvimento popular. Para tanto eles devem fornecer *informação*, além da ampliação do conhecimento com qualidade. E que não contribua para acentuar diferenças, distinções e contradições da sociedade de classes.

Ao abordar os visitantes, os museus tendem a autodenominar-se como sendo alguns dos poucos espaços democratizados socialmente viáveis. Este enunciado pode gerar posicionamentos, desde a reflexão do espaço configurado por um museu, em constante tensão entre valores e relações sociais, ao permitir o trânsito das diferenças, das indiferenças, e, senão da aproximação espacial, igualdade de acesso e uso a partir da diversificada cultura material, exposta e organizada como no exemplo da temática em questão.

Assim, diante dessa realidade, não há outro meio de fomentar, atrair e intervir na mediação do pesquisador e na apropriação por parte do usuário, sem recorrer à aparente *autonomia memorialista* do objeto da coleção. No Museu Histórico, apesar da *aura* contida nos objetos das suas coleções, está fortemente caracterizada a *solidão* do objeto museológico, sem a paternidade da identificação física da forma e a maternidade simbólica do conteúdo informacional.

Ao retomar, a partir da documentação do museu, as proposições de Santos como documentalista, supõem-se maior domínio da expressão *Ordem geral*, compreendida aqui como *grade disciplinadora* da ciência e da história. Tanto é que o colecionador se impõe socialmente a partir de um apelo para atender a “necessidade” de um museu-homenagem ao café. Em suas palavras: *um museu especializado* – denominado *Museu do Café Cel. Francisco Schmidt*. A seguir, verificam-se as proposições de Santos, a partir de distinções necessárias das quais brotam singularidades e variáveis para esclarecer a *intencionalidade*, resistente às forças contrárias, desse colecionador público.

This distinguishes the collector from the possessor of a collection assembled by someone else (although the acquirer of several such previously assembled collections would be a collector of these collections). A similar distinction might be draw between two types of non-collectours: the accumulator (who is acquisitive, but lacks selectivity) and the hoarder (who is possessive, but the items possessed – e.g. food, toilet-paper; Mckinnon, Smith and Hunt 1985 – primarily as utilitarian commodities rather than extra-utilitarian sacred items). The acquivities of both collectors and hoarders can become obsessive and compulsive (Jesen, 1963). Indeed at least some degree of obsession is required to distinguish the hoarder and the collector from the mere possessor of items. (BELK, 2005, p. 317).

Os tipos do ato de *coleccionar e as diferenças entre colecionadores podem ser* classificados com a observação do trânsito e domínio do público e privado. Assim, pensar nas maneiras de apropriações também sugere intitular os níveis de subjetividades não só nos objetos retidos, como também na trajetória dos

documentos: obsessão, posse, compulsão, do *circular* e do *coleccionar*, avançando a partir do ambiente público ou do privado.

Está clara a inter-relação do objeto e da documentação, na narrativa da história do café, com os argumentos de Plínio como colecionador público, “devoto” do positivismo de Pereira Barreto, estruturando um cenário imaginado e ocupado por objetos retirados da memória da infância e da sua formação intelectual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho percebeu-se que entre forças políticas das lideranças locais, as composições, sob influência do positivismo de Comte, aqueciam os posicionamentos das mesmas. De qualquer maneira, com o acirramento político, foram implantados o ensino primário, secundário e cursos noturnos em Ribeirão Preto. A conjuntura era favorável para o maior engajamento da cidade no cenário industrial que batia à porta.

No âmbito das célebres personagens e nos marcos das localidades, as edificações e os acervos significativos na *virada* do século XIX-XX compõem (talvez) o mais importante ícone do período cafeeiro, a sede da Fazenda Monte Alegre, de propriedade da família de João Franco de Moraes, migrante mineiro em terras paulistas, vendida para a família Schmidt, imigrantes alemães, na paisagem urbana de Ribeirão Preto, protegida por tombamento no patrimônio estadual e municipal, após a sua última venda para João Marchesi, e transformada em espaço público.

Por estas razões, na arquitetura que veste a cidade do café, esses elementos da cultura material sofrem mutações e adulterações incorporadas às denominadas culturas híbridas, na transfusão do gosto *erudito* ao *popular* em constante recriação “ao gosto do consumidor”. No caso da Fazenda Monte Alegre, hoje ocupada pela Universidade de São Paulo e Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, apesar de seu despojamento dos ornamentos, o que nela ocorreu foi a permanência nesse local das grandes significações de produção, circulação e exportação cafeeira. Mas a utilidade desse complexo ultrapassa os territórios destinados ao uso museológico e, assim, poderá ser reconhecida além do meio acadêmico.

Em meados dos anos 50 irá ser reconhecida efetivamente como espaço da tradição paulista da sociedade cafeeira. Naquele momento, Plínio conseguiu transformar os elementos restantes do complexo cafeeiro em espaço museal e é a partir dessa conquista que ocorreu a transferência das coleções e objetos da Praça Santo Antônio, onde funcionou a Inspetoria Escolar e o Departamento de Cultura, para a fazenda. Legitimou-se o Museu Histórico e também uma forma de pensamento, trabalhada durante duas décadas, ligada aos dispositivos de poder da sociedade edificada no empirismo do século XIX.

O local escolhido para guarda das coleções – Museu Municipal –, no olhar de Santos, causou o que hoje é entendido como “marco do documento”, para aqui expressar o anunciado em toda a imprensa municipal e estadual, a respeito da fundação do Museu Histórico em Ribeirão Preto. Não estariam os objetos das coleções *garantidos* pela representação da localidade da fazenda cafeeira produtiva.

Desse ponto de vista, foram notórios os aspectos de relevância dos processos de interação do sujeito colecionador com a informação abrangente da história do café, da arte e da busca do *valor de autenticidade* perseguido por Plínio. Além da importância da antiga residência do “rei do café”, datada da segunda metade do século XIX e que veio a constituir-se como *objeto* do acervo, a pesquisa também selecionou, para este estudo, os dois acervos museológicos, cuja formação deu-se entre os anos 30, 40 e 50, em Ribeirão Preto.

A forma aqui proposta é, portanto, considerar os acervos como força de um processo de conhecimento, para valorizar e transformar criticamente as apologias aos contextos histórico e cultural, a que se submeteram tais informações sobre a produção do café. A leitura das representações textuais museológicas – livros de tombo, listagens, folders, catálogos e guias analisados no conjunto de documentos

manuscritos ou datilografados, pertencentes ao Arquivo Histórico dos Museus – constatou que elas são diferenciadas em sua função de instrumento de pesquisa, visto que não se constituem em séries como adotado na teoria e na concepção do arranjo da arquivologia, ou mesmo no formato de banco de dados correspondentes e plenamente organizados “de acordo” com o Plano de Plínio.

Mas é somente a partir das vertentes do interesse pessoal, da objetividade de trabalho e na cobertura de uma intencionalidade educativa da personagem, somada à seleção dos suportes informacionais, que se objetivam investigações subordinadas aos pressupostos teóricos da Ciência da Informação e da Museologia: *informação e organização*. Tais pressupostos estão baseados nos princípios ditados por um de seus contemporâneos – *Gustavo Barroso* – em documento redigido pelo filho de Plínio, colaborador do museu.

O Museu Histórico, com significados, com semelhanças físicas de um *gabinete de curiosidade* – próprios das coletas dos viajantes e das classificações atribuídas pela ciência positivista – encontra nesse museu o seu semelhante ilustrado.

Linhas do percurso e da sedimentação econômica do café nos latifúndios da região de Ribeirão Preto, Cravinhos, São Simão, entre outras da região denominada Oeste paulista, definiram as razões sociais e memoriais provocadas pelos homens que fizeram as instituições públicas, no período de “abundância econômica”. Associam-se às intenções do colecionador, que se ajustam, em seu tempo, com as ações do ato de colecionar *documentando no agenciamento*, na esfera pública, para a formação e ordem das coleções do Museu Histórico, hoje denominado *Plínio Travassos dos Santos*.

Essa documentação tem características de um levantamento sumário da

documentação existente nos Museus e no Arquivo Público. A cronologia descrita pelos pares de Plínio localiza o “mais antigo documento” talvez, dentro da particularidade do antigo. A instituição passa a ter credibilidade no compromisso “da guarda” da memória social. Nesse sentido, as informações condensadas foram recuperadas a partir de dois livros ata, Livro de Doações (20/01/1954-1956), em que o registro de objetos foi organizado, por Plínio Travassos dos Santos, em seções de Arte, Etnologia Indígena, Numismática, Mineralogia, Insetos, História, Objetos Caboclos. Essa curiosa distribuição em salas da antiga casa, sede da fazenda cafeeira, marcava assim, um novo uso para seus espaços. As classificações realizadas no Museu Histórico buscaram um modelo de representação simbólica de uma ciência positivista em que o conhecimento, mesmo que restrito, pudesse ser identificado na herança enciclopédica. A sede da fazenda guardava em salas as seções estabelecidas nas classificações artísticas, científicas, folclóricas e históricas.

No ano de 1972, o então Diretor dos Museus José Pedro Miranda iniciou um novo trabalho de registro, denominando-o de Catálogo Geral; usando o cabeçalho pré-existente, acrescentou o nº. de tomo para cada peça (número este único e intransferível). Em 03 (três) livros tipo ata, registrou as peças na seguinte ordem: 1.º volume, n. 01 a 1.070; 2º volume, n. 1.071 a 2.255; e 3º volume, n. 2.226 a 3.012. Um novo levantamento do acervo, catalogando inclusive as peças guardadas nos porões, totalizando 4.288 peças foi realizado sob direção de Moreira Chaves. Deste levantamento resultou um Catálogo, em 02 (dois) volumes, no entanto as referidas peças não receberam um número de tomo.

A temática justificou-se pelas intenções pessoais de Plínio Travassos dos Santos e nas derivações da representação ordenada num *arranjo tardio* baseado nas classificações do Museu de História Oficial, da História Natural e nas técnicas de

produção agrícola do período do café. O texto presente, para percorrer as melhores vias, escolheu descrever as atividades de uma personagem não conhecida amplamente e fora do circuito da intelectualidade brasileira – São Paulo, Recife e Rio de Janeiro – além do meio em que se propôs atuar, mas aqui foi reconhecida por intitular a sua própria obra: *Museu Histórico e de Ordem geral Plínio Travassos dos Santos*. Tal biografia trata, por isso, da atuação do documentalista e museólogo no seu ambiente territorial, do fato de dinamizar a educação municipal, conseguir uma visita intensa, por preocupar-se com a inclusão dos analfabetos no direito público do ensino e de se apropriar do conhecimento e das representações da sociedade política e econômica do café “para as gerações futuras”, quando iniciou suas pesquisas de acervo e criou a Caixa Escolar em 1938.

Plínio Travassos dos Santos, no exercício de suas atividades museológicas, sustentou-se pela intensa conexão que estabelecia com a sociedade, entre escultores, pintores, restauradores, políticos e historiadores.

Em estruturas do conhecimento da premissa fundamentada na História Oficial, para a construção da instituição museológica de Ribeirão Preto: a representação do passado no Museu Histórico.

Ao manejar os conceitos de coleção e de documentação, darão sentidos que contribuem para suavizar limites entre os papéis exercidos pelos acervos nas unidades informacionais.

Santos, na medida em que procurou ilustrar, com artefatos e obras artísticas, a própria formação como educador, a documentação por ele produzida foi absorvida pela sociedade “cultura” e tais objetos, atestando as interações e contradições sociais, podem ser encontrados naqueles museus.

Santos construiu o referente simbólico da força do café – o Museu Histórico –

a partir do referente da produção no campo do trabalho na agricultura. No entanto, para atingir os objetivos de estudos dirigidos ao conhecimento da personagem (do colecionador e documentalista) e para que houvesse algum resultado frente à Organização da Informação, localizando os deslocamentos da sociedade do café, procurou-se remontar as estratégias de Plínio, descrevê-las e, além disso, basear o objeto da tese – o colecionismo – na exploração da figura dessa personagem como colecionador e documentalista; além disso, distinguir as funções do *objeto-museu*, do ponto de vista de observação de Plínio.

A lógica da tese uniu as ramificações das ações sociais na esfera da reprodução do conhecimento, com base no estudo do trabalho de um funcionário público, com formação em Direito, no exercício de práticas na educação escolar e na preocupação em perpetuar os feitos sociais, a partir de um produto econômico – o café – aditivo marcado pela história do nacionalismo e do progresso da nação. Apenas por se tratar da lógica do objeto da tese, na atuação da mesma personagem distinguem-se a figura do sujeito colecionador de objetos, da figura do sujeito documentalista.

Essa tentativa de investigar o sujeito social destaca alguns elementos neste texto, entre eles, a determinação social de um agente na criação de uma coleção. Se Santos não foi “filiado” às alas mais radicais da política, não deixou de insistir nos trabalhos a favor da cidade de Ribeirão Preto e orientou-se a partir da ideologia imperante na sociedade cafeeira. Os dispositivos das forças institucionais sustentaram e justificaram uma posição de privilégio frente à organização da informação.

Sendo assim, pode-se destacar a determinação dos objetos na sua documentação, diferenciado em níveis de documentais: 1) o objeto como

documento; 2) o documento como documentação, isto é, como desdobramento em palavras das características internas e externas às dos objetos/documentos.

Santos é um organizador que tomou diretrizes as quais lhe possibilitaram o *fazer* no ordenamento dos objetos apropriados pelo museu. Além disso, coube-lhe o registro, além dos objetos, também dos documentos produzidos por eles. Com isso, considera-se que o contexto cultural, representado na instituição pública, não se inscreve como uma coleção pública, sem documentação, mesmo porque o documento prova a existência legal do objeto.

REFERÊNCIAS

A CIDADE. Ribeirão Preto, 27 jan. 1960. Edição Especial.

ALMEIDA, P. R. de; FINS, F. R. A pesquisa histórica sobre o Brasil nos arquivos dos Estados Unidos: identificação preliminar e projeto de compilação. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 44, n. 1, jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 mar. 2007.

ALONSO, A. **O positivismo de Luís Pereira Barreto e o pensamento brasileiro no final do século XIX**. Local: Editora, ano ? Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/artigos/alonsopositivismo.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2007.

AMARAL, A. A. **Artes plásticas na Semana de 22**. São Paulo: Bovespa, 1992.

ANDRADE, M. de. **Depoimentos**. São Paulo: Grêmio da FAU/Centro de Estudos Brasileiro, 1966. Não paginado.

ARANTES, A. A. **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ARAÚJO, M. M.; BRUNO, M. C. O. (Org.). **A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos**. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

ARGOLLO, A. **Arquitetura do café**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO. Guia do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: O Arquivo, 1996.

ARRIGUI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

ARRUDA, M. A. do N. Empreendedores culturais imigrantes em São Paulo de 1950. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 135-158, jun. 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

BACELLAR, C. A. P. A família do engenho no oeste paulista. **Boletim do Centro de Memória UNICAMP**, Campinas, n. 1, p. 11-13, jan./jun. 1989.

BARRA, C. **O café brasileiro na Itália: sua propaganda, memória histórica apresentada à sociedade paulista de agricultura**. São Paulo: Typographia Andrade, 1904.

BARRETO, A. de A. As tecnoutopias do saber: redes interligando o conhecimento.

DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação, v. 6, n. 6, dez. 2005.
Disponível em: <http://dgz.org.br/dez05/Art_01.htm>. Acesso em: 16 jun. 2007.

BARRIGHELLI, J. C. **Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo: (1870-1956)**. São Carlos: UFSCar, Arquivo de História Contemporânea, 1981. 3 v.

BAUDRILLARD, J. **Le système des objects**: les essais. Paris: Gallimard, 1968.

_____. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BECKER, A. **Galeria de prodígios do ocidente**. Museus e coleções ao longo do tempo. Bonn: Humboldt, 1995.

_____. Galeria de prodígios do Ocidente. Museus e coleções ao longo do tempo. **Humboldt**, n. 70, p. 60-61, 1995.

BEIGUELMAN, P. **A formação do povo no complexo cafeeiro**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

BELK, R. W. Collectors and collecting. In: PEARCE, S. (Ed.). **Interpreting objectis collection**. London: Taylor & Francis, 2005. p. 317-326.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BENINCASA, V. Fazendas de café: o patrimônio arquitetônico rural em São Paulo, Brasil, 1800-1940. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DO CAFÉ, 1., 2006, São Paulo. **[Textos eletrônicos]**. São Paulo: Museu Republicano de Itu, 2006. Disponível em: <<http://www.mp.usp.br/cafe/textos/Vladimir%20Benincasa.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2006.

_____. **Velhas Fazendas**: Arquitetura e Cotidiano nos Campos de Araraquara. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

BERNARDES, I. P. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto Como Fazer).

BETHELL, L. (Org.). **História da América Latina**: da independência até 1870. São Paulo: IMESP, [19--]. v. 3.

BLOM, P. **Ter e manter**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BORGES, M. E. **A pintura na “capital do café”**. Franca: Ed. UNESP, 1991.

BOTELHO, A. C. de A. **Naninha, aceitai as minhas saudades**. São Carlos: EDUFSCar, 2000.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

_____; DARBEL, A. **O amor pela arte**: os museus da Arte na Europa e seu público. São Paulo: EDUSP, 2003.

BRANDI, C. **Teoria da restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Programação (trabalhos completos)**. São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <<http://www.enancib2008.com.br/cd/6%20-%20Trabalhos%20em%20PDF/GT2/Oral/1835%20-%20Organização%20da%20Informação%20ou%20Organização%20do%20Conhecimento.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2008.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV–XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1997-1998. v. 1-3.

_____. **Reflexos sobre história**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BREFE, A. C. F. História nacional em São Paulo: o Museu Paulista em 1922. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 10-11, n. 011, p. 79-104, 2003. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/273/27301106.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2007.

_____. **O Museu Paulista**: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

BRUNO, C. Textos incluídos. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 9, 1996. Disponível em: <<http://www.mestrado-museologia.net/cristinab.htm#Textos%20incluídos>>. Acesso em: 16 jul. 2007.

BRUNO, E. S. Café e o Negro. 1986. In: O CAFÉ. Curadoria geral de Emanuel Araújo. São Paulo: Banco Real, 2000. 123 p.

_____. **Histórias e tradições da cidade de São Paulo**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1984.

BRUSANTIN, B. de M. **Na boca do sertão**: o perigo político no interior do estado de São Paulo (1930-1945). São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

BUCKLAND, M. K. Documentation, information science, and library science in the U.S.A. **Information Processing and Management**, 32, p. 63-76, 1996.

_____. Information as thing. **Journal of the American Society for information Science (JASIS)**, New York, n. 5, p. 351-360, 1991.

_____. What is a "document"? **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 48, p. 804-809, 1977.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAMANCHO, T. Florestan Fernandes e as ciências sociais no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 8, p. 59-74, 2000. Disponível em: <www.fclar.unesp.br/soc/revista/artigos_pdf_res/08/03-camacho.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2007.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. Colaboração de Aparecida Sales Linares Botani et al. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CAMARGO, R. de; TELLES JÚNIOR, A. Q. **O café no Brasil**: sua aclimação e industrialização. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, 1953. v. 1-2.

CAMPOS, V. S. Taunay e a museologia histórica. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, ano 40, n. 189, p. 161-167 jan./jun. 1977.

CÂNDIDO, A. **Literatura e sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

CARBONELL, B. M. C. **Museum studies**: an anthology of contexts. Singapura: COS; Blackwell, 2004.

CARVALHO, A. C. D. **Memória da Saúde**: desafios e possibilidades do trabalho em arquivos e museus de ciências. Ribeirão Preto: FUNPEC-RP, 2006.

CARVALHO, V. C. **Gênero e artefato**: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material. São Paulo: EDUSP, 2008.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERÁVOLO, S.; TÁLAMO, F. Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2007. **Comunicações de pesquisas do GT2**. Salvador: ENANCIB, 2007. Disponível em: <www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--012.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2008.

_____. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. **Revista do Museu de Arqueologia**, São Paulo, v. 10, p. 241-253, 2000.

CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994. v. 1-2.

CHAUI, M. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v. 1.

_____. **O que é ideologia?**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CHIARELLI, T. **Artes plásticas em Ribeirão Preto**: uma interpretação de arte e sociedade num município do interior paulista. 1980. 119 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

CICERO, A.; SALOMÃO, W. (Curador). **Banco nacional de idéia**: o relativismo enquanto visão de mundo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.

CIONE, Rubem. **História de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1992. v. 2.

COHN, G. **Max Weber**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2005. (Grandes cientistas sociais, 13)

COLLECTION. In: WEBSTERS New Collegiate Dictionary. [Springfield: G&C Merriam], 1976. p. 220.

COLLEZIONISMO. In: DIZIONARIO Garzanti Della Lingua Italiana. Italy: Garzanti, 1984. p. 210.

CONDEIXA, A. [**Correspondência ao Secretário de Estado dos Negócios do Governo, Joaquim Canuto Mendes de Almeida, em 02 de maio de 1953**]. [S.l.: s.n.], 1953. Acervo Museu Histórico e de Ordem geral “Plínio Travassos dos Santos”.

COSTA, H. **6ª Semana de Museus da USP**: Debates não são conclusivos: estimulam a crítica dentro dos museus. Entrevista concedida ao site Cores Primárias: jornalismo especializado em história das artes visuais. Disponível em: <http://www.coresprimarias.com.br/ed_10/helouise_p.php>. Acesso em: 24 dez. 2008.

COSTA, L. M. **De museologia, arte e política de patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

CUNHA, M. V. **O velho Estadão**: educação e poder nos anos de ouro do ginásio Otoniel Mota. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2001.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difusão, 1971.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34, 1995. v. 2-3.

DIÁRIO DA MANHÃ. Ribeirão Preto, 26 nov. 1950. Acervo Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Ribeirão Preto, 6 jun. 1960. Acervo Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

DIZIONARIO Garzanti Della Lingua Italiana. Italy: Garzanti, 1984.

DOMINGUES, D. G. **O uso de metáforas no computador**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DÓRIA, O. **Município: o poder local**. São Paulo: Scritta, 1992.

ECO, H. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

EGAS, E. **Os municípios paulistas**. São Paulo: Seção de obras d'O Estado de São Paulo, 1925.

EMBOABA, O. História da fundação de Ribeirão Preto. **Revista de História**, São Paulo, p. 4, 1955. 6ª coleção da revista.

FABRIS, A. T. (Org.). **Fotografia: usos e funções no século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1991.

FAORO, R. F. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Globo, 2000. v. 2.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999.

FÁVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2001.

FERNANDES, F. **Elementos de sociologia teórica**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1970.

FERNANDES, R. **Relatórios dos presidentes da província de São Paulo, 1836-1889**: coleção microfilmada pelo Plano Nacional de Periódicos Brasileiros: pesquisa, descrição catalográfica, catálogo coletivo e notas informativas. São Paulo: Imprensa Oficial, Arquivo do Estado, 1982.

FERRAZ, J. B. F. **Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, USP: criação e impacto no ensino médico**. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2005.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. [Curitiba]: Positivo, 2007.

FOLHA DA NOITE. Ribeirão Preto, 9 jun. 1960. Acervo Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 9 jun. 1959. Folha Ilustrada. Documento do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Caixa 01.

FORMANEK, R. Why they collect: collectors reveal their motivations. In: PEARCE, S. (Org.). **Interpreting objectis collections**. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2005.

FORTY, A. **Objetos de desejo**: design e sociedade desde 1750. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.

FREITAS, S. M. **E chegam os imigrantes...**: o café e a imigração em São Paulo. São Paulo: [s.n.], 1999.

FREYRE, G. **Açúcar**: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do nordeste do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 25. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. Trabalhei como um condenado. In: CARVALHO, R. (Org.). **Celso Furtado 80 anos**: homenagem da Paraíba. João Pessoa: Sebrae, 2001.

GAETA, M. A. J. da V. **A flor do café e o caldo da cana**: os caminhos de Sinhá e Quito Junqueira. Uberaba: Vitória, 1997.

GERSTER, G. **O patrimônio da humanidade no limiar do novo milênio**: poderá a World Heritage Convention da Unesco cumprir sua tarefa de proteger e manter os monumentos culturais e naturais? Bonn: Humboldt, 1998.

GIARD, L. História de uma pesquisa. In: CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Revista Ciência da Informação**, v. 19, n. 2, p. 117-122, jul./dez. 1990.

_____; ORRICO, E. G. D. As políticas institucionais das configurações interdisciplinares dos conhecimentos: repercussões nas políticas de informação e nas práticas de avaliação. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 6, dez. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez04/Art_04.htm>. Acesso em: 16 jul. 2007.

_____; _____. (Org.). **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Natal: EDUFRN, 2006.

GORDINHO, M. C. **A casa do Pinhal**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

GUARNIERI, W. R. Museu, museologia, museólogos e formação. **Revista de Museologia**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 07-11, 1989.

GUIMARAES, J. A. C. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (O.R.C.): uma reflexão preliminar. In: GONZALEZ DE GOMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. (Org.). **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Natal: EDUFRN, 2006. p. 237-264.

GURNEY, G. **The Smithsonian Institution**. EUA: Library of Congress, 1964.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARDMAN, F. F. **Trem-fantasma**: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HJORLAND, B. Fundaments of knowledge organization. **Knowledge Organization**, Wurzburg, v. 30, n. 2, p.87-111, 2003.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

HOMULOS, P. Museums to libraries: a family of collecting institutions. **Art Libraries Journal**, v. 15, n. 1, p. 11-13, 1990.

ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. 119 p.

JOSGRILBERG, F. B. **Cotidiano e invenção**: os espaços de Michel de Certeau. São Paulo: Escrituras, 2005.

KANT, I. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

KNELL, S. **Museums in the material world**: leicester readers i museum studies. Great Britain: Routledge, 2007.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1990.

_____. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez, 2005.

LARA FILHO, D. O museu no século XXI ou o museu do século XXI. **Fórum Permanente: Museus de arte, entre o público e o privado**, 2005. Disponível em: <http://forumpermanente.incubadora.fapesp.br/portal/.painel/artigos/dlf_museu>. Acesso em: 17 jul. 2005.

LARA FILHO, D.; GROSSMANN, M. O museu como espaço relacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília. **Trabalhos apresentados**. Marília: ANCIB, 2006. Disponível em: <<http://www.portalppgci.marilia.unesp.br/enancib/viewabstract.php?id=251>>. Acesso em: 16 jun. 2007.

LE COADIC, Y. F. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEMOS, C. A. C. **Casa paulista**: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: EDUSP, 1999.

LEMOS, F. C. **O ferro de passar passado a limpo**: anotações em torno de uma coleção. São Paulo: EDUSP, 2003.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LIMA, D. F. C.; COSTA, I. F. R. Ciência da informação e museologia: estudo teórico de termos e conceitos em diferentes contextos: subsídios às linguagens documentárias. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DA INFORMAÇÃO (CINFORM), 7., 2007, Salvador. **[Proceedings...]** Salvador, 2007. p. 1-14. Disponível em: <<http://www.cinform.ufba.br/7cinform/soac/papers/adicionais/DianaLima.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2007.

LIMA, N. **O café no estado nacional**. São Paulo: Departamento Nacional do Café, 1944.

LIMA, S. F. O trânsito dos ornatos: modelos ornamentais da Europa para o Brasil, seus usos (e abusos?). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 151-199, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/anaismp/v16n1/05.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

_____; CARVALHO, V. C. de. **Fotografia e cidade**: da razão urbana à lógica do consumo: álbuns da cidade de São Paulo (1887-1954). Campinas: Mercado de Letras, 1997.

LISBOA, J. M. **Almanach litterario de São Paulo para o ano de 1880**. São Paulo: Typographia da Província, 1879.

LOPES, L. F. **Café**: história da bebida e evolução dos equipamentos domésticos. São Paulo: FAUUSP, 1985.

LÓPEZ YEPES, J. (Coord.). **Manual de ciencias de la documentación**. Madrid: Piramide, 2002.

LOUREIRO, J. M. M.; LOUREIRO, M. L. DE N. Museus e divulgação científica: singularidades da transferência da informação científica em ambiente museológico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DA INFORMAÇÃO (CINFORM), 7., 2007, Salvador. **[Trabalhos apresentados]**. Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.cinform.ufba.br/7cinform/soac/papers/4f4624a443121c468e04615eb48a.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2007.

MACHADO, A. A. **Brás, Bexiga e Barra Funda**: notícias de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, Arquivo do Estado, 1982.

MARCONDES, R. L.; GARAVAZO, J. Comércio e indústria em Ribeirão Preto de 1890 a 1962. In: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Um espelho de 100 anos**. Ribeirão Preto: Gráfica São Francisco, 2004. p. 211-222.

MARTELETO, R. M.; NASCIMENTO, D. A informação construída nos meandros dos conceitos da teoria social de Pierre Bourdieu. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 5, 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/F_I_art.htm>. Acesso em: 17 jul. 2007.

MARTINS, A. L. **Império do café: a grande lavoura no Brasil, 1850-1890**. São Paulo: Atual, 1990.

MARTINS, J. S. Entrevista concedida. In: SANTO, S. M. E. **Florestan**. São Paulo [s.n.], 1998. 18 p. Catálogo de exposição.

MASI, D.; PEPE, D. (Org.). **As palavras no tempo: vinte e seis vocábulos da Encyclopédie reescritos para o ano 2000**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2003.

MAURAUX, A. **O museu imaginário**. Lisboa: Edições 70, 2000.

MENESES, U. T. B. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, São Paulo, n. 115, p. 103-117, 1985.

_____. A exposição museológica: reflexões sobre pontos críticos na prática contemporânea. **Ciências em Museus**, Belém, n. 4, p. 103-120, 1992.

_____. Fontes visuais, cultura visual, história visual, balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16519.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2007.

_____. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 1-20, 1998. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/238.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2007.

_____. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura Municipal. DPH. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo, 1992. p. 189-194.

_____. Prefácio. In: CARVALHO, V. C. **Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material**. São Paulo: EDUSP, 2008.

MICELI, S. (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 1985. v. 2.

MILLIET, S. **Roteiro do café e outros ensaios**. 3. ed. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

MIRANDA, D. S. de (Org.). **Ética e cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

MIRANDA, P. **[Registros dos Arquivos Públicos e Museus]**. [197-]. Documentos dos Arquivos Público Histórico de Ribeirão Preto e do Museu Histórico e de Ordem geral Plínio Travassos dos Santos.

_____. **Catálogo manuscrito**. Ribeirão Preto: [...], 1972. Documento Arquivo do Museu Histórico e de Ordem geral Plínio Travassos dos Santos.

MIRANDA, P. J. **Ribeirão Preto: de ontem e de hoje**. Ribeirão Preto: Livraria El Dorado, 1971.

MONTEIRO, S. D. A organização virtual do conhecimento no ciberespaço. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 4, n. 6, dez. 2003. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez03/Art_05.htm>. Acesso em: 15 jul. 2007.

MORAES, M. A. de S. **Monte Alegre: dos tempos do café à Faculdade de Medicina**, 1992. Disponível em: <<http://www.fmrp.usp.br/rfa/Html/Fmrp.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2007.

MOURA, C. E. M. de. Roteiro do Café. In: O CAFÉ. Curadoria de Emanuel de Araújo. São Paulo: Hamburg Donnelley, 2000. Catálogo de exposição.

NASSAR, R. **Lavoura Arcaica**. Rio de Janeiro: Record, Altaya, 1989.

NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124 p.

O MUSEU da casa brasileira. São Paulo: Banco Safra, 2002. Catálogo.

ORTEGA, C. D.; LARA, M. L. G. . Documento e informação, conceitos necessariamente relacionados no âmbito da Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9., 2008, São Paulo. **Programação (trabalhos completos)**. São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <<http://www.enancib2008.com.br/cd/6%20%20Trabalhos%20em%20PDF/GT1/Oral/1971%20%20Documento%20e%20informação,%20conceitos%20necessariamente%20relacionados%20no%20âmbito%20da%20Ciência%20da%20Informação.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

OTLET, P. **Documentos e documentação**. Introdução aos trabalhos do Congresso Mundial da Documentação Universal, realizado em Paris, em 1937. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/otlet/index.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2007.

PAIS, M. P.; PANÇO, A. D. de C.; VARANDA, E. M. **Uma flora ilustrada**. Guia para as plantas do Museu do Café. Ribeirão Preto: Holos, 2000.

PAIVA, R. M. **Restauração econômica de lavoura cafeeira**. São Paulo: Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, 1940.

PAZIANI, R.R. A cidade como “balcão de negócios”: empresas de serviços públicos, tramas políticas e modernização urbana em Ribeirão Preto no auge da economia cafeeira (1900-1910). In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DO CAFÉ: história e cultura material, 1., 2006, Itu. **[Trabalhos apresentados]**. Itu: Museu Republicano, 2006.

Disponível em: <<http://www.mp.usp.br/cafe/textos/Rodrigo%20Ribeiro%20Paziani.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2007.

PEARCE, S. **Collecting in contemporary practice**. London: Sage, 1997.

_____. Thinking about Thing. In: _____. **Interpreting objectis collections**. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2005.

_____. (Ed.). **Interpreting Objectis and Collections**. [S.l.: s.n.], 1994. Paperback.

_____. (Org.). **Interpreting objectis collections**. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2005.

PECCININI, D. V. M. (Org.). **Arte: novos meios/multimeios: Brasil 70/80**. São Paulo: Fundação Armando Álvares Penteado, 1985.

PETITJEAN, P. et al. (Org.). **A ciência nas relações Brasil-França: (1850-1950)**. São Paulo: EDUSP, 1996.

PIGNATARI, D. **Informação, linguagem, comunicação**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

PINHEIRO, L. V. R. Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. In: GONZALEZ de GOMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. (Org.). **Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento**. Natal: EDUFRN, 2006. p. 111-129.

PINHEIRO, M. J. **Museu, memória e esquecimento: um projeto da modernidade**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

PINTO, M. Analisis documental de contenido. In: LÓPEZ YEPES, José (Coord.). **Manual de ciencias de la documentación**. Madrid: Piramide, 2002. p. 419-448.

POMIAN, K. Coleção. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. v. 1. p. 51-86.

_____. The collection: between the visible and the invisible. In: PEARCE, S. (Ed.). **Interpreting objectis collection**. London: Routhedge. Taylor & Francis Group, 2005.

PRADO JUNIOR, C. Roteiro para a historiografia do segundo reinado (1840 – 1889). In: _____. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1977. p. 249.

PRATES, P. C. **Relembrando o passado**. Ribeirão Preto: Gráfica União, 1980.

_____. **Ribeirão e os seus homens progressistas**. Ribeirão Preto: Copiadora Off-Set Rossi, 1981.

_____. **Ribeirão Preto de outrora: livro comemorativo do centenário da cidade**. Ribeirão Preto: Gráfica J. Ortiz Jr., 1956.

QUEIROZ, H. **A Mocóca de sua fundação até 1900**. São Paulo: Diário Oficial, 1913.

RAYWARD, W. B. **The Case of Paulo Otlet, Pioneer of Information Science, Internationalist, Visionary**. 1991. Disponível em: <http://people.lis.uiuc.edu/~wrayward/otlet/PAUL_OTLET_REFLECTIONS_ON_BIO_G.HTM>. Acesso em: 17 jan. 2007.

REDE, M. Estudos de cultura material: uma vertente francesa. **Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material**, São Paulo, v. 8-9, 2003. Nova série, com novo título, do periódico O Museu, 1922-1987.

_____. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos da cultura material. **Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material**, São Paulo, v. 4, jan./dez., 1996. Nova série, com novo título, do periódico O Museu, 1922-1987.

REIS FILHO, N.G. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

REVISTA do Arquivo Municipal. São Paulo: Arquivo Histórico, ano 40, n. 189, jan./jun. 1977. 170 p.

REVISTA USP. São Paulo: EDUSP, n. 64, 2004. 167 p.

RIBEIRÃO PRETO. Prefeitura Municipal. **Ato nº 50**. Ribeirão Preto, 1934. Documento do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

_____. **Lei nº 532**, de 06 de dezembro de 1956. Ribeirão Preto, 1956. Documento do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

_____. Arquivo Público Histórico. **Projeto de Revitalização do Acervo do Museu**. Ribeirão Preto, 2001.

RIBEIRO, R. J. Filósofos franceses no Brasil. In: MARTINS, C. B. (Org.). **Diálogos entre o Brasil e a França: formação e cooperação acadêmica**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2005. p. 459-464. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/export/sites/capes/download/artigos/Artigo_12_01_06.pdf>. Acesso em: 31 maio 2007.

ROLNIK, S.; PELBART, P. P. (Org.). **Gilles Deleuze: especial nos Cadernos de Subjetividade**. São Paulo: PUC, 1996.

ROZESTRATEN, A. S. **Estudo sobre a evolução do maquinário no benefício do café no Estado de São Paulo no século XIX e início do século XX**. São Paulo: FAUUSP, 1994.

SABATINI, R. **Francesco Morlacchi: (1784 – 1841)**. Perugia: Guerra, 1977.

SAIA, L. **Morada Paulista**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. A mediação do profissional da informação nas florestas da sociedade da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 95-102, maio/ago. 2006.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SALGUEIRO, H. A. (Coord.). **Paisagem e arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar**. São Paulo: [s.n.], 2000.

_____. (Org.). **Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira: a dinâmica da transformação**. Bauru: EDUSC, 2006.

SAMPAIO, A. Dr. Luiz Pereira Barreto. In: LISBOA, J. M. **Almanache Litterario de São Paulo**. São Paulo: Typographia da “Provincia de São Paulo”, 1883.

SANTO, S. M. E. **Ação cultural: relato de três experiências de mediação em arte contemporânea**. 2001. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

_____; MURGUIA, E. Relações pendulares na mediação da informação: arquivo-biblioteca-museu. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 7., 2006, Marília. **[Trabalhos científicos...]** Marília: ANCIB, 2006. p.1-19. Disponível em: <<http://portalppgci.marilia.unesp.br/enancib/viewabstract.php?id=209>>. Acesso em: 17 jul. 2007.

_____; SCARPIDELA, M. **Cafés do Brasil & caffè expresso**. Roma: [s.n.], 2004. Disponível em: <<http://www.cafespresso.com/ringraziamenti.html>>. Acesso em: 10 dez. 2004.

SANTOS, P. T. dos. **Correspondências**. Ribeirão Preto, [s.n., 19--]. Acervo Museu Histórico e de Ordem geral Plínio Travassos dos Santos. Caixa 10 P.T.S.

_____. **[Documento, 12 jul. 1950]**. Ribeirão Preto, [s.n.], 1950. Arquivo do Museu Histórico e de Ordem geral Plínio Travassos dos Santos. Caixa 02.

_____. **Museus Municipais de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: [s.n.], 1956. Não paginado. Atualização de palestra feita no Primeiro Congresso Nacional de Museus, realizado em julho de 1956 em Ouro Preto. Documento Arquivo do Museu Histórico e de Ordem geral Plínio Travassos dos Santos.

_____. O Centenário de Ribeirão Preto – 1853-1953. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v. LII, [195-].

_____. **O Centenário de Ribeirão Preto - 1853-1953**: Palestra no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 07 fev. 1953. São Paulo [s.n.], 1953. Documento Arquivo Histórico de Ribeirão Preto.

_____. O Ribeirão Preto histórico e para a história. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, 08 abr. 1942. Acervo Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

_____. **O Ribeirão Preto histórico e para a história.** Ribeirão Preto: Prefeitura Municipal, [19--].

_____. **Plano para a devida “organização” dos Museus Municipais.** Ribeirão Preto: Prefeitura Municipal, 1958.

_____. **Relatório.** Ribeirão Preto: Prefeitura Municipal, 1954. Acervo Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

_____. **Relatório para o Prefeito.** Ribeirão Preto: Prefeitura Municipal, 1948. Documento Arquivo do Museu Histórico e de Ordem Geral Plínio Travassos dos Santos.

_____. **Subsídio para história do café “Bourbon”.** Disponível em: <<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=19954>>. Acesso em: 2 abr. 2009.

SÃO PAULO (Estado). Tombamento dos remanescentes da Fazenda Monte Alegre. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 24 mar. 1994. Seção I, p. 69.

SÃO PAULO (Município). Prefeitura Municipal. Departamento de Cultura. Divisão de Documentação Histórica e Social. **Cartas de Datas de Terra (1854-1858).** São Paulo, 1939.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral.** São Paulo: Cultrix, 2003.

SCHMIDT, C. B. **O meio rural:** investigações e estudos das suas condições sociais e econômicas. São Paulo: [s. n.], 1946.

_____. **O milho e o monjolo:** aspectos da civilização do milho: técnicas, utensílios e maquinarias tradicionais. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1967.

SCHOLZ, L. A noite do colecionador. **Humboldt**, Bonn, v. 78, p. 12, 1999.

SCHWARCZ, L. M. **A longa viagem da biblioteca dos reis:** do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **O espetáculo das raças:** cientistas, Instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SEDGWICK, P; EDGAR, A. **Teoria cultural de A a Z:** conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo. São Paulo: Contexto, 2003.

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil:** 1900-1990. São Paulo: EDUSP, 2002.

SEVCENKO, N. **A corrida para século XXI:** no loop da montanha russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Orfeu extático na metrópole São Paulo:** sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SHERA, J. H. Sobre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. In: FOSKETT, D. J. et al. **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 91-105.

SMIT, J. W.; KOBASHI, N. Y. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

SMITH, H. H. **Uma fazenda de café no tempo do império.** Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1941.

SOUZA, A. M. M. de; DEPRESBITERIS, L.; MACHADO, O. T. M. **A mediação como princípio educacional:** bases teóricas das abordagens de Reuven Feuerstein. São Paulo: SENAC, 2004.

STEWART, S. Objects of desire. In: PEARCE, S. (Ed.). **Interpreting objectis collection.** London: Taylor & Francis, 2005. p. 254-257.

TÁLAMO, M. F. G. M. O trabalho terminológico na área de política cultural. In: SIMPÓSIO IBEROAMERICANO DE TERMINOLOGÍA, 8., 2002. **Atas 1988-2002.** Cartagena de Índias: [s.n], 2002. Disponível em: <<http://www.riterm.net/actes/4simposio/talamo2.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2008.

TAUNAY, A. E. **História do café no Brasil.** Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939. v. 2, t. 2.

_____. **História do café no Brasil.** Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1943. v. 14, t. 2.

TAVARES, H. M. Celso Furtado: da Formação econômica do Brasil à dinâmica e à ação regional. In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 2008, São Paulo. **Programas e textos.** São Paulo: FFLCH, 2008. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/posgraduacao/economica/spghe/pdfs/Tavares_Hermes_Magalhaes.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2008.

TAVARES, M. da C.; FIORI, J. L. (Org.). **Poder e dinheiro:** uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1987.

TEIXEIRA, N. da C. **Versos a Ribeirão Preto:** crônicas e poesia. Ribeirão Preto: Gráfica União, 1970.

TENTORI, F. P. M. **Bardi:** com as crônicas artísticas do “L’Ambrosiano” 1930-1933. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

WAGNER, T. **Humboldt,** Bonn, n. 70, p. 62, 1995.

TOSI, P. G. **Capitais no interior:** Franca e a história da indústria coureiro-calçadista: (1860-1945). Franca: UNESP, FHDSS, 2002.

TRANSFERIDO o Museu Municipal. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, 26 out. 1950. Acervo Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, Instituto Italiano di Cultura di San Paulo, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1989.

_____. **Os italianos no Brasil = Gli italiani in Brasile**. São Paulo: Melhoramentos, 2000.

TRUZZI, O. **Café e indústria**: São Carlos: 1850-1950. São Carlos: EdUFSCAR, 2000.

VARINE, H. de. **O tempo social**: o desenvolvimento social de todos é de interesse de cada um. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, [19--].

VICHI, F. L. **Aspectos históricos e personagens da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto**: USP. Ribeirão Preto: Gráfica Canavaci, 2002.

_____. **Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto**: USP 40 anos: seus prólogos contados por um ex-aluno. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1994.

WEBSTERS New Collegiate Dictionary. [Springfield: G&C Merriam], 1976.

WELLAUSEN, S. S. Os dispositivos do poder e o corpo em Vigiar e Punir. **Revista Aula. Dossiê Foucault**, Campinas, n. 3, p. 1-23, dez. 2006/mar. 2007. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/pdf3/26.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2007.

Z Aidan, R. **Memórias de Monte Alegre**: as histórias do campus da USP de Ribeirão Preto. São Paulo: USP, CCS, 2006.